

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	10
DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	21
DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	22
Demonstração de Valor Adicionado	23

Comentário do Desempenho	24
--------------------------	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	105
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	114
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	116
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	117
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	118
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	119

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	257.937.732
Preferenciais	400.945.572
Total	658.883.304
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	25.714.453	23.595.377
1.01	Ativo Circulante	2.992.608	4.783.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	954.017	2.020.119
1.01.02	Aplicações Financeiras	280.440	51.787
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	280.440	51.787
1.01.02.01.03	Aplicações financeiras	280.440	51.787
1.01.03	Contas a Receber	1.488.655	2.533.173
1.01.03.01	Clientes	1.488.655	2.533.173
1.01.03.01.01	Ativo da Concessão	1.488.655	2.533.173
1.01.04	Estoques	45.675	41.993
1.01.06	Tributos a Recuperar	93.231	26.411
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	93.231	26.411
1.01.06.01.01	Tributos e Contribuições a Compensar	93.231	26.411
1.01.07	Despesas Antecipadas	27.991	6.060
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	102.599	103.457
1.01.08.03	Outros	102.599	103.457
1.01.08.03.02	Caixa Restrito	3.866	1.808
1.01.08.03.03	Créditos com partes relacionadas	21.974	30.426
1.01.08.03.04	Outros	76.759	71.223
1.02	Ativo Não Circulante	22.721.845	18.812.377
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	14.168.018	12.653.551
1.02.01.04	Contas a Receber	12.122.035	10.702.388
1.02.01.04.01	Ativo da Concessão	12.122.035	10.702.388
1.02.01.05	Estoques	1.656	1.103
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.044.327	1.950.060
1.02.01.10.03	Valores a Receber-Secretaria da Fazenda	1.868.048	1.778.999
1.02.01.10.04	Cauções e Depósitos Vinculados	42.661	44.070
1.02.01.10.07	Caixa Restrito	14.819	16.681
1.02.01.10.08	Outros	118.799	110.310
1.02.02	Investimentos	8.443.091	6.055.385
1.02.02.01	Participações Societárias	8.443.091	6.055.385
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	5.318.534	3.197.383
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	3.124.557	2.858.002
1.02.03	Imobilizado	96.679	91.184
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	96.679	91.184
1.02.04	Intangível	14.057	12.257
1.02.04.01	Intangíveis	14.057	12.257
1.02.04.01.02	Intangível	14.057	12.257

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	25.714.453	23.595.377
2.01	Passivo Circulante	1.508.171	1.233.267
2.01.02	Fornecedores	45.207	75.332
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	45.207	75.332
2.01.03	Obrigações Fiscais	381.792	248.449
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	381.792	248.449
2.01.03.01.02	Tributos e encargos sociais a recolher	381.792	248.449
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	957.755	280.881
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	704.797	54.330
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	704.797	54.330
2.01.04.02	Debêntures	242.011	217.948
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	10.947	8.603
2.01.04.03.01	Arrendamento	10.947	8.603
2.01.05	Outras Obrigações	78.355	583.511
2.01.05.02	Outros	78.355	583.511
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	16.236	500.513
2.01.05.02.04	Valores a pagar - Vivest	858	871
2.01.05.02.05	Encargos Regulatórios a Recolher	32.831	47.390
2.01.05.02.07	Outros	28.430	34.737
2.01.06	Provisões	45.062	45.094
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	45.062	45.094
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	45.062	45.094
2.02	Passivo Não Circulante	10.073.639	8.607.827
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.295.244	4.012.977
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.539.793	1.008.447
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.539.793	1.008.447
2.02.01.02	Debêntures	3.707.753	2.961.318
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	47.698	43.212
2.02.01.03.01	Arrendamento	47.698	43.212
2.02.02	Outras Obrigações	502.500	516.956
2.02.02.02	Outros	502.500	516.956
2.02.02.02.04	Reserva Global de Reversão - RGR	12.892	14.132
2.02.02.02.06	Encargos Regulatórios a Recolher	45.004	43.222
2.02.02.02.08	Benefício a empregados - déficit atuarial	406.048	381.977
2.02.02.02.09	Outros	37.118	77.625
2.02.02.02.10	Fornecedores	1.438	0
2.02.03	Tributos Diferidos	4.176.514	4.020.500
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.176.514	4.020.500
2.02.03.01.01	PIS e COFINS Diferidos	1.216.332	1.181.747
2.02.03.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.960.182	2.838.753
2.02.04	Provisões	99.381	57.394
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	99.381	57.394
2.02.04.01.06	Provisões	99.381	57.394
2.03	Patrimônio Líquido	14.132.643	13.754.283

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.03.01	Capital Social Realizado	3.590.020	3.590.020
2.03.02	Reservas de Capital	666	666
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	588	588
2.03.02.07	Subvenções para investimento – CRC	78	78
2.03.04	Reservas de Lucros	9.332.529	10.388.142
2.03.04.01	Reserva Legal	718.004	718.004
2.03.04.02	Reserva Estatutária	1.862.804	1.862.804
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	266.149	797.312
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	524.450
2.03.04.10	Reserva Especial de Lucros a Realizar	6.485.572	6.485.572
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.432.623	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-223.195	-224.545
2.03.08.01	Ajuste Instrumento Financeiro	17.481	16.131
2.03.08.02	Superávit (Déficit) Atuarial	-240.676	-240.676

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.171.853	1.946.276	332.352	914.929
3.01.01	Receita de infra, operação e manutenção, ganho de eficiência da implem da infra e outras líquidas	874.776	1.330.625	191.160	420.127
3.01.02	Remuneração dos ativos da concessão, líquida	297.077	615.651	141.192	494.802
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-175.662	-327.656	-152.097	-248.618
3.02.01	Custo dos Serviços de Implementação de Infraestrutura e Operação e Manutenção	-175.662	-327.656	-152.097	-248.618
3.03	Resultado Bruto	996.191	1.618.620	180.255	666.311
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	284.107	516.314	1.169.289	1.384.019
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	1.854	-42.072	1.003.169	969.091
3.04.02.01	Honorários da Administração	-3.029	-7.411	-2.155	-5.370
3.04.02.02	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-45.951	-85.495	-32.478	-63.341
3.04.02.03	Revisão Tarifaria Periódica	50.834	50.834	1.037.802	1.037.802
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	8.974	9.317	151.088	155.983
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-6.672	-10.042	-4.436	-5.158
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	279.951	559.111	19.468	264.103
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.280.298	2.134.934	1.349.544	2.050.330
3.06	Resultado Financeiro	-134.184	-247.492	-26.075	-86.241
3.06.01	Receitas Financeiras	11.434	28.622	94.458	271.961
3.06.02	Despesas Financeiras	-145.618	-276.114	-120.533	-358.202
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.146.114	1.887.442	1.323.469	1.964.089
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-296.114	-454.819	-340.865	-474.903
3.08.01	Corrente	-165.094	-333.392	-66.240	-142.105
3.08.02	Diferido	-131.020	-121.427	-274.625	-332.798
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	850.000	1.432.623	982.604	1.489.186
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	850.000	1.432.623	982.604	1.489.186
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,29006	2,17432	1,49132	2,26017

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
3.99.01.02	PN	1,29006	2,17432	1,49132	2,26017
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,28998	2,17418	1,4912	2,25999
3.99.02.02	PN	1,28998	2,17418	1,4912	2,25999

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	850.000	1.432.623	982.604	1.489.186
4.02	Outros Resultados Abrangentes	25.137	1.350	-789	31.650
4.02.03	Ajuste Instrumento Financeiro de controladas, por equivalência patrimonial	25.854	1.123	-989	32.484
4.02.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-717	227	200	-834
4.03	Resultado Abrangente do Período	875.137	1.433.973	981.815	1.520.836

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2021 à 30/06/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	796.153	824.048
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.317.881	1.740.607
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	1.432.623	1.489.186
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	9.807	8.861
6.01.01.03	PIS e COFINS diferidos	34.585	86.227
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	121.427	332.798
6.01.01.05	Demandas Judiciais	29.684	-1.499
6.01.01.06	Custo Residual de Ativo Permanente Baixado	4	0
6.01.01.07	Benefício Fiscal - Ágio incorporado	18	19
6.01.01.08	Amortização de Ativo de concessão na aquisição de controlada	1.245	1.245
6.01.01.09	Realização da Perda em Controlada	-2.362	-928
6.01.01.10	Resultado da Equivalência Patrimonial	-557.994	-264.103
6.01.01.11	Juros e var.Monet. e Cambial s/ empréstimo, financiamento e debêntures	211.198	297.971
6.01.01.12	Receita sobre aplicações financeiras	-2.705	-1.301
6.01.01.13	Juros e var.Monet e Cambial s/ativos e passivos	16.281	-207.869
6.01.01.14	Benefício a empregados - déficit atuarial	24.070	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-521.728	-916.559
6.01.02.01	Caixa Restrito	-196	-173
6.01.02.02	Ativo de concessão	-375.129	-744.513
6.01.02.03	Estoques	-4.235	-2.277
6.01.02.04	Valores a receber - Secretaria da Fazenda	-89.049	-92.223
6.01.02.05	Tributos e Contribuições a Compensar	-66.820	-53.641
6.01.02.06	Cauções e Depósitos Vinculados	1.613	3.815
6.01.02.07	Despesas pagas Antecipadamente	-21.931	-19.335
6.01.02.08	Outros ativos	-5.591	-120.786
6.01.02.09	Fornecedores	-28.687	2.575
6.01.02.10	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	133.353	166.954
6.01.02.11	Obrigações Trabalhistas	-32	4.456
6.01.02.13	Encargos Regulatórios a Recolher	-12.993	2.589
6.01.02.14	Provisões	-3.864	-3.209
6.01.02.15	Valores a Pagar - Funcesp	-13	557
6.01.02.16	Reserva Global de Reversão	-1.240	-1.240
6.01.02.17	Outros Passivos	-46.914	-60.108
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.058.518	-497.934
6.02.01	Aplicações Financeiras	-804.111	-580.650
6.02.02	Resgates de Aplicações financeiras	578.163	443.958
6.02.03	Compra de Imobilizado	-2.074	-1.478
6.02.04	Intangível	-3.252	-2.951
6.02.05	Investimentos	-1.827.244	-356.813
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	196.263	308.922
6.03.01	Adições Empréstimos	1.872.500	655.516
6.03.02	Pagamento de Empréstimo (Principal)	-38.486	-24.469
6.03.03	Pagamento de Empréstimo (Juros)	-92.213	-73.700

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
6.03.04	Instrumentos financeiros derivativos	0	-473
6.03.06	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos	-1.539.890	-241.933
6.03.07	Pagamentos Arrendamentos	-5.648	-6.019
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.066.102	635.036
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.020.119	593.663
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	954.017	1.228.699

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	3.590.020	666	10.388.142	0	-224.545	13.754.283
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	3.590.020	666	10.388.142	0	-224.545	13.754.283
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.055.613	0	0	-1.055.613
5.04.06	Dividendos	0	0	-531.163	0	0	-531.163
5.04.08	Dividendos adicional proposto	0	0	-524.450	0	0	-524.450
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.432.623	1.350	1.433.973
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.432.623	0	1.432.623
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.350	1.350
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	1.123	1.123
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	227	227
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	3.590.020	666	9.332.529	1.432.623	-223.195	14.132.643

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	3.590.020	666	8.172.442	0	31.191	11.794.319
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	3.590.020	666	8.172.442	0	31.191	11.794.319
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-149.956	0	-149.956
5.04.06	Dividendos	0	0	0	377	0	377
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-150.333	0	-150.333
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.489.186	31.650	1.520.836
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.489.186	0	1.489.186
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	31.650	31.650
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	32.484	32.484
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-834	-834
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	3.590.020	666	8.172.442	1.339.230	62.841	13.165.199

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2021 à 30/06/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
7.01	Receitas	2.317.076	2.424.504
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.307.759	2.268.520
7.01.02	Outras Receitas	9.317	155.984
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-227.539	-145.184
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-198.197	-14.993
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-29.342	-130.191
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.089.537	2.279.320
7.04	Retenções	-9.807	-8.861
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9.807	-8.861
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.079.730	2.270.459
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	587.733	536.064
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	559.111	264.103
7.06.02	Receitas Financeiras	28.622	271.961
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.667.463	2.806.523
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.667.463	2.806.523
7.08.01	Pessoal	148.215	123.990
7.08.01.01	Remuneração Direta	85.792	89.610
7.08.01.02	Benefícios	51.361	26.297
7.08.01.03	F.G.T.S.	11.062	8.083
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	808.938	834.804
7.08.02.01	Federais	787.771	815.223
7.08.02.02	Estaduais	535	711
7.08.02.03	Municipais	20.632	18.870
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	277.687	358.543
7.08.03.01	Juros	275.489	357.453
7.08.03.02	Aluguéis	2.198	1.090
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.432.623	1.489.186
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	150.333
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.432.623	1.338.853

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	27.869.531	24.592.358
1.01	Ativo Circulante	4.103.140	5.507.858
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.090.994	2.067.337
1.01.02	Aplicações Financeiras	724.512	453.557
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	724.512	453.557
1.01.02.01.03	Aplicações financeiras	724.512	453.557
1.01.03	Contas a Receber	1.992.387	2.804.373
1.01.03.01	Clientes	1.992.387	2.804.373
1.01.03.01.01	Ativo da Concessão	1.992.387	2.804.373
1.01.04	Estoques	56.604	45.297
1.01.06	Tributos a Recuperar	107.737	28.807
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	107.737	28.807
1.01.06.01.01	Tributos e Contribuições a Compensar	107.737	28.807
1.01.07	Despesas Antecipadas	28.473	6.400
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	102.433	102.087
1.01.08.03	Outros	102.433	102.087
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	2.259	9.790
1.01.08.03.02	Caixa Restrito	3.866	1.808
1.01.08.03.03	Créditos com partes relacionadas	15.206	14.994
1.01.08.03.04	Outros	81.102	75.495
1.02	Ativo Não Circulante	23.766.391	19.084.500
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	20.035.375	16.109.008
1.02.01.04	Contas a Receber	17.954.227	14.118.454
1.02.01.04.01	Ativo da Concessão	17.954.227	14.118.454
1.02.01.05	Estoques	11.168	9.997
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.069.980	1.980.557
1.02.01.10.03	Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	1.868.048	1.778.999
1.02.01.10.04	Cauções e Depósitos Vinculados	45.671	44.119
1.02.01.10.05	Instrumentos Financeiros	403	226
1.02.01.10.06	Outros	118.801	110.310
1.02.01.10.07	Caixa Restrito	37.057	46.903
1.02.02	Investimentos	3.124.557	2.858.002
1.02.02.01	Participações Societárias	3.124.557	2.858.002
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	3.124.557	2.858.002
1.02.03	Imobilizado	98.435	92.991
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	98.435	92.991
1.02.04	Intangível	508.024	24.499
1.02.04.01	Intangíveis	508.024	24.499
1.02.04.01.02	Intangível	508.024	24.499

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	27.869.531	24.592.358
2.01	Passivo Circulante	2.002.883	1.372.497
2.01.02	Fornecedores	90.525	153.346
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	90.525	153.346
2.01.03	Obrigações Fiscais	394.093	255.614
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	394.093	255.614
2.01.03.01.02	Tributos e Encargos sociais a recolher	394.093	255.614
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.366.959	321.371
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.113.809	94.628
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.113.809	94.628
2.01.04.02	Debêntures	242.011	217.948
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	11.139	8.795
2.01.04.03.01	Arrendamento	11.139	8.795
2.01.05	Outras Obrigações	106.244	597.072
2.01.05.02	Outros	106.244	597.072
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	16.236	500.513
2.01.05.02.04	Valores a Pagar - Vivest	858	871
2.01.05.02.05	Encargos regulatórios a recolher	34.900	49.457
2.01.05.02.07	Outros	54.250	46.231
2.01.06	Provisões	45.062	45.094
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	45.062	45.094
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	45.062	45.094
2.02	Passivo Não Circulante	11.385.896	9.094.419
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.479.515	4.214.361
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.722.627	1.208.301
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.722.627	1.208.301
2.02.01.02	Debêntures	3.707.753	2.961.318
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	49.135	44.742
2.02.01.03.01	Arrendamento	49.135	44.742
2.02.02	Outras Obrigações	520.629	521.799
2.02.02.02	Outros	520.629	521.799
2.02.02.02.03	Reserva Global de Reversão - RGR	12.892	14.132
2.02.02.02.05	Encargos Regulatórios a Recolher	50.036	48.065
2.02.02.02.08	Outros	37.118	77.625
2.02.02.02.09	Benefício a empregados - déficit atuarial	406.048	381.977
2.02.02.02.10	Fornecedores	14.535	0
2.02.03	Tributos Diferidos	5.266.715	4.269.577
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.266.715	4.269.577
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.687.902	2.952.855
2.02.03.01.02	PIS e COFINS Diferidos	1.578.813	1.316.722
2.02.04	Provisões	119.037	88.682
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	119.037	88.682
2.02.04.01.06	Provisões	119.037	88.682
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	14.480.752	14.125.442
2.03.01	Capital Social Realizado	3.590.020	3.590.020

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.03.02	Reservas de Capital	666	666
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	588	588
2.03.02.07	Subvenções para Investimento - CRC	78	78
2.03.04	Reservas de Lucros	9.332.529	10.388.142
2.03.04.01	Reserva Legal	718.004	718.004
2.03.04.02	Reserva Estatutária	1.862.804	1.862.804
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	266.149	797.312
2.03.04.10	Reserva Especial de Lucros a Realizar	6.485.572	6.485.572
2.03.04.11	Dividendos adicionais propostos	0	524.450
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.432.623	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-223.195	-224.545
2.03.08.01	Ajuste Instrumento Financeiro	17.481	16.131
2.03.08.02	Superávit (Déficit) Atuarial	-240.676	-240.676
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	348.109	371.159

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.511.135	2.599.153	550.025	1.402.152
3.01.01	Receita de infra, operação e manutenção, ganho de eficiência na implem da infra e outras líquidas	1.077.567	1.693.770	358.837	769.641
3.01.02	Remuneração dos ativos da concessão, líquida	433.568	905.383	191.188	632.511
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-329.981	-612.659	-284.979	-518.180
3.02.01	Custo dos Serviços de Implementação da Infraestrutura e Operação e Manutenção	-329.981	-612.659	-284.979	-518.180
3.03	Resultado Bruto	1.181.154	1.986.494	265.046	883.972
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	135.107	206.097	1.096.823	1.199.343
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	8.533	-33.964	1.001.345	966.211
3.04.02.01	Honorários da Administração	-3.029	-7.411	-2.155	-5.370
3.04.02.02	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-42.349	-80.464	-34.302	-66.221
3.04.02.03	Revisão Tarifaria Periódica	53.911	53.911	1.037.802	1.037.802
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	11.601	11.944	151.087	156.471
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7.406	-18.438	-4.435	-5.158
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	122.379	246.555	-51.174	81.819
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.316.261	2.192.591	1.361.869	2.083.315
3.06	Resultado Financeiro	-138.932	-254.700	-27.825	-77.136
3.06.01	Receitas Financeiras	16.870	36.870	97.597	291.384
3.06.02	Despesas Financeiras	-155.802	-291.570	-125.422	-368.520
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.177.329	1.937.891	1.334.044	2.006.179
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-323.918	-500.002	-349.773	-499.829
3.08.01	Corrente	-141.652	-352.371	-69.687	-147.281
3.08.02	Diferido	-182.266	-147.631	-280.086	-352.548
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	853.411	1.437.889	984.271	1.506.350
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	853.411	1.437.889	984.271	1.506.350
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	850.000	1.432.623	982.604	1.489.186
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	3.411	5.266	1.667	17.164
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,29006	2,17432	1,49132	2,26017
3.99.01.02	PN	1,28998	2,17432	1,49132	2,26017
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,28998	2,17418	1,4912	2,25999
3.99.02.02	PN	1,28998	2,17418	1,4912	2,25999

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	853.411	1.437.889	984.271	1.506.350
4.02	Outros Resultados Abrangentes	25.137	1.350	-789	31.650
4.02.03	Ajuste Instrumento Financeiro de controladas, por equivalência patrimonial	25.854	1.123	-989	32.484
4.02.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-717	227	200	-834
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	878.548	1.439.239	983.482	1.538.000
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	875.137	1.433.973	981.815	1.520.836
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	3.411	5.266	1.667	17.164

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2021 à 30/06/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	679.376	725.916
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.705.815	1.966.663
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	1.437.889	1.506.350
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	10.065	9.165
6.01.01.03	PIS e COFINS diferidos	70.136	85.503
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	147.631	352.549
6.01.01.05	Demandas Judiciais	24.794	-3.303
6.01.01.06	Custo Residual de Ativo Permanente Baixado	4	0
6.01.01.07	Benefício Fiscal - Ágio incorporado	18	19
6.01.01.08	Amortização de Ativo de concessão na aquisição de controlada	1.245	1.245
6.01.01.09	Realização da Perda em Controlada	-2.362	-928
6.01.01.10	Resultado da Equivalência Patrimonial	-246.555	-81.819
6.01.01.11	Juros e var. E Cambial S/ empréstimos, financiamentos e debêntures	225.108	308.070
6.01.01.12	Receita sobre aplicações financeiras	-3.623	-1.772
6.01.01.13	Juros e var. E Cambial s/ ativos e Passivos	17.395	-208.416
6.01.01.14	Benefício a empregados - déficit atuarial	24.070	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.026.439	-1.240.747
6.01.02.01	Caixa Restrito	7.788	-362
6.01.02.02	Ativo de concessão	-852.117	-1.135.470
6.01.02.03	Estoques	-12.478	65.651
6.01.02.04	Valores a receber - Secretaria da Fazenda	-89.049	-92.223
6.01.02.05	Tributos e Contribuições a Compensar	-66.729	-52.265
6.01.02.06	Cauções e Depósitos Vinculados	-1.348	4.419
6.01.02.07	Despesas pagas Antecipadamente	-22.073	-19.615
6.01.02.08	Outros ativos	-11.022	-121.449
6.01.02.09	Fornecedores	-50.816	-28.557
6.01.02.10	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	133.638	170.221
6.01.02.11	Obrigações Trabalhistas	-32	4.456
6.01.02.13	Encargos Regulatórios a Recolher	-12.814	3.016
6.01.02.14	Provisões	-11.708	-3.209
6.01.02.15	Valores a Pagar - Funcesp	-13	557
6.01.02.16	Reserva Global de Reversão	-1.240	-1.240
6.01.02.17	Outros Passivos	-36.426	-34.677
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.819.350	-266.673
6.02.01	Aplicações Financeiras	-987.833	-635.915
6.02.02	Resgates de aplicações financeiras	697.451	542.671
6.02.03	Compra de Imobilizado	-2.136	-1.478
6.02.04	Intangível	-3.322	-2.951
6.02.05	Investimentos	-1.591.065	-169.000
6.02.07	Caixa adquirido em combinação de negócio	67.555	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	163.631	264.939
6.03.01	Adições Empréstimos	1.872.500	655.516
6.03.02	Pagamento de Empréstimo (Principal)	-65.161	-45.605

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
6.03.03	Pagamento de Empréstimo (Juros)	-101.276	-84.942
6.03.04	Instrumentos financeiros derivativos	8.480	5.270
6.03.05	Transações com Acionistas não Controladores	-5.266	-17.164
6.03.06	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos	-1.539.890	-241.933
6.03.07	Pagamentos Arrendamento	-5.756	-6.203
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-976.343	724.182
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.067.337	595.971
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.090.994	1.320.153

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.590.020	666	10.388.142	0	-224.545	13.754.283	371.159	14.125.442
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.590.020	666	10.388.142	0	-224.545	13.754.283	371.159	14.125.442
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.055.613	0	0	-1.055.613	-28.316	-1.083.929
5.04.06	Dividendos	0	0	-531.163	0	0	-531.163	0	-531.163
5.04.08	Aquisição de participação adicional junto à não controladores	0	0	0	0	0	0	-28.316	-28.316
5.04.09	Dividendos adicional proposto	0	0	-524.450	0	0	-524.450	0	-524.450
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.432.623	1.350	1.433.973	5.266	1.439.239
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.432.623	0	1.432.623	5.266	1.437.889
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.350	1.350	0	1.350
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	1.123	1.123	0	1.123
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	227	227	0	227
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.590.020	666	9.332.529	1.432.623	-223.195	14.132.643	348.109	14.480.752

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.590.020	666	8.172.442	0	31.191	11.794.319	1.967.288	13.761.607
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.590.020	666	8.172.442	0	31.191	11.794.319	1.967.288	13.761.607
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-149.956	0	-149.956	-1.615.242	-1.765.198
5.04.06	Dividendos	0	0	0	377	0	377	0	377
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-150.333	0	-150.333	0	-150.333
5.04.08	Aquisição de participação adicional junto à não controladores	0	0	0	0	0	0	-1.615.242	-1.615.242
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.489.186	31.650	1.520.836	17.164	1.538.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.489.186	0	1.489.186	17.164	1.506.350
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	31.650	31.650	0	31.650
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	32.484	32.484	0	32.484
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-834	-834	0	-834
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.590.020	666	8.172.442	1.339.230	62.841	13.165.199	369.210	13.534.409

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2021 à 30/06/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
7.01	Receitas	3.029.595	2.933.584
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.017.651	2.777.112
7.01.02	Outras Receitas	11.944	156.472
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-512.871	-415.362
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-482.558	-28.118
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-30.313	-387.244
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.516.724	2.518.222
7.04	Retenções	-10.065	-9.165
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-10.065	-9.165
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.506.659	2.509.057
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	283.425	373.203
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	246.555	81.819
7.06.02	Receitas Financeiras	36.870	291.384
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.790.084	2.882.260
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.790.084	2.882.260
7.08.01	Pessoal	150.164	125.406
7.08.01.01	Remuneração Direta	85.800	89.610
7.08.01.02	Benefícios	53.297	27.713
7.08.01.03	F.G.T.S.	11.067	8.083
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	908.263	881.302
7.08.02.01	Federais	887.053	861.681
7.08.02.02	Estaduais	567	742
7.08.02.03	Municipais	20.643	18.879
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	293.768	369.202
7.08.03.01	Juros	290.884	367.739
7.08.03.02	Aluguéis	2.884	1.463
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.437.889	1.506.350
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	150.333
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.432.623	1.338.853
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	5.266	17.164

Comentário do Desempenho

Desempenho Operacional

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto detêm, atualmente, 30 contratos de concessão de Transmissão de energia elétrica totalizando em 30 de junho de 2021 um direito a uma Receita Anual Permitida (RAP) de R\$3.922.025 mil (CTEEP e controladas) e R\$1.147.858 mil (controladas em conjunto), base ciclo 2020/2021 (nota 1.2).

A Companhia é uma empresa referência no setor em termos de desempenho, realizando uma gestão constante e minuciosa de seus indicadores operacionais, entre os quais se destaca o Índice de Energia Não Suprida (“IENS”), obtido pela relação entre o total de energia não suprida durante todas as ocorrências no ano e o total da demanda de energia suprida pela Companhia.

No 2T21, o IENS da Companhia totalizou 0,000244% vs. 0,000681% no 2T20. Para o Sistema Interligado Nacional (SIN), o IENS totalizou 0,0024% em maio de 2021.

A Companhia é diligente em seus investimentos com foco em projetos que contribuem para a expansão e a segurança do sistema de transmissão de energia elétrica do Brasil. No primeiro semestre de 2021 foram investidos R\$413.012 mil (nota 26), um aumento de 25% em relação ao mesmo período de 2020. Durante o primeiro semestre 64 projetos de reforços e melhorias entraram em operação.

Desempenho ESG

Para a promoção do desenvolvimento sustentável, a estratégia da Companhia visa apoiar a resolução de desafios globais expressos na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). A Companhia busca contribuir efetivamente com o alcance de seis ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável):

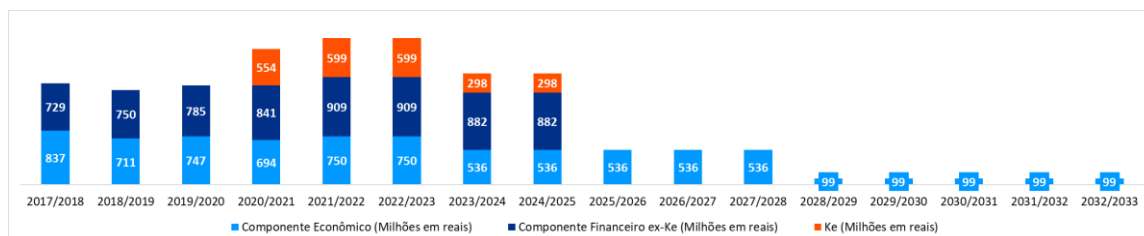
	Aporta recursos e conhecimentos em prol das novas gerações, a partir da estratégia de investimento social privado, do voluntariado corporativo e do Conexões para o Desenvolvimento, um dos programas de sustentabilidade da Companhia que busca fortalecer as capacidades do ecossistema comunitário para gerar transformações nos territórios de influência.
	
	Contribui por meio da transmissão de energia elétrica, participando ativamente do setor elétrico e nos ecossistemas de inovação, desenvolvendo iniciativas para a criação de uma sociedade com infraestrutura inovadora e que proporciona bem-estar e acesso à energia com confiabilidade e segurança para população. A Companhia reforça seu compromisso na conexão de energia renovável, a partir de emissões de debêntures verdes (<i>GreenBonds</i>) para execução de reforços, melhorias e investimentos em novos projetos.
	O “Conexão Jaguar”, um dos programas de sustentabilidade da Companhia, tem como principais objetivos, a conservação da biodiversidade, a mitigação das mudanças do clima e o desenvolvimento local. Atualmente apoia uma das regiões reconhecidas como Patrimônio Natural da Humanidade – Serra do Amolar, Pantanal – com a conservação de mais de 76 mil hectares de áreas preservadas.
	O inventário de emissão de gases de efeito estufa (GEE) da Companhia é verificado por terceira parte independente e reconhecido com o Selo Ouro pelo Programa Brasileiro GHG Protocol.
	A Companhia conta com o Programa de Ética Empresarial e Integridade, além da Política Anticorrupção, que orienta a conduta dos colaboradores nas interações com seus públicos de relacionamento.

Comentário do Desempenho

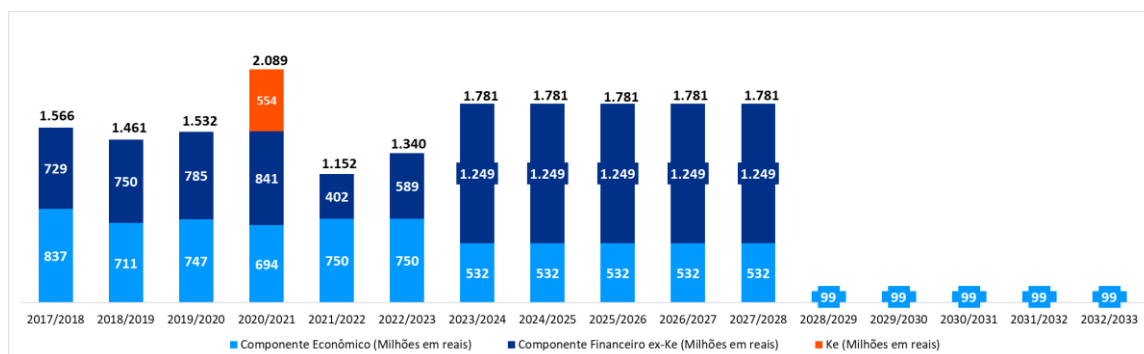
Resolução Homologatória nº 2.851/2021

Em 22 de abril de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.851/2021, no qual a Agência homologou o reperfilamento do RBSE mantendo-se os critérios anteriormente estabelecidos na Resolução Normativa ANEEL nº 762/2017, garantindo o valor econômico para a Companhia e reprogramando parte dos pagamentos dos valores do RBSE, conforme demonstrado abaixo:

Fluxo de recebimento do RBSE anterior ao reperfilamento:



Fluxo de recebimento do RBSE após o reperfilamento:



Comentário do Desempenho

Desempenho Financeiro

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, a Companhia e suas controladas apresentaram uma geração de caixa operacional de R\$ 679,4 milhões e uma redução no lucro líquido de 13% atingindo um total de R\$853.411 mil no 2T21 comparado com R\$984.270 mil no 2T20.

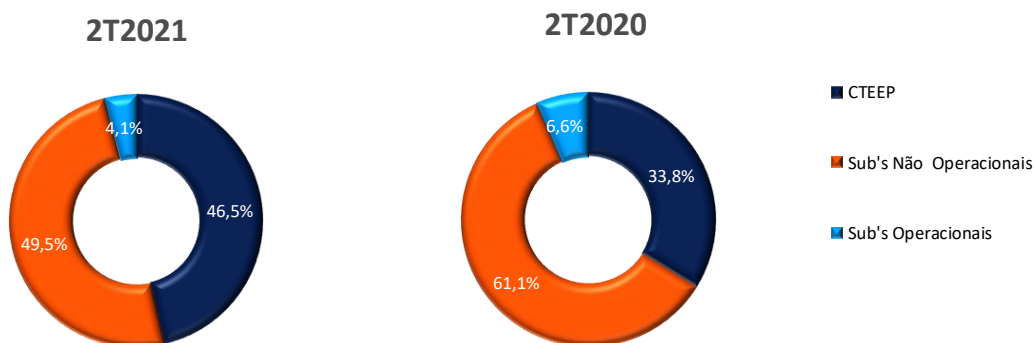
Cabe destacar que os resultados do 2T20 estão sendo reapresentados com objetivo único e exclusivo de refletir nas divulgações dos saldos trimestrais os impactos do Ofício CVM 04/2020 que foram adequados em 31 de dezembro de 2020, de modo que tal reapresentação não altera o resultado anual da Companhia divulgado em 22 de fevereiro de 2021 (nota 2.4).

A **receita operacional líquida** teve aumento de 174,7% em comparação com o mesmo período anterior e é composta pelas seguintes variações:

	<u>30.06.2021</u>	<u>%</u>	<u>30.06.2020 (reapresentado)</u>	<u>%</u>	<u>Variação (%) 2021/2020</u>
Receita de infraestrutura	262.225	17,4	268.987	48,9	(2,5)
Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura	62.233	4,1	333	0,1	18.588,6
Operação e Manutenção	172.417	11,4	170.126	30,9	1,3
Remuneração dos ativos da concessão	1.187.403	62,4	207.474	37,7	472,3
Receitas de aluguéis e prestação de serviços	19.071	1,3	7.482	1,4	154,9
Tributos sobre a receita	(144.596)	(8,5)	(54.070)	(8,3)	167,4
Encargos Regulatórios	<u>(47.618)</u>	<u>(2,8)</u>	<u>(50.307)</u>	<u>(7,7)</u>	<u>(5,3)</u>
Receita operacional líquida	<u>1.511.135</u>		<u>550.025</u>		<u>174,7</u>

As **receitas de infraestrutura** totalizaram R\$262.225 mil no 2T21, comparada com R\$268.987 mil no 2T20. Esta receita é reconhecida considerando os investimentos em projetos realizados no período adicionado da margem estimada de cada projeto e do *gross-up* dos tributos sobre a receita, de forma que a receita varia em função do volume de investimentos. No período do 2T21 houve (i) redução R\$ 37.592 mil, por variação do volume de investimentos em função da evolução das obras em controladas, bem como da finalização das obras de Itaquerê, Tibagi e Aguapeí que entraram em operação ao longo de 2020 e no segundo trimestre de 2021, que foi parcialmente compensada pelos investimentos nas obras que seguem fase adiantada, de Biguaçu, IEMG (Triângulo Mineiro) e Evrecy (Minuano), compensado por (ii) aumento na receita com projetos de reforços e melhorias na CTEEP de R\$30.830 mil.

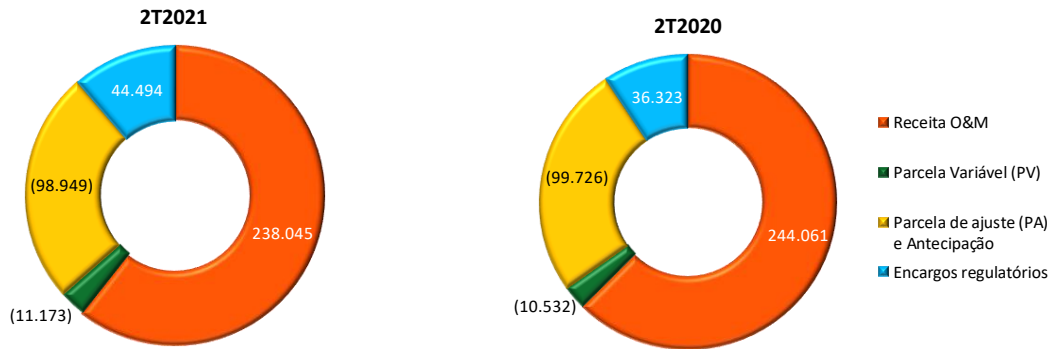
Receitas de infraestrutura



Comentário do Desempenho

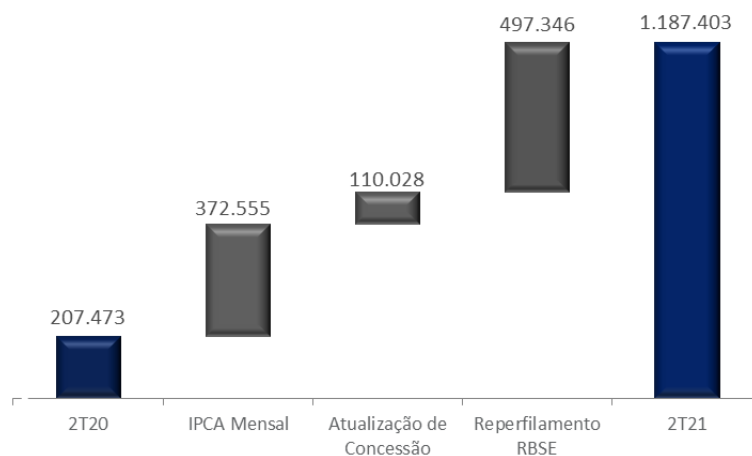
O **ganho de eficiência**, no valor de R\$62.233 mil no 2T21, comparando com R\$333 mil do 2T20, referem-se aos ganhos adicionais à margem estimada, que foram auferidos devido a energização na CTEEP de 41 projetos de reforços e melhorias com destaque para SE Taubaté e SE Itapetininga II.

As **receitas de operação e manutenção** totalizaram R\$172.417 mil no 2T21, comparada com R\$170.126 mil no 2T20, sendo os principais fatores; (i) aumento no repasse de encargos regulatórios incorporados na receita R\$8.172 mil (ii) variação negativa no trimestre de R\$6.016 mil devido aplicação da RAP do ciclo 2020/2021 com redução de 4% por impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP) compensado parcialmente pela atualização pelo IPCA/IGPM.



A **remuneração dos ativos de concessão** totalizou R\$1.187.403 mil no 2T21 comparado com R\$207.474 mil no 2T20 devido a:

- **Ativo da Lei nº 12.783 – SE:** apresentou uma variação de R\$714.407 mil: (i) aumento de R\$497.346 mil devido a remensuração do ativo da concessão referente ao RBSE decorrente do reperfilamento do componente financeiro e reconhecimento complementar do Ke conforme Resolução Homologatória da ANEEL nº2.851, (ii) aumento de R\$ 207.328 mil referente a atualização do IPCA mensal, que apresentou índices superiores aos de 2T20; (iii) aumento na atualização do fluxo financeiro no valor de R\$9.733 mil.
- **Implementação da infraestrutura,** apresentou uma variação de R\$265.522 mil: (i) acréscimo de R\$100.295 mil referente a atualização do ativo de concessão pela taxa de desconto implícita de cada contrato de concessão e (ii) aumento de R\$165.227 mil pela atualização do IPCA mensal.

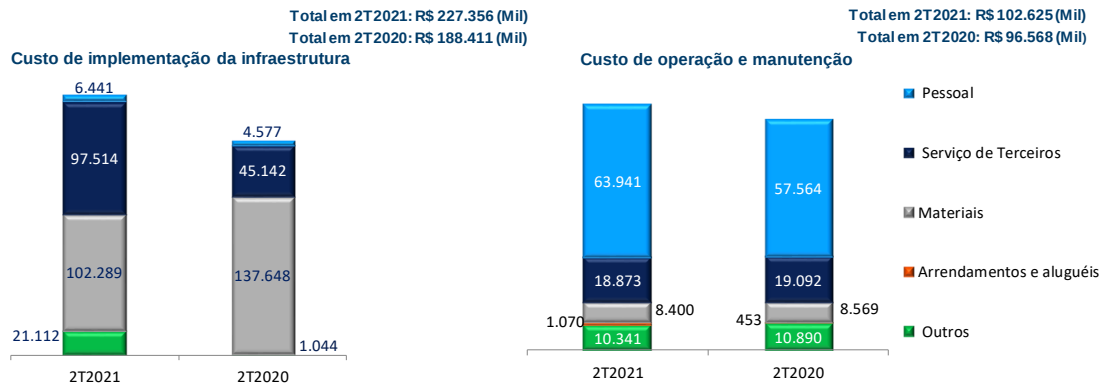


Comentário do Desempenho

As **receitas de aluguéis e prestação de serviços** registram basicamente compartilhamento de infraestrutura de cabos de fibra ópticas e cabos para-raios para operações de telecomunicações e totalizaram R\$19.071 mil no 2T21, comparado com R\$7.482 mil no 2T20.

As **deduções da receita operacional** atingiram R\$192.214 mil no 2T21 e R\$104.377 mil no 2T20 impactada principalmente pelo aumento de (i) tributos e contribuições de PIS/COFINS corrente e diferidos em R\$90.526 mil, que acompanham a variação da receita bruta e compensado por (ii) encargos regulatórios em R\$2.689 mil.

Os **custos dos serviços de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção** tiveram aumento de 15,8%, com R\$329.981 mil no 2T21 frente aos R\$284.979 mil no 2T20.



Os **custos dos serviços de implementação da infraestrutura** representam os investimentos efetuados nas obras em andamento no período, os gastos com materiais e serviços variam em função da evolução das obras. O acréscimo de R\$38.945 mil, deve-se pelo maior investimento nas obras de reforços e melhorias da Controladora, compensado pela redução nas controladas devido a entrada em operação de Itaquê, Tibagi e Aguapeí.

Os **custos de operação e manutenção** totalizaram R\$102.625 mil no 2T21 e R\$96.568 mil no 2T20, basicamente pela indenização trabalhista e dissídio no acordo coletivo de 2020.

As **receitas – revisão Tarifária Periódica (RTP)**, totalizaram R\$53.911 mil no 2T21 e R\$1.037.802 mil no 2T20 e registra os seguintes impactos:

- No 2T21, (i) revisão positiva da RAP em função dos Recursos Administrativos da CTEEP e das controladas IESerra do Japi, IEPinheiros, IESul e IENNE no montante de R\$59.881 mil; (ii) redução de R\$1.168 mil devido revisão do fluxo de recebimento de caixa decorrente do resultado da RTP da controlada Evrecy; e (iii) R\$ 4.802 mil de reconhecimento de PIS e COFINS diferidos sobre os impactos.
- No 2T20, impactos advindos da RTP definida por meio da Resolução Homologatória nº 2.714 para o contrato 059/2001 da CTEEP: (i) ganho de R\$1.143.583 mil devido a revisão do fluxo de recebimentos futuros pela aplicação da nova RAP e parcela de ajuste (PA) referente a atualização do Ke, (iii) R\$105.781mil de reconhecimento de PIS e COFINS diferidos sobre impactos da Revisão Tarifaria Periódica (RTP).

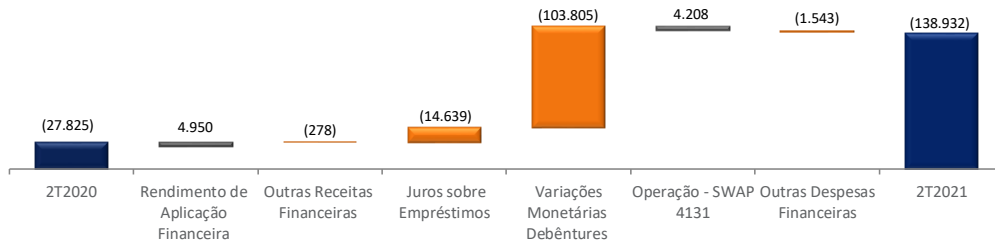
As **despesas gerais administrativas** apresentaram um aumento de 24,5% totalizando R\$45.378 mil no 2T21 comparadas com R\$36.457 mil no 2T20, basicamente pelo aumento em pessoal devido ao reconhecimento de provisão para fazer frente ao passivo atuarial estimado do plano de pensão no montante de R\$11.892 mil.

As **outras receitas (despesas) operacionais** totaliza receita de R\$4.195 mil no 2T21 comparadas com R\$146.652 mil no 2T20. No 2T20 houve o reconhecimento de eventos não recorrentes: (i) ganho de R\$73.464 mil devido a negociação de 395 mil m² de faixas de domínio com a Prefeitura de São José dos Campos para o desenvolvimento de um projeto de mobilidade urbana no município, (ii) reconhecimento

Comentário do Desempenho

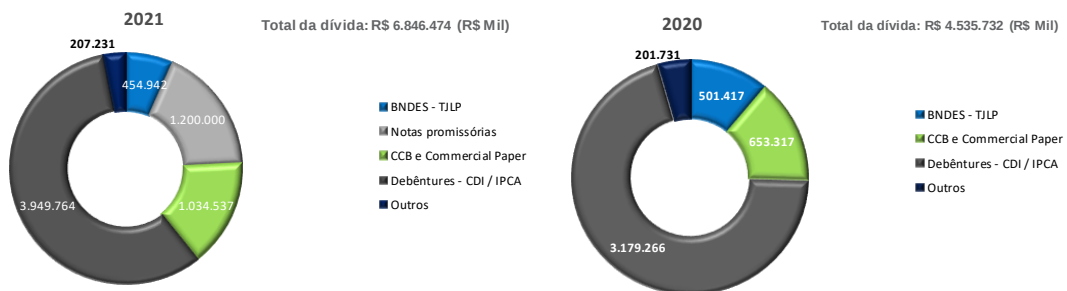
de indenização por desapropriação de terrenos da antiga EPTE resultante da decisão favorável em um processo judicial no valor de R\$75.328 mil.

O **resultado financeiro** totaliza despesa de R\$138.932 mil no 2T21 comparado R\$27.825 mil no 2T20, a variação deve-se, principalmente, aumento de juros e encargos sobre empréstimos e debêntures, devido ao maior endividamento em 2T21, compensado pelo aumento nos rendimentos sobre aplicações financeiras.



A **dívida bruta** consolidada totaliza R\$6.846.474 mil no 2T21 e R\$4.535.732 mil no exercício de 2020, aumento devido a captação, no período 1S21, de R\$ 1.872.500 mil na emissão de 800 notas promissórias comerciais e debêntures de infraestrutura. Adicionado a aquisição da controlada PBTE com dívida de R\$374.800 mil em CCB. O custo médio da dívida no 2T21 é de 9,61% comparado com no 2T20 é de 5,78% %.

Composição da dívida bruta:

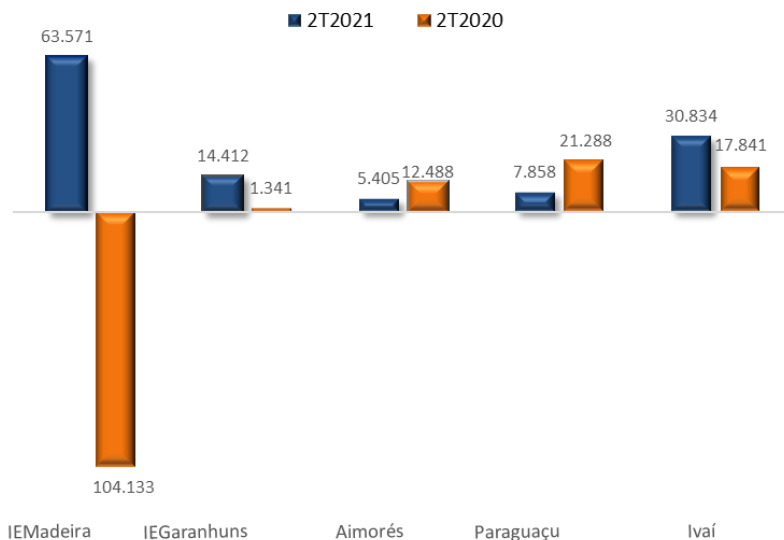


O resultado de **equivalência patrimonial** totaliza R\$122.379 mil no 2T21 comparado com (R\$51.174) mil no 2T20, e tem como principal motivo a variação das controladas em conjunto:

- (i) **IEParaguaçu, IEAimorés e IEIvaí**, em fase pré-operacional, variação negativa de R\$7.521 mil basicamente pela fase de evolução e construção das obras.
- (ii) **IEGaranhuns**, em operação, a variação refere-se principalmente a atualização do ativo da concessão pela taxa implícita do contrato de concessão, sendo registrado ganho de R\$13.371 mil.
- (iii) **IEMadeira**, em operação, a variação positiva de R\$167.703 mil refere-se principalmente pela atualização do ativo da concessão pela taxa implícita do contrato de concessão e devido ao reconhecimento de provisão não recorrente do processo judicial de arbitragem no 2T20

Comentário do Desempenho

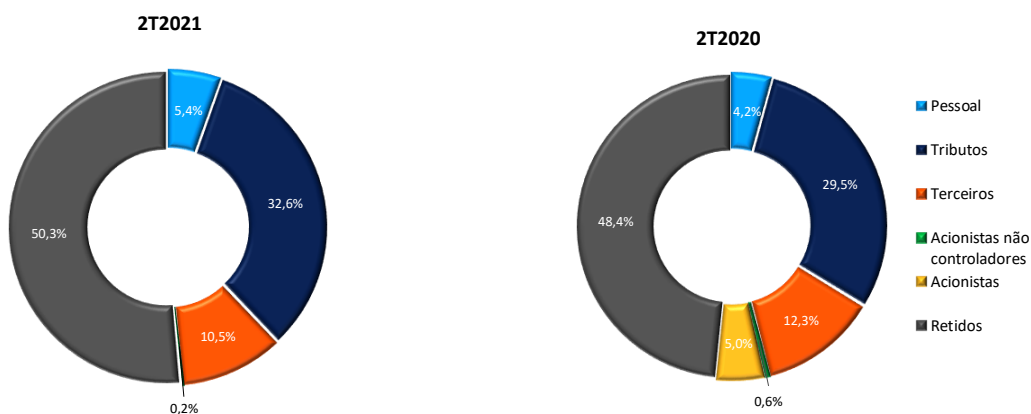
Equivalência Patrimonial 2021



O imposto de renda e contribuição social totalizou R\$323.918 mil no 2T21 comparando com R\$349.773 mil no 2T20, que acompanha a variação do resultado excluindo o resultado da equivalência patrimonial e no 2T20 também o resultado de indenização por desapropriação e a dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio. A taxa efetiva no 2T21 é de 28% e no 2T20 é de 26%.

Valor adicionado

No 2T21, a Companhia apurou R\$2.790.084 mil de valor adicionado comparado com R\$2.882.260 mil no 2T20, distribuído como segue:



Notas Explicativas

Destaques

A Administração destaca abaixo assuntos contábeis, regulatórios e econômico-financeiros importantes para esta divulgação:

- **Operacional**

Aquisição PBTE

Em 2 de março de 2021, foi concluída a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social da Piratininga – Bandeirantes Transmissora de Energia (PBTE) no montante R\$1.571.065, após o cumprimento das condições precedentes no contrato de compra e venda de ações. A empresa opera uma linha de transmissão subterrânea de 30km na cidade de São Paulo, que entrou em operação em abril de 2020 e conecta duas subestações da CTEEP (Piratininga II e Bandeirantes), e com RAP de R\$180.244 para o ciclo 2021/2022. Os reflexos da aquisição de controle da PBTE estão demonstrados na nota 11 (ii).

- **Regulatório**

Reperfilamento do Componente Financeiro do RBSE

Em 22 de abril de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.851/2021, com o resultado do recurso administrativo contra a Resolução Homologatória nº 2.714/20, no qual a Agência homologou o reperfilamento do RBSE mantendo-se os critérios anteriormente estabelecidos na Resolução Normativa ANEEL nº 762/2017, garantindo o valor econômico para a Companhia e reprogramando parte dos pagamentos dos valores do RBSE. Os respectivos impactos contábeis nas informações trimestrais estão demonstrados nas notas 7 e 25.3 (a).

Reajuste anual da receita

A Resolução Homologatória nº 2.895/21 de 13 de julho de 2021 estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas (RAP) pela disponibilização das instalações de concessionárias de serviço público de transmissão de energia para o ciclo 2021/2022 (nota 25.4).

Início da operação

Em 4 de março de 2021 e 2 de fevereiro de 2021 a controlada IEAguapeí energizou a subestação Baguaçu com 16 Km de linhas de transmissão e a subestação Alta Paulista com 105km de linhas de transmissão, respectivamente. Concluindo assim, o empreendimento do contrato 046/2017 com seis meses de antecedência em relação ao prazo da ANEEL.

Licenças de Instalação

Em 26 de janeiro de 2021 a controlada IETibagi obteve a Licença de Instalação (LI) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) para o contrato 006/2020 (projeto Três Lagoas).

Em 19 de março de 2021 a controlada IEBaguaçu obteve a Licença de Instalação (LI) emitida pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) para as linhas de transmissão.

Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020 - Efeitos do Coronavírus nas Demonstrações Financeiras

Em consonância com o Ofício Circular CVM nº 02/2020, de 10 de março de 2020, a ISA CTEEP vem acompanhando os impactos do COVID-19 no cenário macroeconômico e em seus negócios, e avalia constantemente os possíveis riscos de inadimplência em função ruptura de fluxo de caixa no sistema.

Considerando as ações que o Governo estruturou de suporte ao Setor de Energia Elétrica que se mostraram eficientes para a Transmissão, os níveis de inadimplência da Companhia não apresentaram oscilações significativas. No contexto da crise econômica ocasionada pela COVID-19, a ANEEL na busca por alternativas para amortecer o aumento das tarifas de energia nos ciclos 2021/2022 e 2022/2023, definiu o reperfilamento do RBSE. A definição apresentada pela ANEEL contribuirá com a modicidade tarifária, minimizando os impactos para os consumidores que estão sendo diretamente afetados pela pandemia. Embora a medida reflita o descasamento do fluxo financeiro estabelecido na Resolução Homologatória nº 2.714/2020, preserva o valor econômico para a Companhia.

Notas Explicativas

Adicionalmente, a Companhia segue diligente no acompanhamento dos prazos de obras em curso e mantém contínua comunicação com o regulador sobre eventuais atrasos que poderão ocorrer até a normalização das atividades comerciais do mercado como um todo. Até o momento não houve impacto relevante aos negócios que pudessem requerer alguma mensuração ou divulgações adicionais nas informações trimestrais de 30 de junho de 2021.

Diante do alongamento e agravamento da pandemia a Administração mantém posição prudente na gestão do caixa de forma a garantir o fluxo normal das atividades, a liquidez e robustez financeiras usuais. As medidas de precaução foram reforçadas para reduzir a exposição dos seus colaboradores ao risco e garantir continuidade e qualidade de suas operações, mantendo: sistemas de contingência, restrições de viagens, ampliação de trabalho remoto, acompanhamento diário do quadro de saúde e bem-estar dos colaboradores, assistência de um infectologista para validação dos protocolos preventivos de saúde e campanha de incentivo a vacinação contra a COVID-19. A Companhia segue monitorando a evolução do quadro da pandemia e reavalia constantemente as medidas adotadas para garantir aderência das ações a cada momento desta nova realidade.

- **Econômico-Financeiros**

i) A Administração da Companhia tem efetuado monitoramento constante em relação a valorização do ativo atuarial do plano de pensão em decorrência da instabilidade da taxa de juros que é determinada com base nos dados de mercado para os retornos das NTN-B (nota 22).

ii) As controladas Biguaçu e Riacho Grande possuem contratos de hedge na modalidade Termo de Moeda ((*Non Deliverable Forward* - NDF), com o objetivo de proteger (hedge) compromissos assumidos (CAPEX) em moeda estrangeira, desta forma, as oscilações ocorridas no cenário financeiro atual não impactaram as demonstrações financeiras.

iii) Em 3 de fevereiro de 2021 o Conselho da Administração da Companhia aprovou a 10ª emissão de debêntures, que foram emitidas 672.500 debêntures, totalizando um montante de R\$672.500 com vencimento até 15 de julho de 2044 (nota 15).

iii) Em 06 de maio de 2021 ocorreu a 8ª emissão de notas promissórias, em série única, totalizando um montante de R\$1.200.000 (nota 14).

iv) No período de seis meses findo em 30 de junho 2021 a Companhia realizou pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$1.539.890.

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

1.1 Objeto social

A CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“ISA CTEEP”, “CTEEP” ou “Companhia”) é uma sociedade de capital aberto, brasileira, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C – Cristal Tower, andares 5º, 6º e 7º, Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão. No cumprimento de suas funções é previsto a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia é oriunda de cisão parcial da Companhia Energética de São Paulo (“CESP”), tendo iniciado suas operações comerciais em 1 de abril de 1999. Em 10 de novembro de 2001, incorporou a EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“EPTE”), empresa oriunda da cisão parcial da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. Em leilão de privatização realizado em 28 de junho de 2006, o Governo do Estado de São Paulo, alienou ações ordinárias de sua propriedade, correspondentes, a 50,10% das ações ordinárias de emissão da CTEEP. A entidade vencedora do leilão foi a Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. (“ISA”).

Atualmente, a Companhia está consolidada no setor de transmissão de energia elétrica, atuando como grupo econômico e controla diretamente quinze sociedades e com controle compartilhado de outras cinco sociedades, que detêm, juntas, trinta contratos de concessão (nota 1.2), 18,8 mil quilômetros de linhas construídas, 68,9 mil MVA de capacidade de transformação, além de mais de 1,6 mil quilômetros e 9 mil MVA de potência em fase pré-operacional.

As ações da Companhia estão listadas no segmento de Nível 1 da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob os códigos TRPL3 e TRPL4.

A Companhia adota as práticas diferenciadas de Governança Corporativa – Nível 1, da B3 desde setembro de 2002. Os compromissos assumidos por conta da referida adesão garantem maior transparência da Companhia com o mercado, investidores e acionistas, facilitando o acompanhamento dos atos da Administração.

A Companhia integra o Índice Brasil Amplo, Índice Brasil 100, Índice de Dividendos, Índice de Energia Elétrica, Índice de Governança Corporativa, Índice MidLarge Cap, o Índice de Utilidade Pública e o Índice Carbono Eficiente.

Notas Explicativas

1.2 Concessões

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto possuem o direito de explorar os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Contrato	Part · (%)	Prazo (anos)	Vencimen to	Revisão Tarifária Periódica		Índice de correção	Receita Anual Permitida – RAP	
					Prazo (anos)	Próxima		R\$ mil	Mês base
CTEEP (i)	059/2001		30	31.12.42	5	2023	IPCA	2.336.400	06/21
Controladas									
IESerra do Japi	143/2001	100	30	20.12.31	n/a	n/a	IGPM	18.184	06/21
IEMG	004/2007	100	30	23.04.37	5	2022	IPCA	21.689	06/21
IENNE	001/2008	100	30	16.03.38	5	2023	IPCA	57.681	06/21
IEPinheiros	012/2008	100	30	15.10.38	5	2024	IPCA	12.144	06/21
IESul	013/2008	100	30	15.10.38	5	2024	IPCA	6.624	06/21
IEPinheiros	015/2008	100	30	15.10.38	5	2024	IPCA	44.664	06/21
IESul	016/2008	100	30	15.10.38	5	2024	IPCA	15.432	06/21
IEPinheiros	018/2008	100	30	15.10.38	5	2024	IPCA	5.990	06/21
Evrecy	020/2008	100	30	17.07.25	4	2025	IGPM	17.948	06/21
IESerra do Japi	026/2009	100	30	18.11.39	5	2025	IPCA	47.033	06/21
IEPinheiros	021/2011	100	30	09.12.41	5	2022	IPCA	6.479	06/21
Piratininga- PBTE	012/2016	100	30	21.11.46	5	2022	IPCA	180.244	06/21
IEItaúnas	018/2017	100	30	10.02.47	5	2022	IPCA	57.743	06/21
IETibagi (ii)	026/2017	100	30	11.08.47	5	2023	IPCA	10.524	06/21
IEItaquê	027/2017	100	30	11.08.47	5	2023	IPCA	53.347	06/21
IEItapura	042/2017	100	30	11.08.47	5	2023	IPCA	12.846	06/21
IEAguapeí	046/2017	100	30	11.08.47	5	2023	IPCA	54.855	06/21
IEBiguaçu	012/2018	100	30	20.09.48	5	2024	IPCA	44.503	06/21
IEItapura	021/2018	100	30	20.09.48	5	2024	IPCA	11.774	06/21
Evrecy	001/2020	100	30	20.03.50	5	2025	IPCA	41.609	06/21
IETibagi	006/2020	100	30	20.03.50	5	2025	IPCA	5.860	06/21
IEMG	007/2020	100	30	20.03.50	5	2025	IPCA	36.252	06/21
IERiacho Grande	005/2021	100	30	31.03.51	5	2026	IPCA	68.050	RAP Ofertada
Total CTEEP e Controladas								3.167.875	
Controladas em conjunto									
IEMadeira	013/2009	51	30	25.02.39	5	2024	IPCA	310.281	06/21
IEMadeira	015/2009	51	30	25.02.39	5	2024	IPCA	267.335	06/21
IEGaranhuns	022/2011	51	30	09.12.41	5	2022	IPCA	100.159	06/21
IEParaguaçu	003/2017	50	30	10.02.47	5	2022	IPCA	130.428	06/21
IEAimorés	004/2017	50	30	10.02.47	5	2022	IPCA	87.379	06/21
IEIvaí	022/2017	50	30	11.08.47	5	2023	IPCA	323.652	06/21
Total controladas em conjunto								1.219.234	

- (i) Na CTEEP a RAP referente aos ativos do SE (Serviço Existente) de R\$1.842.311 base 06/2020 passou para R\$1.199.735 base 06/2021, conforme estabelecido no Reajuste Anual das concessionárias de transmissão, definida por meio da Resolução Homologatória nº 2.895 de 13 de julho de 2021.
- (ii) Em reunião de diretoria da ANEEL realizada em 26 de outubro de 2020, foi aprovada a proposta de aditivo ao contrato 26/2017 da controlada IETibagi. Tal aditivo decorre do fato de que no momento da autorização para iniciar os testes, a ANEEL entendeu que as otimizações extrapolaram o permitido no Edital e propôs um acordo a ser formalizado por meio do referido aditivo contratual. Dessa forma, a RAP passou de R\$18,3 milhões para R\$15,9 milhões (data base leilão), o que representa uma redução de aproximadamente 13,5%, adicionalmente à

Notas Explicativas

parcela de ajuste com desconto de R\$6,7 milhões no ciclo tarifário 2020/2021. A Companhia remensurou os ativos da concessão com base na nova estimativa de RAP, não sendo identificadas evidências que requeiram o reconhecimento de qualquer perda esperada para redução ao valor recuperável desse ativo (*impairment*) ou provisão para contrato oneroso.

Os contratos de concessão acima, adquiridos até o leilão de 2018, preveem o direito de indenização sobre os ativos vinculados à concessão no término de sua vigência, a partir de 2019 somente os ativos autorizados pela ANEEL, mediante reforços ou melhorias consideram direito de indenização. Para os contratos com revisão tarifária periódica, segundo a regulamentação aplicada pela ANEEL, é previsto o direito à remuneração dos investimentos em ampliação, reforços e melhorias.

Lei nº 12.783/2013

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 3 de dezembro de 2012, foi aprovada pelos acionistas da Companhia, por unanimidade, a prorrogação do contrato de concessão nº 059/2001, nos termos da Lei 12.783/2013, ficando a concessão prorrogada até dezembro de 2042 e garantindo à Companhia o direito ao recebimento dos valores relativos aos ativos do NI (*) e do SE (**).

Os valores referentes aos ativos do NI, equivalente a R\$2.891.291, conforme Portaria Interministerial nº 580, foram recebidos entre os anos de 2013 e 2015 (nota 7).

Para os valores do SE, em 30 de maio de 2017, foi emitido Despacho ANEEL nº 1.484/17, que reconheceu como valor destes ativos o total de R\$4.094.440, na data base 31 de dezembro de 2012. O impacto inicial dos valores da RBSE foi reconhecido contabilmente em setembro de 2016 e o complemento do valor reconhecido pela ANEEL foi registrado contabilmente durante o segundo trimestre de 2017, e estão apresentados como “Ativos da concessão” (nota 7 (a) (ii)).

Por meio da Nota técnica no.108/2020 – SGT/ANEEL de 25 de junho de 2020 foram recalculados os valores da RAP a partir do ciclo 2020/2021, incluindo a parcela de remuneração do custo de capital (Ke) e operacionalizados os efeitos da revogação das liminares que impediam o pagamento do Ke. Tais valores foram incluídos nos cálculos da RTP e aprovados pela Diretoria da ANEEL pela Resolução Homologatória nº 2.714/2020. Atualmente, existem duas liminares vigente.

Em 22 de abril de 2021, a ANEEL julgou favoravelmente o recurso administrativo interposto pela Companhia contra Resolução Homologatória nº 2.714/2020, que pleiteava o direito a atualização retroativa dos valores do RBSE, e aplicou o reperfilamento do componente financeiro do RBSE conforme Nota Técnica nº 068/2021 (nota 25.3(a). As premissas a serem válidas a partir do ciclo 2021/2022 são: (i) a conclusão do pagamento do RBSE em 2028; (ii) a redução da amortização da dívida do RBSE sem efeito no aumento do saldo a pagar; e (iii) a remuneração pelo WACC regulatório definido na RTP de 2018. A partir do ciclo 2023/2024, os fluxos de pagamentos previstos pela ANEEL retornam aos patamares similares aos aprovados na Resolução Homologatória nº 2.714/2020.

(*) NI – instalações energizadas a partir de 1º de junho de 2000.

(**) SE – instalações de ativos não depreciados existentes em 31 de maio de 2000.

2 Apresentação das informações trimestrais

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As informações trimestrais individuais, identificadas como “Controladora”, e as informações trimestrais consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Por não existir diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as

Notas Explicativas

IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas informações trimestrais individuais, a Companhia optou por apresentar essas informações trimestrais individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As informações trimestrais, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas informações trimestrais, tais como volume e capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram revisados.

As informações trimestrais foram aprovadas e autorizadas para divulgação pelo Conselho de Administração em 29 de julho de 2021.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das informações trimestrais a orientação técnica OCPC 7 e Deliberação CVM nº 727/14, com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das informações trimestrais na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da controladora e de cada uma de suas controladas, incluídas nas informações trimestrais consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”).

2.4 Reapresentação das informações trimestrais do período findo em 30 de junho de 2020

Em 1 de dezembro de 2020 a CVM divulgou Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 que orienta quanto a aspectos relevantes do CPC 47 (IFRS 15) e CPC 48 (IFRS 9) para as companhias transmissoras de energia elétrica, abordando principalmente: (i) determinação e atribuição de margem de implementação da infraestrutura ao longo do período das obras; (ii) aplicação de taxa implícita de desconto os ativos dos contratos de concessão; (iii) orientação quanto à classificação dos ativos da Lei 12.783 – SE como Ativo de contrato; (iv) segregação em rubrica específica na Demonstração de Resultado da receita de remuneração dos ativos da concessão; e (v) reconhecimento dos impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP) em função de alteração na base regulatória (BRR) ou na taxa de remuneração de capital (WACC regulatória) em rubrica abaixo da margem operacional.

Em consequência do Ofício CVM a Companhia adequou suas práticas contábeis em 31 dezembro de 2020, e em consonância com o parágrafo 14 do CPC 23/IAS 8 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, os seguintes saldos apresentados nas informações trimestrais referentes a 30 de junho de 2020 estão sendo reapresentados conforme demonstrado abaixo:

Notas Explicativas

	Apresentado	Impactos do	Controladora
	Trimestre findo	Ofício CVM 04/20	Reapresentação
	em 30.06.2020		Trimestre findo
			em 30.06.2020
<u>Demonstração do resultado</u>			
Receita operacional líquida	1.343.979	(1.011.627)	332.352
Receitas – Revisão Tarifária Periódica, líquidas	-	1.037.802	1.037.802
Equivalência patrimonial	(67.021)	86.489	19.468
Outros	(66.153)	-	(66.153)
Imposto de renda e contribuição social	(331.966)	(8.899)	(340.865)
Lucro líquido do período	878.839	103.765	982.604
	Apresentado	Impactos do	Reapresentação
	Semestre findo	Ofício CVM 04/20	Semestre findo
	em 30.06.2020		em 30.06.2020
<u>Demonstração do resultado</u>			
Receita operacional líquida	1.921.749	(1.006.820)	914.929
Receitas – Revisão Tarifária Periódica, líquidas	-	1.037.802	1.037.802
Equivalência patrimonial	66.658	197.445	264.103
Outros	(252.745)	-	(252.745)
Imposto de renda e contribuição social	(464.369)	(10.534)	(474.903)
Lucro líquido do período	1.271.293	217.893	1.489.186
	Apresentado	Impactos do	Controladora
	30.06.2020	Ofício CVM 04/20	Reapresentação
			30.06.2020
<u>Demonstração do fluxo de caixa</u>			
Lucro líquido do período	1.271.293	217.893	1.489.186
PIS e Cofins diferidos	83.069	3.158	86.227
Imposto de renda e contribuição social diferidos	322.264	10.534	332.798
Equivalência patrimonial	(66.658)	(197.445)	(264.103)
Ativo da concessão	(710.373)	(34.140)	(744.513)
Demais itens não impactados	(75.547)	-	(75.547)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	824.048	-	824.048
Caixa utilizado nas atividades de investimentos	(497.934)	-	(497.934)
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	308.922	-	308.922
Variação em caixa e equivalentes de caixa	635.036	-	635.036
<u>Demonstração do valor adicionado</u>			
Valor adicionado bruto (receitas)	2.245.180	34.140	2.279.320
Retenções	(8.861)	-	(8.861)
Valor adicionado líquido produzido	2.236.319	34.140	2.270.459
Valor adicionado recebido em transferência (equivalência patrimonial)	338.619	197.445	536.064
Valor adicionado total a distribuir	2.574.938	231.585	2.806.523
Distribuição do valor adicionado	2.574.938	231.585	2.806.523
Impostos, taxas e contribuições (federais)	821.112	13.692	834.804
Lucro retido do período	1.271.293	217.893	1.489.186
Demais itens não impactados	482.533	-	482.533

Notas Explicativas

	Apresentado	Impactos do Ofício	Consolidado
	Trimestre findo	CVM 04/20	Reapresentação
	em 30.06.2020		Trimestre findo
			em 30.06.2020
<u>Demonstração do resultado</u>			
Receita operacional líquida	1.518.071	(968.046)	550.025
Receitas – Revisão Tarifária Periódica, líquidas	-	1.037.802	1.037.802
Equivalência patrimonial	(95.475)	44.301	(51.174)
Outros	(202.609)	-	(202.609)
Imposto de renda e contribuição social	(339.481)	(10.292)	(349.773)
Lucro líquido do período	880.506	103.765	984.271

	Apresentado	Impactos do Ofício	Consolidado
	Semestre findo	CVM 04/20	Reapresentação
	em 30.06.2020		Semestre findo
			em 30.06.2020
<u>Demonstração do resultado</u>			
Receita operacional líquida	2.323.574	(921.422)	1.402.152
Receitas – Revisão Tarifária Periódica, líquidas	-	1.037.802	1.037.802
Equivalência patrimonial	(32.959)	114.778	81.819
Outros	(515.593)	-	(515.593)
Imposto de renda e contribuição social	(486.565)	(13.265)	(499.830)
Lucro líquido do período	1.288.457	217.893	1.506.350

Demonstração do fluxo de caixa

Lucro líquido do período	1.288.457	217.893	1.506.350
PIS e Cofins diferidos	79.110	6.393	85.503
Imposto de renda e contribuição social diferidos	339.284	13.265	352.549
Equivalência patrimonial	32.959	(114.778)	(81.819)
Ativo da concessão	(1.012.697)	(122.773)	(1.135.470)
Demais itens não impactados	(1.197)	-	(1.197)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	725.916	-	725.916
Caixa utilizado nas atividades de investimentos	(266.673)	-	(266.673)
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	264.939	-	264.939
Variação em caixa e equivalentes de caixa	724.182	-	724.182

Demonstração do valor adicionado

Valor adicionado bruto (receitas)	2.395.450	122.772	2.518.222
Retenções	(9.165)	-	(9.165)
Valor adicionado líquido produzido	2.386.285	122.772	2.509.057
Valor adicionado recebido em transferência (equivalência patrimonial)	258.425	114.778	373.203
Valor adicionado total a distribuir	2.644.710	237.550	2.882.260
Distribuição do valor adicionado	2.644.710	237.550	2.882.260
Impostos, taxas e contribuições (federais)	861.645	19.657	881.302
Lucro retido do período	1.288.457	217.893	1.506.350
Demais itens não impactados	494.608	-	494.608

Notas Explicativas

2.5 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Conforme o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011 e CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária, a Companhia declara que os julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas, bem como as principais práticas contábeis são consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

2.6 Procedimentos de consolidação

As informações trimestrais consolidadas incluem as informações trimestrais da Companhia e de suas controladas.

O controle é obtido quando a Companhia está exposta a, ou tem direitos sobre retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

As controladas são consolidadas integralmente, a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as participações nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

	Data base das informações trimestrais	Participação %	
		30.06.2021	31.12.2020
Controladas			
Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. (Serra do Japi)	30.06.2021	100	100
Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. (IEMG)	30.06.2021	100	100
Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. (IENNE)	30.06.2021	100	100
Interligação Elétrica Pinheiros S.A. (Pinheiros)	30.06.2021	100	100
Interligação Elétrica do Sul S.A. (IESul)	30.06.2021	100	100
Evrecy Participações Ltda. (Evrecy)	30.06.2021	100	100
Interligação Elétrica Itaúnas S.A. (Itaúnas)	30.06.2021	100	100
Interligação Elétrica Tibagi S.A. (Tibagi)	30.06.2021	100	100
Interligação Elétrica Itaquerê S.A. (Itaquerê)	30.06.2021	100	100
Interligação Elétrica Aguapeí S.A. (Aguapeí)	30.06.2021	100	100
Interligação Elétrica Biguaçu S.A. (Biguaçu)	30.06.2021	100	100
Interligação Elétrica Itapura S.A. (Itapura)	30.06.2021	100	100
Interligação Elétrica Riacho Grande S.A. (Riacho Grande)	30.06.2021	100	100
Piratininga-Bandeirantes Transmissora de Energia S.A (PBTE) (iii)	30.06.2021	100	-
SF Energia Participações S.A.	30.06.2021	100	-
Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes (i)	30.06.2021	28 (*)	13
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI (ii)	30.06.2021	55 (*)	36
Fundo de Investimento Assis Referenciado DI	30.06.2021	100 (*)	100
Fundo de Investimento Barra Bonita	30.06.2021	100 (*)	100

(*) Considera participação direta por meio da Companhia e indireta por meio das controladas.

- (i) Em 30 de junho de 2021 a controlada em conjunto Interligação Elétrica do Madeira (IEMadeira), possui 72% de participação do Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes.
- (ii) Em 30 de junho de 2021 as controladas em conjunto Interligação Elétrica do Madeira (IEMadeira), Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (IEGaranhuns), Interligação Elétrica Paraguaçu S.A. (IEParaguaçu), Interligação Aimorés S.A. (Aimorés) e Interligação Elétrica Ivaí S.A. (IEIvaí) possuem 32%, 2%, 2%, 3% e 6% respectivamente, de participação do Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI.

Consequentemente, essas participações têm reflexo na linha de participação de não controladores nos fundos de investimentos, sendo o montante de R\$348.109 em 30 de junho de 2021. Eventual alteração no regulamento ou na estrutura dos fundos de investimentos, devem ser alinhados e aprovados pela CTEEP.

Notas Explicativas

- (iii) A controladora possui 11,12% de participação direta e 88,88% de participação indireta por meio da controlada SF Energia Participações S.A.

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das informações trimestrais consolidadas:

- eliminação do patrimônio líquido das controladas;
- eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e,
- eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas empresas coincide com o da controladora.

A participação de acionistas não controladores é apresentada como parte do patrimônio líquido e lucro líquido e estão destacadas nas informações trimestrais consolidadas.

As controladas em conjunto são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPCs 18 (R2), 19 (R2) e 36 (R3) e possuem acordo de acionistas que define o controle compartilhado.

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as participações nas controladas em conjunto, se apresentavam da seguinte forma:

	Data base das informações trimestrais	Participação % 30.06.2021 e 31.12.2020
Controladas em conjunto		
Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IEMadeira)	30.06.2021	51
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (IEGaranhuns)	30.06.2021	51
Interligação Elétrica Paraguaçu S.A. (IEParaguaçu)	30.06.2021	50
Interligação Elétrica Aimorés S.A. (IEAimorés)	30.06.2021	50
Interligação Elétrica Ivaí S.A. (IEIvaí)	30.06.2021	50

3 Principais práticas contábeis

A Companhia declara que as principais práticas contábeis, constantes na nota explicativa 3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020, permanecem válidas para estas Informações Trimestrais – ITR, as quais devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações.

4 Normas e interpretações novas e revisadas:

- (a) Revisadas e Vigentes:

- CPC 15 (R1) (IFRS 3) – COMBINAÇÃO de negócios (definição de Negócios)
- CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual para relatório financeiro

Deliberação CVM nº 854, aprovando as revisões dos pronunciamentos técnicos:

- CPC 38 (IAS 39) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
- CPC 40 (R1) (IFRS 7) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação
- CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros
- CPC 26 (R1) (IAS 1) e (CPC 23) (IAS 8) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (definição de omissão material)

A Administração da Companhia e suas controladas avaliaram os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas informações trimestrais.

Notas Explicativas

(b) Revisadas e não vigentes

- CPC 11 (IFRS 17) – Contratos de Seguros
- CPC 26 (IAS 1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (classificação de passivos como circulante ou não circulante)

Exceto pelo pronunciamento IFRS 17 – Contrato de Seguros, norma ainda não emitida no Brasil, que tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras, não sendo aplicável à Companhia e suas controladas, a Administração da Companhia e suas controladas estão em processo de análise dos impactos dos demais pronunciamentos destacados acima.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	% do CDI	Controladora		Consolidado	
		30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Caixa e bancos		4.424	3.035	97.507	18.195
Equivalentes de caixa					
CDB (a)	102,0%	949.593	2.017.084	991.686	2.047.352
Compromissada (b)	96,5%	-	-	1.801	1.790
		954.017	2.020.119	1.090.994	2.067.337

Equivalentes de caixa estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária.

A análise da administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota explicativa 31 (c).

- (a) Títulos emitidos pelos bancos com taxas atreladas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).
- (b) Títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pela Companhia, com taxas atreladas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e prazos pré-determinados, lastreados por títulos públicos registradas na B3.

6 Aplicações financeiras

	Controladora	Consolidado	Controladora		Consolidado	
	Rentabilidade média acumulada da carteira em 2021					
	% do CDI		30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes			47.939	1.931	217.848	140.561
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI	125,3%	125,2%	144.072	15.385	409.734	260.401
Fundo de Investimento Assis Referenciado DI			73.970	30.823	73.970	30.823
Fundo de Investimento Barra Bonita Referenciado DI			14.459	3.648	22.960	21.772
			280.440	51.787	724.512	453.557

(*) Os fundos de investimentos são consolidados conforme descrito na nota 2.6.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto concentraram as suas aplicações financeiras nos seguintes fundos de investimentos:

Notas Explicativas

- Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Bradesco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Referenciado DI Coral.
- Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special DI).
- Fundo de Investimento Assis Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Santander e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Santander Renda Fixa Referenciado DI.
- Fundo de Investimento Barra Bonita Renda Fixa Referenciado DI LP: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco do Brasil e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Top DI FI Referenciado DI LP.

Os referidos fundos de investimento possuem liquidez diária, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a composição dos fundos, que detém títulos públicos e privados. As carteiras são compostas por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

A análise da Administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota explicativa 31 (c).

7 Ativo da concessão

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Ativo financeiro				
Serviços de O&M (a)	56.265	146.905	96.240	179.839
Ativo contratual				
Ativo da Lei nº 12.783 - SE (b)	9.340.755	9.264.491	9.340.755	9.264.491
Implementação da infraestrutura (c)	4.213.670	3.824.165	10.509.619	7.478.497
	13.554.425	13.088.656	19.850.374	16.742.988
	13.610.690	13.235.561	19.946.614	16.922.827
Circulante	1.488.655	2.533.173	1.992.387	2.804.373
Não circulante	12.122.035	10.702.388	17.954.227	14.118.454

- (a) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.
- (b) Contas a receber Lei nº 12.783 – valores a receber relativo aos investimentos do contrato de concessão nº 059/2001 que foi prorrogado nos termos da Lei nº 12.783 cujo direito de recebimento foi subdividido em SE e NI:

Instalações NI

A indenização referente às instalações do NI foi recebida parte a vista e parte parcelada via repasses efetuados à Companhia pela Eletrobras, no entanto sobre as parcelas remanescentes existem discussões judiciais quanto à forma de atualização, vide (nota 21).

Notas Explicativas

Instalações SE

Os valores a receber referente às instalações do SE apresentam características específicas tendo em vista as condições da renovação, previstas na Portaria nº 120/16 e valores regulamentados pela Nota Técnica ANEEL nº 336/2016, sendo tratado como um ativo contratual segregado dos demais ativos da Companhia. O fluxo de caixa futuro do RBSE é composto por: (i) parcela referente ao custo de capital próprio (Ke) (componente financeiro); e (ii) parcela referente à base de remuneração (componente econômico), que possuem prazos de realização distintos, cujos valores foram remensurados em junho de 2020, em conformidade com a Revisão Tarifária Periódica definida na Resolução Homologatória nº 2.714 de 30 de junho de 2020.

Com a cassação da maioria das liminares que impediam a ANEEL de considerar na RAP a parcela referente ao custo de capital próprio (Ke), a Resolução Homologatória nº 2.714 de 30 de junho de 2020 incluiu as parcelas do Ke referentes aos ciclos tarifários 2017/2018, 2018/2019 e 2019/2020 que passaram a ser recebidos, acrescidos de IPCA, por meio do mecanismo de parcela de ajuste (PA), nos três ciclos subsequentes, a partir de julho de 2020. A Companhia entendeu ter direito a remuneração pelo Ke real, e em conjunto com entidades de classe do setor interpôs Recurso Administrativo junto ao Órgão Regulador. Em 22 de abril de 2021, foi homologada a Resolução Homologatória nº 2.851 com o resultado do referido Recurso Administrativo reconhecendo o direito interposto e alteração do fluxo de pagamentos referente ao componente financeiro do RBSE.

- (c) Implementação da infraestrutura – fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação, reforços e melhorias na infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente e, quando aplicável, inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

A Resolução Homologatória no. 2.851/21, descrita na nota 25.3(a), preserva o valor econômico para a Companhia e reprograma parte dos pagamentos dos valores do RBSE até 2028, com impacto positivo no fluxo de recebimentos da Controladora, que a valor presente geraram um acréscimo de R\$497.346 nos valores a receber de Ativo Contratual e na rubrica Remuneração do ativo da concessão no resultado para valores a receber referente às instalações do SE e, acréscimo de R\$55.696 na rubrica de Receita de Revisão Tarifária Periódica no resultado para o RBNI.

As Resoluções Homologatórias descritas na nota 25.3(b), geraram acréscimo nas controladas de R\$3.017, nos valores a receber de Ativo Contratual e na rubrica de Receita de Revisão Tarifária Periódica no resultado.

As contas a receber estão assim distribuídas por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
A vencer	13.599.259	13.224.622	19.934.149	16.910.782
Vencidos				
até 30 dias	370	68	385	114
de 31 a 60 dias	253	37	286	42
de 61 a 360 dias	401	420	422	460
há mais de 361 dias (i)	10.407	10.414	11.372	11.429
	11.431	10.939	12.465	12.045
	13.610.690	13.235.561	19.946.614	16.922.827

- (i) Alguns agentes do sistema questionam judicialmente os saldos faturados referente à Rede Básica. Em virtude dessa discussão, estes valores são depositados judicialmente por estes agentes e estão classificados no contas a receber de longo prazo. A Companhia efetuou o faturamento de acordo com as autorizações das entidades regulatórias e, desta maneira, não registra nenhuma provisão para perda relacionada a estas discussões.

A Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo Operador Nacional do

Notas Explicativas

Sistema (ONS), portanto, não constituiu perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.

A movimentação do contas a receber é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31.12.2020	13.235.561	16.922.827
Receita de infraestrutura (nota 25.1)	217.782	497.870
Remuneração dos ativos de concessão (nota 25.1)	1.466.253	1.866.413
Receita de operação e manutenção (nota 25.1)	465.111	490.537
Ganho de eficiência na implementação de infraestrutura (nota 25.1)	67.887	83.155
Receitas – Revisão Tarifária Periódica (RTP)	55.696	58.713
Combinação de negócios (*)	-	2.092.261
Recebimentos	(1.897.600)	(2.065.162)
Saldos em 30.06.2021	13.610.690	19.946.614

(*) valor originado da combinação de negócios na aquisição da PBTE (nota 11).

8 Valores a receber – Secretaria da Fazenda

	Controladora e consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020
Processamento da folha de pagamento – Lei 4.819/58 (a)	2.085.823	1.999.993
Processos trabalhistas – Lei 4.819/58 (b)	298.480	295.261
Perdas esperadas sobre realização de créditos (c)	(516.255)	(516.255)
	1.868.048	1.778.999

- (a) Refere-se a valores a receber do Governo do Estado de São Paulo para liquidação de parcela de folha de pagamento da complementação de aposentadorias e pensões regida pela Lei Estadual 4.819/58, no período de janeiro de 2005 a junho/2021. O aumento em relação ao ano anterior é decorrente do cumprimento de decisão judicial da ação iniciada na 49ª Vara do Trabalho e que, atualmente, tramita na Justiça Comum, na qual a CTEEP, na condição de parte citada, repassa os recursos mensalmente à VIVEST (antiga FUNCESP) para processamento do pagamento aos aposentados e pensionistas (nota 32 (d)).
- (b) Referem-se a determinadas ações trabalhistas quitadas pela CTEEP por força de ato judicial, relativas aos empregados aposentados sob o amparo da Lei Estadual 4.819/58, que são de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo.
- (c) A perda esperada constituída teve como fatores determinantes o alargamento de prazo da expectativa de realização de parte do contas a receber do Estado de São Paulo e andamentos processuais. A Companhia monitora a evolução do tema e revisa a perda esperada periodicamente avaliando a necessidade de complementação ou reversão da provisão conforme eventos jurídicos que eventualmente alterem a opinião de seus assessores. Até 30 de junho de 2021, não ocorreram eventos que indicassem necessidade de alteração da perda esperada (*impairment*).

Notas Explicativas

9 Tributos e contribuições a compensar

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Imposto de renda - Antecipação	41.606	640	50.278	876
Contribuição social - Antecipação	20.793	-	24.025	125
Imposto de renda retido na fonte	2.652	1.449	4.962	3.260
Contribuição social retido na fonte	236	30	360	30
COFINS	17.333	14.547	17.436	14.604
PIS	3.762	3.157	3.788	3.173
Impostos parcelados a recuperar	4.162	4.124	4.162	4.124
Outros	2.687	2.464	2.726	2.615
	93.231	26.411	107.737	28.807

10 Cauções e depósitos vinculados

Os valores de cauções e depósitos são registrados no ativo não circulante, tendo em vista as incertezas quanto ao desfecho das ações objeto de depósitos.

Os depósitos estão registrados pelo valor nominal, atualizados monetariamente, tendo por base a variação de taxa referencial (TR) para depósitos trabalhistas e previdenciários e SELIC para tributários e regulatórios. O saldo está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.03.2021	31.12.2020
Depósitos judiciais				
Trabalhistas (nota 20 (a) (i))	27.488	29.038	27.514	29.087
PIS / COFINS (a)	12.643	12.559	12.643	12.559
Autuações – ANEEL (b)	2.117	2.072	2.117	2.072
Outros	413	401	3.397	401
	42.661	44.070	45.671	44.119

- (a) Em março de 2015, por meio do Decreto n.º 8.426/15, foi restabelecida a alíquota de 4,65% de PIS/COFINS sobre receitas financeiras com aplicação a partir de 1 de julho de 2015. Para o período de julho de 2015 a fevereiro de 2018, a Companhia buscou judicialmente evitar a tributação sob o fundamento de que o tributo apenas poderia ser exigido por meio de Lei conforme previsto na Constituição Federal, em seu artigo 150, inciso I e; e que o Decreto n.º 8.426/15 também viola o princípio da não cumulatividade previsto no artigo 194, § 12º.
- (b) Referem-se a depósitos, cujos processos têm como objetivo anular autuações da ANEEL as quais a Companhia contesta.

Notas Explicativas

11 Investimentos

(a) Composição equivalência patrimonial:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020 (Reapresentado)</u>	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020 (Reapresentado)</u>
Equivalência patrimonial	557.994	264.103	246.555	81.819
Realização de aquisição de controle (11 b)	1.117	-	-	-
	<u>559.111</u>	<u>264.103</u>	<u>246.555</u>	<u>81.819</u>

Notas Explicativas

(b) Movimentação dos investimentos

	Controladora						
	Saldos em 31.12.2020	Integralização de capital	Equivalência patrimonial	Realização de aquisição de controle	Aquisição de controle	Ajuste de instrumento financeiro	Saldos em 30.06.2021
IESerra do Japi	471.415	-	46.879	-	-	-	518.294
IEMG (*)	75.791	13.114	5.392	839	-	-	95.136
IENNE	315.010	-	20.571	-	-	-	335.581
IEPinheiros	537.238	-	43.169	-	-	-	580.407
Evrecy (*)	66.530	10.933	(363)	(1.245)	-	-	75.855
IEItaúnas	267.928	29.634	21.878	-	-	-	319.440
IEItabagi	136.524	22.049	12.881	-	-	-	171.454
IEItaquerê	490.055	3	43.226	-	-	-	533.284
IEItapura	141.331	28.437	(2.548)	-	-	-	167.220
IEAguapeí	471.068	18.585	57.889	-	-	-	547.542
IESul (*)	120.454	-	19.093	1.523	-	-	141.070
IEBiguaçu	103.481	105.414	(11.985)	-	-	1.518	198.428
IERiacho Grande	558	8.010	(281)	-	-	(167)	8.120
PBTE (*)	-	-	6.192	-	174.753	-	180.945
SF Energia (*)	-	-	49.446	-	1.396.312	-	1.445.758
IEMadeira	1.650.121	-	136.651	-	-	-	1.786.772
IEGaranhuns	377.759	-	31.251	-	-	-	409.010
IEParaguaçu	384.022	11.400	14.710	-	-	-	410.132
IEAimorés	254.376	8.600	10.165	-	-	-	273.141
IEIvaí	191.724	-	53.778	-	-	-	245.502
Total	6.055.385	256.179	557.994	1.117	1.571.065	1.351	8.443.091

(*) Patrimônio líquido ajustado contempla os ajustes a valor justo conforme laudo na data da aquisição.

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Saldos em 31.12.2020	Integralização de capital	Equivalência patrimonial	Saldos em 30.06.2021
IEMadeira	1.650.121	-	136.651	1.786.772
IEGaranhuns	377.759	-	31.251	409.010
IEParaguaçu	384.022	11.400	14.710	410.132
IEAimorés	254.376	8.600	10.165	273.141
IEIvaí	191.724	-	53.778	245.502
Total	2.858.002	20.000	246.555	3.124.557

Notas Explicativas

(c) Informações sobre investimentos em controladas

	Data base	Qtde. de ações ordinárias	Participação no capital integralizado %	Capital integralizado	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido ajustado (*)	Receita bruta	Lucro (prejuízo) líquido
IESerra do Japi	30.06.2021	130.857.000	100,0	130.857	591.320	73.026	518.294		56.866	46.879
	31.12.2020	130.857.000	100,0	130.857	546.846	75.431	471.415	-	27.704	25.069
IEMG	30.06.2021	114.809.000	100,0	114.809	137.899	18.487	119.412	95.136	27.704	5.392
	31.12.2020	101.695.000	100,0	101.695	139.357	38.450	100.907	75.791	4.926	3.568
IENNE	30.06.2021	338.984.000	100,0	338.984	513.210	177.629	335.581	-	102.315	20.571
	31.12.2020	338.984.000	100,0	338.984	500.951	185.941	315.010	-	50.027	8.707
IEPinheiros	30.06.2021	300.910.000	100,0	300.910	651.640	71.233	580.407	-	54.499	43.169
	31.12.2020	300.910.000	100,0	300.910	614.631	77.393	537.238	-	22.002	24.001
Evrecy	30.06.2021	32.445.000	100,0	32.445	76.793	11.107	65.686	75.855	21.537	(363)
	31.12.2020	21.512.367	100,0	21.512	63.131	8.015	55.116	66.530	3.068	2.215
IEItaúnas	30.06.2021	205.465.000	100,0	205.465	347.526	28.086	319.440	-	57.239	21.878
	31.12.2020	175.831.000	100,0	175.831	290.304	22.376	267.928	-	23.093	7.282
IETibagi	30.06.2021	118.470.000	100,0	118.470	195.439	23.985	171.454	-	36.056	12.882
	31.12.2020	96.422.000	100,0	96.422	170.453	33.929	136.524	-	49.111	6.057
IEItaquerê	30.06.2021	206.093.000	100,0	206.093	593.103	59.819	533.284		47.637	43.226
	31.12.2020	206.093.000	100,0	206.093	558.274	68.219	490.055	-	7.302	11.496
IEItapura	30.06.2021	151.483.000	100,0	151.483	182.441	15.221	167.220		31.440	(2.548)
	31.12.2020	123.046.000	100,0	123.046	155.299	13.968	141.331	-	27.961	6.095

(*) Patrimônio líquido ajustado contempla os ajustes a valor justo conforme laudo na data da aquisição

Notas Explicativas

(Continuação)

	<u>Data base</u>	<u>Qtde. de ações ordinárias</u>	<u>Participação no capital integralizado %</u>	<u>Capital integralizado</u>	<u>Ativos</u>	<u>Passivos</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Patrimônio líquido ajustado (*)</u>	<u>Receita bruta</u>	<u>Lucro líquido (prejuízo)</u>
IEAguapeí	30.06.2021	323.013.000	100,0	323.013	622.166	74.624	547.542	-	102.315	57.889
	31.12.2020	304.429.000	100,0	304.429	526.533	55.465	471.068	-	93.213	2.465
IESul	30.06.2021	220.660.000	100,0	220.660	231.924	38.081	193.843	141.070	16.785	19.093
	31.12.2020	220.660.000	100,0	220.660	219.469	44.719	174.750	120.454	(2.830)	2.677
IEBiguaçu	30.06.2021	208.547.000	100,0	208.547	218.588	20.160	198.428		106.075	(11.985)
	31.12.2020	103.133.000	100,0	103.133	120.810	17.329	103.481	-	2.150	(15)
IE Riacho Grande	30.06.2021	8.010.000	100,0	8.010	8.690	570	8.120	-	8.276	(281)
	31.12.2020	-	100,0	-	577	19	558	-	-	-
PBTE	30.06.2021	410.000	11,12		2.268.313	1.134.239	1.134.074	1.188.910	32.782	55.681
SF Energia	30.06.2021	349.000	100,0		1.007.965	67.470	940.495	1.445.758	-	49.446

(*) Patrimônio líquido ajustado contempla os ajustes a valor justo conforme laudo na data da aquisição

Notas Explicativas

(d) Informações sobre investimentos em controladas em conjunto

	30.06.2021					31.12.2020				
	IEMadeira	IEGaranhuns	IEParaguaçu	IEAimorés	IEIvaí	IEMadeira	IEGaranhuns	IEParaguaçu	IEAimorés	IEIvaí
Ativo Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	90.496	21.713	104	461	564.425	14.673	14.595	4.433	10.821	1.039.553
Aplicações financeiras	293.984	6.413	9.505	10.549	27.657	350.636	-	9.704	5.186	-
Ativo da concessão	528.706	97.258	-	-	-	435.367	93.321	-	-	-
Outros ativos	47.298	7.521	382	395	9.552	51.264	5.285	1.910	1.606	4.910
Ativo não circulante										
Ativo da concessão	5.725.215	1.030.090	1.090.189	714.330	2.324.768	5.562.015	994.365	1.028.124	669.582	1.549.158
Outros ativos não circulantes	138.178	14.541	2.871	1.305	86.276	253.157	41.086	760	617	46.499
Passivo circulante										
Empréstimos e financiamentos	181.614	33.240	50	50	50	182.025	33.394	50	50	50
Debêntures	59.026	-	-	-	-	75.874	-	-	-	-
Outros passivos	255.690	36.261	5.614	3.340	183.710	126.681	21.260	20.808	15.993	211.242
Passivos não circulante										
Empréstimos e financiamentos	1.115.500	137.031	371	371	390	1.194.090	153.431	397	418	397
Debêntures	327.093	-	-	-	1.853.245	361.226	-	-	-	1.727.550
Outros passivos	1.381.480	169.023	276.753	176.997	484.279	1.480.018	183.424	255.632	162.599	317.433
Patrimônio líquido	3.503.474	801.981	820.263	546.282	491.004	3.247.198	757.143	768.044	508.752	383.448
	30.06.2021					30.06.2020				
	IEMadeira	IEGaranhuns	IEParaguaçu	IEAimorés	IEIvaí	IEMadeira	IEGaranhuns	IEParaguaçu	IEAimorés	IEIvaí
Receita operacional líquida	432.656	83.383	56.324	40.609	703.867	234.196	44.580	199.143	126.934	177.283
Custos de infraestrutura e O&M	(12.883)	(4.988)	(11.054)	(9.373)	(424.122)	(127.999)	(506)	(182.256)	(116.579)	(167.103)
Despesas gerais e Administrativas	(9.344)	(1.955)	(1.032)	(770)	(895)	(8.465)	(6.414)	(883)	(619)	(1.196)
Resultado financeiro	(81.473)	(5.092)	295	298	(115.903)	(233.240)	(5.970)	289	195	(28.668)
Outras receitas (despesas) operacionais	17.225	175	-	-	-	408	188	-	-	(6)
Imposto de renda e contribuição social	(78.238)	(10.246)	(15.113)	(10.434)	(55.391)	49.091	(4.461)	(5.730)	(3.509)	(3.449)
Lucro (prejuízo) líquido	267.943	61.277	29.420	20.330	107.556	(86.009)	27.417	10.563	6.422	(23.139)
Participação acionária CTEEP (%)	51%	51%	50%	50%	50%	51%	51%	50%	50%	50%

Notas Explicativas

(i) Controladas e controladas em conjunto

Contratos operacionais									
Empresa	Constituição	Contrato	Segmento	Início da operação comercial	Subestações	Potência instalada	Linhas de transmissão	Extensão de linhas	Região
Operacionais									
IESerra do Japi	01.07.2009	026/2009 143/2001	Transmissão	2004	Jandira e Salto	2.000 MVA	Botucatu – Chavantes C4	137,3	São Paulo
IEMG	13.12.2006	004/2007	Transmissão	2008	-	-	Neves 1 – Mesquita	173,0	Minas Gerais
IEENNE	03.12.2007	001/2008 015/2008 012/2008 018/2008	Transmissão	2010	-	-	Colinas - Ribeiro Gonçalves - C2Ribeiro Gonçalves - São João Do Piauí - C2	710,0	Maranhão, Piauí e Tocantins
IEPinheiros	22.07.2008	021/2008	Transmissão	2010	Piratininga II, Mirassol II, Getulina, Araras, Atibaia II, e Itapeti	4.500 MVA	Interlagos – Piratininga II	0,72	São Paulo
Evrecy	14.11.2006	020/2008	Transmissão	2008	Aimorés, Mascarenhas	450 MVA	Aimores-Se - U. Mascarenhas - C1,Aimores - Conselheiro Pena - C1, Conselheiro Pena - Governador Valadares 6 - C1, Governador Valadares 6 - Governador Valadares 2 - C1 Curitiba - Joinville Norte - C2– Jorge Lacerda B - Tubarão Sul - C1 Tubarão Sul - Siderópolis - C1 e	164,0	Espírito Santo e Minas Gerais
IESul	23.07.2008	016/2008 013/2008	Transmissão	2010	Forquilha, Scharlau 2 Bauru - Compensador Estático 440 kV (-125/250)	900 MVA	Nova Santa Rita - Scharlau - C1 E C2	178,9	Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul
IEItapura	11.04.2017	042/2017	Transmissão	2019	Mvar SE Araraquara 2 - 3 x Compensadores Síncronos 500 kV - (-180/+300)	250 MVA	-	-	São Paulo
IEItaquerê	11.04.2017	027/2017	Transmissão	2020	Mvar	900 MVA	-	-	São Paulo
IE Madeira	18.12.2008	013/2009 015/2009	Transmissão	2013	Estação retificadora Porto Velho e inversora Araraquara	7.464,0 MVA	Porto Velho – Araraquara II	2.385,0	Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo
IE Garanhuns	07.10.2011	022/2011	Transmissão	2015	Garanhuns II e Pau Ferro	2.100 MVA	Luiz Gonzaga – Garanhuns, Garanhuns – Pau Ferro, Garanhuns – Campina Grande III, Garanhuns – Angelim, Angelim I	633,0	Paraíba, Pernambuco e Alagoas
IE Tibagi	11.04.2017	026/2017	Transmissão	2020	Rosana	500 MVA	Nova Porto Primavera – Rosana C1 e C2 Marechal Rondon – Taquaruçu e Ilha Solteira – Bauru C1/C2	16,8	São Paulo e Paraná
IEAguapeí (*)	11.04.2017	046/2017	Transmissão	2021	Baguaçu e Alta Paulista	1.400 MVA	Bandeirante – Piratininga II, C1 e C2, subterrâneas	-	São Paulo
PBTE (**)	25.07.2016	012/2016	Transmissão	2020	-	-	-	15,5	São Paulo

(*) Entrou em operação comercial em 22 de janeiro de 2021 (Alta Paulista) e 04 de março de 2021 (Baguaçu), com antecipação de seis meses em relação à estimativa da ANEEL.

(**) Circuito duplo de 15km

Notas Explicativas

Contratos pré-operacionais											
Empresa	Constituição	Contrato	Segmento	Previsão da entrada em operação (*)	Subestações	Potência instalada	Linhas de transmissão	Extensão de linhas	Região	Investimento estimado (**)	Assinatura do contrato
IEItaúnas IEItapura (***)	13.01.2017	018/2017	Transmissão	60 meses	João Neiva 2	1.200 MVA	Viana 2 – João Neiva 2	79,0	Espírito Santo	R\$297.819	10.02.2017
	11.04.2017	021/2018	Transmissão	48 meses 48 meses	Lorena	1.200 MVA	-	6,0	São Paulo	R\$237.947	21.09.2018
IEBiguaçu	06.07.2018	012/2018	Transmissão	60 meses	Ratones	300 MVA 2.700 MVA	- Caxias Norte – Caxias 6 C1 Caxias Norte - Vinhedos C1 Caxias Norte - Monte Claro	57,0	Santa Catarina	R\$641.382	21.09.2018
Evrecy	19.12.2019	001/2020	Transmissão	60 meses	Caxias Norte	-	Ilha Solteira - Três Irmãos C2	169,0	Rio Grande do Sul Mato Grosso do Sul e São Paulo	R\$681.550	20.03.2020
IEItibagi	19.12.2019	006/2020	Transmissão	42 meses	- Nova Ponte Araxá 3 Uberlândia 10 e Monte Alegre de Minas 2	1.600 MVA	Nova Ponte - Araxá 3 Nova Ponte - Uberlândia 10 Miguel Reale - São Caetano do Sul, C1/C2; Sul - São Caetano do Sul, C1/C2; Trechos LT entre SE Sul - LT Ibiuna - Tijucu Preto C2.	37,0	Minas Gerais	R\$98.797	20.03.2020
IEMG	19.12.2019	007/2020	Transmissão	60 meses		800 MVA		173,0		R\$553.567	20.03.2020
IERiacho Grande	17.12.2020	005/2021	Transmissão	60 meses	São Caetano do Sul			63,0	São Paulo	R\$1.140.629	31.03.2021

Notas Explicativas

Contrato pré-operacionais											
Empresa	Constituição	Contrato	Segmento	Previsão da entrada em operação (*)	Subestações	Potência instalada	Linhas de transmissão	Extensão de linhas	Região	Investimento estimado (**)	Assinatura do contrato
IEParaguaçu	18.11.2016	003/2017	Transmissão	60 meses	-	-	Poções III – Padre Paraíso 2 C2	338,0	Bahia e Minas Gerais	R\$509.595	10.02.2017
IEAimorés	18.11.2016	004/2017	Transmissão	60 meses	-	-	Padre Paraíso 2 – Governador Valadares 6 C2	208,0	Minas Gerais	R\$341.118	10.02.2017
IEIvaí (***)	17.05.2017	022/2017	Transmissão	60 meses	Guaíra, Sarandi e Paranaíba Norte	2.988 MVA	Guaíra – Sarandi, Foz do Iguaçu – Guaíra, Londrina – Sarandi, Sarandi – Paranaíba Norte	599,0	Paraná	R\$1.936.474	11.08.2017

(*) Prazo para a entrada em operação a partir da data de assinatura do contrato, conforme estimativa da ANEEL.

(**) Investimento conforme estimativa da ANEEL.

(***) Circuito duplo.

Notas Explicativas

(ii) Combinação de negócios

Em 2 de dezembro de 2020, a Companhia celebrou o contrato de compra e venda com Wire Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura Kavom para aquisição, via direta e indireta, da totalidade de ações representativas do capital social da Piratininga - Bandeirantes Transmissora de Energia S.A. (PBTE). A aquisição indireta das ações da PBTE se deu por meio da aquisição da totalidade das ações representativas do capital social da sua controladora, SF Energia Participações S.A. pelo preço de aquisição final de R\$ 1.571.065. A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 19 de janeiro de 2021 e em 1º de fevereiro de 2021 obteve a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A transferência de controle ocorreu em 2 de março de 2021.

A PBTE opera uma linha de transmissão subterrânea de 30km na cidade de São Paulo, que entrou em operação em abril de 2020 e interliga as subestações Piratininga II e Bandeirantes da CTEEP.

O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e apuração do intangível da concessão foram definidos para a PBTE e SF Energia, de forma preliminar por consultoria independente, tendo como base o balanço patrimonial de 28 de fevereiro de 2021 e demonstrado a seguir:

Piratininga – Bandeirantes Transmissora de Energia S.A. (PBTE)	Valor contábil em 28.02.2021	Ajustes a valor justo - preliminar	Ativos e passivos a valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	67.555	-	67.555
Contas a receber (ativo da concessão)	2.092.261	-	2.092.261
Tributos a recuperar	12.201	-	12.201
Outros ativos	3.307	-	3.307
Intangível da concessão (nota 13)	-	493.129	493.129
	<u>2.175.324</u>	<u>493.129</u>	<u>2.668.453</u>
Empréstimos e financiamentos	373.537	-	373.537
Fornecedores	2.456	-	2.456
Obrigações tributárias	4.859	-	4.859
Pis e Cofins diferidos	191.955	-	191.955
Outros passivos circulantes	3.743	-	3.743
Imposto de renda e contribuição social diferidos	520.380	-	520.380
	<u>1.096.930</u>	<u>-</u>	<u>1.096.930</u>
Patrimônio Líquido (*)	<u>1.078.394</u>	<u>493.129</u>	<u>1.571.523</u>
Participação adquirida			<u>11,12%</u>
			<u>174.753</u>
Valor pago			<u>(174.753)</u>

(*) Valor do patrimônio líquido contábil de 28 de fevereiro de 2021 após adequação às práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas para fins de consolidação. As diferenças de práticas contábeis apresentaram o montante de R\$216.644.

Notas Explicativas

SF Energia Participações S.A.	Valor contábil em 28.02.2021	Ajustes a valor justo – preliminar	Ativos e passivos a valor justo
Investimento	958.477	438.293	1.396.770
Intangível da concessão na <i>holding</i> (nota 13)	-	66.970	66.970
	<u>958.477</u>	<u>505.263</u>	<u>1.463.740</u>
Fornecedores	74	-	74
Imposto de renda e contribuição social diferidos	67.260	-	67.260
Outros Passivos	<u>94</u>	<u>-</u>	<u>94</u>
	67.428	-	67.428
Patrimônio Líquido (*)	<u>891.049</u>	<u>505.263</u>	<u>1.396.312</u>
Participação adquirida			<u>100%</u>
			<u>1.396.312</u>
Valor pago			<u>(1.396.312)</u>

(*) Valor do patrimônio líquido contábil de 28 de fevereiro de 2021 após adequação às práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas para fins de consolidação. As diferenças de práticas contábeis apresentaram o montante de R\$216.644.

Como resultado dessa operação, o saldo do investimento da Companhia na PBTE e SF Energia reflete o valor justo, dos ativos e passivos, diferenciando-se do valor contábil do patrimônio líquido da PBTE e SF Energia.

(iii) Controlada em conjunto

Interligação Elétrica do Madeira S.A.

- Processo de arbitragem:**

A IEMadeira teve um processo de arbitragem, que tramitou na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, contra a empresa Transformadores e Serviços de Energia das Américas Ltda., nova razão social de Toshiba América do Sul Ltda. (“Toshiba”), contratada em julho de 2010 para a construção de aproximadamente 900 Km da Linha de Transmissão da IE Madeira, Trechos 1A, 1B e 2B. Em 25 de junho de 2020, o Tribunal Arbitral proferiu Sentença Final após a fase de esclarecimentos, condenando a IE Madeira a indenizar a Toshiba em R\$285.061, montante este já atualizado por IPCA e acrescido de juros moratórios de 1% ao mês e multa de 2%. IEMadeira efetuou a provisão contábil para fazer frente a este processo e em agosto de 2020, foi celebrado um acordo para o pagamento da dívida, sendo 40% a vista e o saldo remanescente em 48 parcelas mensais com atualização monetária e juros. Em 30 de junho de 2021 o saldo a pagar é de R\$132.340.

Notas Explicativas

12 Imobilizado

Refere-se, substancialmente, a bens móveis utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão.

				Controladora	
				Taxas médias anuais de depreciação	
				30.06.2021	31.12.2020
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	%
Terrenos	2.060	-	2.060	2.060	-
Edificações	1.246	(952)	294	299	4,00%
Arrendamento de edifícios (i)	53.930	(10.269)	43.661	46.453	10,37%
Máquinas e equipamentos	11.782	(3.343)	8.439	5.089	5,34%
Móveis e utensílios	13.198	(6.707)	6.491	6.696	3,85%
Equipamentos de informática	17.368	(11.967)	5.401	6.319	15,80%
Veículos	10.196	(8.255)	1.941	2.669	14,29%
Arrendamento de veículos (i)	29.484	(15.774)	13.710	4.463	19,97%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10.071	(1.154)	8.917	9.546	12,50%
Imobilizado em andamento	5.765	-	5.765	7.590	
	155.100	(58.421)	96.679	91.184	

(i) Taxa de depreciação conforme prazo do contrato de arrendamento.

Notas Explicativas

Consolidado					
			30.06.2021	31.12.2020	Taxas médias anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	%
Terrenos	2.060	-	2.060	2.060	-
Edificações	1.246	(952)	294	299	4,00%
Arrendamento de edifícios (i)	55.837	(10.586)	45.251	48.147	10,37%
Máquinas e equipamentos	11.862	(3.351)	8.511	5.140	5,34%
Móveis e utensílios	13.210	(6.708)	6.502	6.705	3,85%
Equipamentos de informática	17.472	(12.023)	5.449	6.336	15,80%
Veículos	10.196	(8.255)	1.941	2.668	14,29%
Arrendamento de veículos (i)	29.746	(16.035)	13.711	4.466	18,75%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10.071	(1.154)	8.917	9.546	12,50%
Imobilizado em andamento	5.799	-	5.799	7.624	
	157.499	(59.064)	98.435	92.991	

(i) Taxa de depreciação conforme prazo do contrato de arrendamento.

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Controladora					
	Saldos em 31.12.2020	Adições	Depreciação	Baixas / Transferências	Saldos em 30.06.2021
Terrenos	2.060	-	-	-	2.060
Edificações	299	-	(5)	-	294
Arrendamento de edifícios	46.453	-	(2.792)	-	43.661
Máquinas e equipamentos (*)	5.089	-	(485)	3.835	8.439
Móveis e utensílios	6.696	-	(258)	53	6.491
Equipamentos de informática	6.319	-	(1.078)	160	5.401
Veículos	2.669	-	(728)	-	1.941
Arrendamento de veículos	4.463	11.790	(2.543)	-	13.710
Benfeitorias em imóveis de terceiros	9.546	-	(629)	-	8.917
Imobilizado em andamento	7.590	2.074	-	(3.899)	5.765
	91.184	13.864	(8.518)	149	96.679

(*) Transferência de R\$153 do intangível.

Notas Explicativas

					Consolidado
	Saldos em 31.12.2020	Adições	Depreciação	Baixas/ Transferências	Saldos em 30.06.2021
Terrenos	2.060	-	-	-	2.060
Edificações	299	-	(5)	-	294
Arrendamento de edifícios	48.147	-	(2.896)	-	45.251
Máquinas e equipamentos (*)	5.140	22	(486)	3.835	8.511
Móveis e utensílios	6.705	2	(258)	53	6.502
Equipamentos de informática	6.336	38	(1.085)	160	5.449
Veículos	2.668	-	(727)	-	1.941
Arrendamento de veículos	4.466	11.790	(2.545)	-	13.711
Benfeitorias em imóveis de terceiros	9.546	-	(629)	-	8.917
Imobilizado em andamento	7.624	2.074	-	(3.899)	5.799
	92.991	13.926	(8.631)	149	98.435

(*) Transferência de R\$153 do intangível.

13 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
ERP-SAP e softwares (a)	14.057	12.257	14.804	13.084
Direito de uso de concessão gerado na aquisição de controladas (b)	-	-	493.220	11.415
	14.057	12.257	508.024	24.499

- (a) Refere-se, substancialmente, aos gastos incorridos na atualização do ERP-SAP e direito de uso de softwares, amortizados linearmente, no prazo de 5 anos.
- (b) Refere-se ao intangíveis da concessão, apurados conforme laudos elaborados por consultoria independente, gerados nas aquisições das controladas Evrecy, IEMG, IESul, Piratininga (PBTE) e SF Energia que têm como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão. Os intangíveis da concessão são amortizados de acordo com os prazos remanescentes dos contratos de concessão das controladas, conforme determinado no ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Sendo, Evrecy contrato 020/2008 com vencimento em julho de 2025, IEMG contrato 004/2007 com vencimento em abril de 2037, IESul contratos 013/2008 e 016/2008 com vencimento em outubro de 2038 e PBTE contrato 012/2016 com vencimento em novembro de 2046.

Notas Explicativas

A movimentação do intangível é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2019	<u>10.168</u>	<u>25.196</u>
Adições	2.951	2.951
Amortização	<u>(1.149)</u>	<u>(2.544)</u>
Saldo em 30.06.2020	<u>11.970</u>	<u>25.603</u>
Saldo em 31.12.2020	12.257	24.499
Adições	3.252	563.422
Transferências (*)	(153)	(79.562)
Amortização	<u>(1.299)</u>	<u>(335)</u>
Saldo em 30.06.2021	<u>14.057</u>	<u>508.024</u>

(*) Transferência R\$153 para ativo imobilizado e R\$79.409 do ativo da concessão.

Notas Explicativas

14 Empréstimos e financiamentos

A composição dos saldos de empréstimos e financiamentos é como segue:

a) Moeda Nacional

Contrato	Entidade	Valor da captação	Data início	Encargos	TIR a.a.	Data Final	Finalida-de	Forma de pagamento	Garan-tia	Indicador financeiro	Controladora		Consolidado	
											30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
BNDES														
Contrato 13.2.1344.1 (*)	CTEEP	284.136	23.12.2013	TJLP + 1,80% a.a.	8,35%	15.03.2029	Plano de Investimen-tos Plurianual 2012 - 2015	Juros trimestrais até março de 2015 e Pagamento de Principal e Juros mensais a partir de abril 2015	Fiança bancária	Dívida líquida/ EBITDA ajustado < 3,0 e Dívida Líquida/ Dívida	148.746	159.057	148.746	159.057
		105.231		3,50% a.a.	3,60%	15.01.2024		Líquida + PL < 0,6		26.363	31.455	26.363	31.455	
		1.940		TJLP	6,17%	15.03.2029				21	23	21	23	
Contrato 17.2.0291.2 (*)	CTEEP	272.521	08.08.2017	TJLP + 2,62%a.a.	7,04%	15.03.2032	Plano de Investimen-tos Plurianual 2016-2019	Principal e Juros mensais a partir de 15 de abril de 2018	Cessão Fiduciária	Dívida líquida/ EBITDA < 3,0 e Dívida Líquida/ Dívida	209.110	218.877	209.110	218.877
		1.378		TJLP	4,98%	15.03.2032		Líquida + PL < 0,6		27	29	27	29	
Contrato 13.2.0650.1	Pinheiros	23.498	13.08.2013	TJLP + 2,06% a.a.	7,55%	15.02.2028	Financiar os Projetos do Lote K do Leilão 004/2011	Principal e Juros168 parcelas mensais a partir de 15 de março de 2014	-	ICSD de no mínimo 1,3 apurado anual	-	-	3.648	3.932
				3,50% a.a.	3,55%	15.04.2023					-	-	3.316	4.226
Contrato 10.2.2034.1	Pinheiros	119.886	30.12.2010	TJLP + 2,62% a.a.	8,28%	15.05.2026	Financiar os Projetos dos Lotes E, H e K do Leilão 004/2008	Principal e Juros em 168 parcelas mensais a partir de 15 de setembro de 2011	-	ICSD de no mínimo 1,3 apurado anual	-	-	17.684	19.543
				5,50% a.a.	5,78%	15.01.2021					-	-	-	838

Notas Explicativas

Contrato	Entidade	Valor da captação	Data início	Encargos	TIR a.a.	Data Final	Finalidade	Forma de pagamento	Garantia	Indicador financeiro				
											30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Contrato 11.2.0842.1	IE Serra do Japi	93.373	28.10.2011	TJLP + 1,95% a.a.	8,20%	15.05.2026	Financiar os Projetos do Lote I do Leilão 001/2009	Principal e Juros em 168 parcelas mensais a partir de 15 de junho de 2012	-	ICSD de no mínimo 1,2 apurado anual	-	-	18.949	20.881
				TJLP + 1,55% a.a.	7,90%	15.05.2026					-	-	16.378	18.044
Contrato 08.2.0770.1	IEMG	70.578	14.01.2009	TJLP + 2,39% a.a.	7,93%	15.04.2023	Financiar os Projetos do Lote D do Leilão 005/2006	Principal e Juros em 168 parcelas mensais a partir de 15 de maio de 2009	-	ICSD de no mínimo 1,3 apurado anual	-	-	-	12.324
				5,5% a.a.	5,50%	15.01.2021					-	-	-	93
Contrato 10.2.1883.1	IESUL	18.166	21.12.2010	TJLP + 2,58% a.a.	7,72%	15.05.2025	Financiar os Projetos do Lote F do Leilão 004/2008	Principal e Juros 168 parcelas mensais a partir de 15 de junho de 2011	-	ICSD de no mínimo 1,3 apurado anual	-	-	2.989	3.372
				3,0% a.a.	3,00%	15.04.2023					-	-	2.185	2.781
Contrato 13.2.0422.1	IESUL	28.200	28.06.2013	TJLP + 2,58% a.a.	7,93%	15.02.2028	Financiar os Projetos do Lote I do Leilão 004/2008	Principal e Juros 168 parcelas mensais a partir de 26 de maio de 2014	-	ICSD de no mínimo 1,3 apurado anual	-	-	5.526	5.942
Eletrobrás	CTEEP	-	-	8,0% a.a.	8,00%	15.11.2021	-	-	-	-	11	19	11	19
8ª NP's	CTEEP	1.200.000	06.05.2021	CDI + 1,25% a.a.	4,30%	06.05.2024	-	Principal e Juros no final	-	-	1.205.047	-	1.205.047	-
CCB	CTEEP	650.000	30.04.2020	CDI + 2,45% a.a.	4,25%	20.04.2022	-	Principal no final e juros trimestrais	-	-	655.265	653.317	655.265	653.317
CCB	PBTE	365.000	02.07.2020	CDI + 1,60%	3,93%	02.07.2021	-	Principal e Juros no final	-	-	-	-	379.272	-
BNB	IENNE	220.000	19.05.2010	10,0% a.a.	10,00 %	19.05.2030	Financiar os Projetos do Lote A do Leilão 004/2008	Juros trimestrais até maio de 2012 e mensais a partir de junho 2012	Conta reserva mantida no BNB	-	-	-	141.899	148.176
Total em moeda nacional											2.244.590	1.062.777	2.836.436	1.302.929
Circulante											704.797	54.330	1.113.809	94.628
Não circulante											1.539.793	1.008.447	1.722.627	1.208.301

(*) Para fins de cálculo e comprovação dos referidos índices conforme requerido no contrato junto ao BNDES, a Companhia consolida todas as controladas e controladas em conjunto (de forma proporcional à participação por ela detida), desde que detenha participação acionária igual ou superior a 10%.

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas de empréstimo e financiamentos a longo prazo estão distribuídos como seguem:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
2022	24.389	698.096	42.572	731.628
2023	48.777	48.757	75.930	77.583
2024	1.244.476	39.429	1.271.341	66.293
2025	38.579	38.581	65.482	65.484
2026	38.579	38.581	59.702	59.704
2027 a 2031	140.145	140.154	202.750	202.759
2032 a 2032	4.848	4.849	4.850	4.850
	1.539.793	1.008.447	1.722.627	1.208.301

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31.12.2019	1.062.512	1.347.376
Adições (i)	655.516	655.516
Pagamentos de principal	(24.469)	(45.605)
Pagamentos de juros	(27.915)	(39.157)
Juros e variações monetárias e cambiais	239.401	249.475
Saldos em 30.06.2020	1.905.045	2.167.605
Saldos em 31.12.2020	1.062.777	1.302.929
Combinação de negócios (*)	-	373.537
Adição(ii)	1.200.000	1.200.000
Custo de Transação(ii)	(3.985)	(3.985)
Pagamentos de principal	(24.590)	(51.265)
Pagamentos de juros	(14.891)	(23.954)
Juros e variações monetárias e cambiais	25.279	39.174
Saldos em 30.06.2021	2.244.590	2.836.436

(i) Refere-se à captação realizada em 8 de agosto de 2017 do contrato BNDES nº 17.2.0291.2

(ii) Refere-se à 8ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais realizada em 06 de maio de 2021

(*) Valor originado da combinação de negócios na aquisição da PBTE (nota 11).

Notas Explicativas

A Companhia participa na qualidade de interveniente garantidora às controladas e controladas em conjunto, no limite de sua participação, em seus contratos de financiamento, conforme abaixo:

Controlada	Participação na controlada	Banco	Modalidade dívida	Saldo devedor em 30.06.2021	Modalidade garantias	Saldo garantido pela CTEEP	Término da garantia
IE Pinheiros	100%	BNDES	FINEM e PSI	6.964	Penhor de ações	6.964	15.02.2028
IE Pinheiros	100%	BNDES	FINEM e PSI	17.684	Penhor de ações	17.684	15.05.2026
IE Serra do Japi	100%	BNDES	FINEM e PSI	35.327	Penhor de ações	35.327	15.05.2026
IESul	100%	BNDES	FINEM e PSI	2.989	Penhor de ações	2.989	15.05.2025
IESul	100%	BNDES	FINEM e PSI	7.711	Penhor de ações	7.711	15.02.2028
IENNE	100%	Banco do Nordeste	FNE	141.899	Penhor de ações/corporativa	141.899	19.05.2030
IE Madeira	51%	Banco da Amazônia	Cédula de crédito bancária	147.530	Penhor de ações	289.274	10.01.2033
IE Madeira	51%	BNDES	FINEM e PSI	513.998	Penhor de ações	1.007.840	15.02.2030
IE Madeira	51%	Itaú/BES	Debêntures de infraestrutura	196.921	Penhor de ações/corporativa	386.119	18.03.2025
IE Garanhuns	51%	BNDES	FINEM e PSI	86.838	Penhor de ações	170.271	15.12.2028
IE Ivaí	50%	Itaú	Debêntures de infraestrutura	926.632	Penhor de Ações Fiança Corporativa	1.853.264	15.12.2043 15.01.2024

Além das garantias supracitadas, os contratos de financiamento entre as controladas e controladas em conjunto com os Bancos de Fomento (BNDES/BASA/BNB) exigem a constituição e manutenção de conta de reserva dos serviços da dívida no valor equivalente de três a seis vezes a última prestação vencida de amortização do financiamento, incluindo parcela de principal e juros, classificados sob a rubrica caixa restrito no Balanço Patrimonial da Controladora de R\$10.449 e no Consolidado no montante de R\$33.240 (R\$10.349 na controladora e R\$41.160 no consolidado, em 31 de dezembro de 2020).

Os contratos de BNDES e debêntures das controladas e controladas em conjunto possuem cláusulas restritivas que exigem o cumprimento de indicadores financeiros, sendo o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), bem como cláusulas de “*cross default*” que estabelecem a antecipação das dívidas na ocorrência do não cumprimento de obrigações contratuais.

Em 30 de junho de 2021, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (“*covenants*”), da controladora, controladas e controladas em conjunto.

Notas Explicativas

15 Debêntures

					Controladora e Consolidado	
	Vencimento	Quantidade	Encargos	TIR a.a.	30.06.2021	31.12.2020
Série única (i)	15.07.2021	148.270	IPCA + 6,04%	7,9%	187.959	176.460
Série única (ii)	15.02.2024	300.000	IPCA + 5,04%	6,8%	359.499	352.490
Série única (iii)	15.04.2025	621.000	IPCA+ 4,70%	6,4%	713.121	681.986
Série única (iv)	15.12.2029	409.325	IPCA+3,50%	5,5%	431.981	407.032
1ª Série (v)	15.11.2028	800.000	CDI + 2,83%	8,3%	800.162	795.750
2ª Série (v)	15.05.2044	800.000	IPCA + 5,30%	9,6%	788.948	765.548
Série única (vi)	15.07.2044	672.500	IPCA + 5,07%	9,0%	668.094	-
					3.949.764	3.179.266
Circulante					242.011	217.948
Não circulante					3.707.753	2.961.318

- (i) Em agosto de 2016, a Companhia emitiu 148.270 debêntures de infraestrutura, nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei nº 12.431/2001, em série única, no montante total de R\$148.270, com vistas ao reembolso de aportes e investimentos em suas controladas em conjunto IEMadeira e IEGaranhuns. Em 15 de julho de 2021 ocorreu a liquidação das debêntures.

Os indicadores financeiros estabelecidos na escritura são Dívida Líquida/EBITDA(*) < 3,5 e EBITDA(*)/Resultado financeiro > 1,5 até a apuração realizada com data-base de 30 de junho de 2017 e, a partir da apuração realizada na data-base de 30 de setembro de 2017, > 2,0.

- (ii) Em março de 2017, a Companhia emitiu 300.000 debêntures de infraestrutura nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, Lei nº 12.431/2001, em série única, no montante total de R\$300.000, com vistas ao pagamento futuro e/ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas aos investimentos em reforços e melhorias de instalação de transmissão, compreendendo a instalação, a substituição ou a reforma, visando manter a prestação de serviço adequada, a confiabilidade do SIN – Sistema Interligado Nacional, a vida útil dos equipamentos e/ou realizar a conexão de novos usuários. O vencimento das debêntures ocorrerá no dia 15 de fevereiro de 2024 e a remuneração é paga anualmente nos meses de fevereiro de cada ano, sendo que a primeira parcela foi paga em 15 de fevereiro de 2018. O valor da emissão líquido dos custos da transação totaliza R\$292.603. Os custos são apropriados ao resultado pelo prazo da operação.

Os indicadores financeiros estabelecidos na escritura são Dívida Líquida/EBITDA(*) ≤ 3,5 e EBITDA(*)/Resultado financeiro ≥ 1,5 até a apuração realizada com data-base de 30 de junho de 2017 e, a partir da apuração realizada na data-base de 30 de setembro de 2017, ≥ 2,00.

- (iii) Em maio de 2018, a Companhia emitiu 621.000 debêntures de infraestrutura, nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431/2011, em série única, no montante total de R\$621.000, com finalidade de reembolso de custos incorridos em prazo de até 24 meses contados da data de divulgação do Aviso de Encerramento da oferta, ou pagamento futuro no âmbito do investimento nos projetos IEParguaçu, IEAimorés, IEItaúnas, IEIvaí, IETibagi, IEItaquerê, IEItapura e IEAguapeí. As debêntures foram classificadas como "títulos verdes", pois o uso dos recursos contribui com o desenvolvimento sustentável por meio do suporte ao escoamento de energia renovável, de acordo com parecer independente de especialistas com experiência e capacidade técnica na área de sustentabilidade, divulgado em maio de 2018 no site da Companhia. O vencimento das debêntures ocorrerá no dia 15 de abril de 2025 e a remuneração é paga semestralmente nos meses de outubro e abril de cada ano, sendo que a primeira parcela foi paga em 15 de outubro de 2018. O valor da emissão líquido dos custos da transação totaliza R\$603.877. Os custos são apropriados ao resultado pelo prazo da operação.

- (iv) Em dezembro de 2019, a Companhia emitiu 409.325 debêntures de infraestrutura, nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431/2011, em série única, no montante total de R\$409.325, com finalidade de reembolso de custos incorridos em prazo de até 24 meses contados da data de divulgação do Aviso de Encerramento da Oferta, ou pagamento futuro no âmbito do investimento nos projetos IEParguaçu, IEAimorés, IEItaúnas, IETibagi, IEItaquerê, IEItapura, IEAguapeí e IEBiguaçu. As debêntures foram classificadas como "títulos verdes", pois o uso dos recursos contribui com o desenvolvimento sustentável por meio do suporte ao escoamento de energia

Notas Explicativas

renovável, de acordo com parecer independente de especialistas com experiência e capacidade técnica na área de sustentabilidade, divulgado em dezembro de 2019 no site da Companhia. O vencimento das debêntures ocorrerá nos dias 15 de dezembro de 2027, 15 de dezembro de 2028 e 15 de dezembro de 2029 e a remuneração é paga semestralmente nos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo que a primeira parcela foi paga em 15 de junho de 2020. O valor da emissão líquido dos custos da transação totaliza R\$387.852. Os custos são apropriados ao resultado pelo prazo da operação.

- (v) Em dezembro de 2020, a Companhia emitiu 1.600.000 debêntures em duas séries, no montante total de R\$1.600.000 com liquidação financeira em maio de 2044. A primeira série, no montante total de R\$800.000 tem finalidade exclusiva de reforço de capital de giro e alongamento do passivo financeiro. O vencimento final das debêntures da 1ª série ocorrerá no dia 15 de novembro de 2028 e a remuneração é paga semestralmente nos meses de maio e novembro de cada ano.

A segunda série de debêntures de infraestrutura, no montante total de R\$800.000, nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431/2011, tem a finalidade de reembolso de custos incorridos em prazo de até 24 meses contados da data de divulgação do Aviso de Encerramento da Oferta, ou pagamento futuro no âmbito do investimento nos projetos IEParguaçu, IEAimorés, IEItaúnas, IEItaquerê, IEItapura, IEAguapeí e IEBiguaçu e em projetos de reforços em instalações de transmissão de energia elétrica da ISA CTEEP. As debêntures foram classificadas como "títulos verdes", pois o uso dos recursos contribui com o desenvolvimento sustentável por meio do suporte ao escoamento de energia renovável, de acordo com o "Green Finance Framework", divulgado em novembro de 2020 no site Companhia, e avaliação e parecer independente de especialistas com experiência e capacidade técnica na área de sustentabilidade. O vencimento final das debêntures da 2ª série ocorrerá no dia 15 de maio de 2044 e a remuneração é paga semestralmente nos meses de maio e novembro de cada ano. O valor total da emissão líquido dos custos da transação totaliza R\$1.555.745. Os custos são apropriados ao resultado pelo prazo da operação.

- (vi) Em fevereiro de 2021, a Companhia emitiu 672.500 debêntures de infraestrutura, nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431/2011, em série única, no montante total de R\$672.500, com finalidade de reembolso de custos incorridos em prazo de até 24 meses contados da data de divulgação do Aviso de Encerramento da Oferta, ou pagamento futuro no âmbito do investimento nos projetos Minuano, Triângulo Mineiro e Três Lagoas. As debêntures foram classificadas como "títulos verdes", pois o uso dos recursos contribui com o desenvolvimento sustentável por meio do suporte ao escoamento de energia renovável, de acordo com o "Green Finance Framework", divulgado em novembro de 2020 no site Companhia, e avaliação e parecer independente de especialistas com experiência e capacidade técnica na área de sustentabilidade. O vencimento final das debêntures ocorrerá no dia 15 de julho de 2044 e a remuneração é paga semestralmente nos meses de janeiro e julho de cada ano. O valor total da emissão líquido dos custos da transação totaliza R\$638.285. Os custos são apropriados ao resultado pelo prazo da operação.

Todas as exigências e cláusulas restritivas ("covenants") estabelecidas nas escrituras das emissões estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Companhia e suas controladas até a presente data.

O montante de custos de emissão apropriados nas operações financeiras relacionadas até 30 de junho de 2021 totaliza R\$130.875. O saldo de custos remanescentes a serem apropriados, a partir de 30 de junho de 2021 é de R\$109.696.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	30.06.2021	31.12.2020
2022	26.105	25.395
2023	26.734	26.007
2024	396.283	365.486
2025	765.215	706.316
2026	320.234	292.121
2027 a 2031	1.256.930	1.084.287
2032 a 2036	331.487	165.988
2037 a 2041	375.190	190.848
2042 a 2044	209.575	104.870
	3.707.753	2.961.318

Notas Explicativas

A movimentação das debêntures é como segue:

Saldos em 31.12.2019	1.896.479
Pagamentos de juros	(45.785)
Juros e variações monetárias	57.996
Saldos em 30.06.2020	1.908.690
Saldos em 31.12.2020	3.179.266
Adição	672.500
Custo de transação	(38.118)
Pagamento de principal	(13.896)
Pagamentos de juros	(77.322)
Juros e variações monetárias	227.334
Saldos em 30.06.2021	3.949.764

Notas Explicativas

16 Arrendamentos

A composição dos saldos de arrendamentos é como segue:

	Valor	Data de início	Taxa	Data final	Forma de pagamento	Controladora		Consolidado	
						30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Arrendamento de veículos	13.278	01.06.2017 até 01.06.2020	0,58%a.m.	31.10.2020 até 30.04.2024	principal e juros mensais	13.710	4.168	13.710	4.168
Arrendamento de imóveis	10.885	01.09.2018 até 01.07.2019	0,58%a.m.	31.08.2022 até 30.06.2029	principal e juros mensais	44.935	47.647	46.564	49.369
Total de arrendamentos						58.645	51.815	60.274	53.537
Circulante						10.947	8.603	11.139	8.795
Não circulante						47.698	43.212	49.135	44.742

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas de arrendamentos a longo prazo estão distribuídos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
2022	4.930	6.162	5.028	6.357
2023	9.947	5.689	10.145	5.887
2024	7.038	5.578	7.239	5.778
2025 a 2029	25.783	25.783	26.723	26.720
	47.698	43.212	49.135	44.742

A movimentação dos arrendamentos é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31.12.2019	49.285	49.896
Adições	11.103	12.434
Pagamentos	(6.019)	(6.203)
Juros	574	599
Saldos em 30.06.2020	54.943	56.726
Saldos em 31.12.2020	51.815	53.537
Adições	11.790	11.790
Pagamentos	(5.648)	(5.756)
Juros	688	703
Saldos em 30.06.2021	58.645	60.274

De acordo com o requerido nos ofícios circulares nº 02/2019 e nº01/2020, emitidos em 18 de dezembro de 2019 e 5 de fevereiro de 2020, respectivamente, os efeitos inflacionários nos saldos constantes nas demonstrações financeiras, relacionados ao CPC 06 (R2) são de: (i) direito de uso de R\$10.018 na controladora e R\$10.798 no consolidado; (ii) passivo de arrendamentos de R\$7.833 na controladora e R\$8.409 no consolidado; (iii) depreciação de R\$596 na controladora e R\$645 no consolidado; e (iv) despesa financeira de R\$926 na controladora e R\$930 no consolidado.

17 Tributos e encargos sociais a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Imposto de renda	244.599	147.518	248.184	149.012
Contribuição social	88.793	47.544	90.403	48.409
COFINS	32.487	33.654	35.736	34.459
PIS	6.610	6.852	7.314	7.027
INSS	5.059	5.426	6.809	7.551
ISS	1.194	1.614	1.852	2.712
FGTS	227	-	227	-
Imposto de renda retido na fonte	2.018	4.128	2.155	4.255
Outros	805	1.713	1.413	2.189
	381.792	248.449	394.093	255.614

Notas Explicativas

18 PIS e COFINS diferidos

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
PIS diferido	216.994	210.824	281.592	234.846
COFINS diferido	999.338	970.923	1.297.221	1.081.876
	1.216.332	1.181.747	1.578.813	1.316.722

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração dos ativos da concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14.

19 Encargos regulatórios a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	65.953	75.083	72.667	81.608
Reserva Global de Reversão – RGR	548	548	548	548
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (ii)	9.199	12.721	9.199	12.721
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	2.135	2.260	2.135	2.260
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	387	385
	77.835	90.612	84.936	97.522
Circulante	32.831	47.390	34.900	49.457
Não circulante	45.004	43.222	50.036	48.065

(i) A Companhia e suas controladas reconhecem obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL. O total aplicado em projetos não concluídos até 30 de junho de 2021 soma R\$32.942 (R\$26.002 em 31 de dezembro de 2020) é registrado na rubrica de outros ativos.

(ii) A CDE é um encargo o qual a transmissora tem a obrigação de intermediar repasse a partir dos valores arrecadados dos consumidores livres.

Notas Explicativas

20 Obrigações trabalhistas

	Controladora e Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020
Férias, 13º salário e encargos sociais	34.348	32.147
Participação nos Lucros e Resultados – PLR	10.714	12.947
	45.062	45.094

21 Provisões

(a) Demandas judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia e suas controladas. As provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

As demandas judiciais com probabilidade de perda provável são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Trabalhistas (i)	49.876	50.535	49.912	50.569
Cíveis (ii)	43.312	1.748	43.424	1.748
Fiscais – IPTU (iii)	2.349	2.192	5.333	2.192
Fundiárias (iv)	2.446	2.669	18.879	33.923
Outros	1.398	250	1.489	250
	99.381	57.394	119.037	88.682

(i) Trabalhistas

A Companhia responde por certos processos judiciais, perante diferentes tribunais, advindos dos processos trabalhistas por questões de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade entre outros. A Companhia possui depósitos judiciais trabalhistas no montante de R\$27.488 na controladora e R\$27.514 no consolidado (R\$29.038 na controladora e R\$29.087 no consolidado em 31 de dezembro de 2020), conforme nota 10.

(ii) Cíveis

- A Companhia está envolvida em processos cíveis relacionados a questões imobiliárias, indenizações, cobranças, anulatórias e ações diversas decorrentes do próprio negócio da entidade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, sendo que o principal valor refere-se ao processo relacionado aos valores remanescente da indenização das instalações NI.

A indenização decorrente da prorrogação do contrato de concessão nº 059/2001 nos termos da Lei nº 12.783/2013, referente às instalações do NI correspondia ao montante original de R\$2.891.291, atualizado R\$2.949.121, conforme determinado pela Portaria Interministerial nº 580. O equivalente a 50% desse montante foi recebido em 18 de janeiro de 2013 e os 50% restantes foram divididos em 31 parcelas mensais, e que vinham sendo repassados à Companhia pela Eletrobras. No entanto, sobre essas parcelas remanescentes, ainda existem discussões quanto à forma de atualização. Atendendo solicitação do TCU (Tribunal de Contas da União), a

Notas Explicativas

ANEEL efetuou uma revisão dos valores repassados à título da indenização das instalações do NI a todas as concessionárias e entendeu que ocorreram equívocos no cálculo de atualização, gerando pagamentos a maior para as concessionárias. A Eletrobras, embora reconheça que haja equívocos no cálculo, contestou o entendimento da ANEEL sobre o tema. A Companhia, pautada em laudo econômico independente e opinião de seus assessores jurídicos, tem interpretação divergente em relação à forma de atualização aplicada pela ANEEL, e com base nisto mantém registrada a sua melhor estimativa para o valor em questão, no total de R\$34.900, excluindo multa e mora que seriam devidos a favor da Companhia, tendo em vista atrasos ocorridos nos repasses. A Eletrobras ajuizou ação de cobrança contra a ISA CTEEP e em 17 de dezembro de 2020 foi publicada decisão determinando a devolução do valor recebido a maior pela Companhia, com abatimento do valor dos efeitos decorrentes da mora, em razão do pagamento das parcelas da indenização com atraso. Essa decisão está no prazo para interposição de recurso e a apuração dos valores dependerá de liquidação no processo.

(iii) Tributárias - IPTU

A Companhia está envolvida em processos tributários referente à cobrança de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e efetua provisão para fazer face aos débitos com prefeituras de diversos municípios do Estado de São Paulo.

(iv) Fundiárias

Processos cíveis-fundiários relacionados a questões imobiliárias, envolvendo constituição de servidão de passagem, desapropriação, indenizações e ações diversas decorrentes do próprio negócio da entidade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos, nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

(b) Movimentação das provisões é como segue:

	Controladora					
	<u>Trabalhista</u>	<u>Cível</u>	<u>Fiscais - IPTU</u>	<u>Fundiárias</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31.12.2020	50.535	1.748	2.192	2.669	250	57.394
Constituição	1.981	32.009	-	37	1.379	35.406
Reversão	(4.120)	(1.019)	-	(331)	(252)	(5.722)
Pagamento	(3.729)	(20)	-	(115)	-	(3.864)
Transferência (*)	-	-	-	-	-	-
Atualização	5.209	10.594	157	186	21	16.167
Saldos em 30.06.2021	49.876	43.312	2.349	2.446	1.398	99.381

(*) transferência de outros passivos não circulante

Notas Explicativas

	Consolidado					
	Trabalhista	Cível	Fiscais - IPTU	Fundiárias	Outros	Total
Saldos em 31.12.2020	50.569	1.748	2.192	33.923	250	88.682
Constituição	1.981	32.121	2.984	554	1.469	39.109
Reversão	(4.120)	(1.019)	-	(8.924)	(252)	(14.315)
Pagamento	(3.729)	(20)	-	(7.959)	-	(11.708)
Transferência (*)	-	-	-	-	-	-
Atualização	5.211	10.594	157	1.285	22	17.269
Saldos em 30.06.2021	49.912	43.424	5.333	18.879	1.489	119.037
(*) transferência de outros passivos não circulante						

(*) transferência de outros passivos não circulante

(c) Processos com probabilidade de perda classificada como possível - controladora e consolidado

A Companhia e suas controladas possuem ações de natureza trabalhista, cível, previdenciária e tributária, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, para as quais não constitui provisão, no montante estimado de R\$ 841.475 e R\$ 869.184 em 30 de junho de 2021 (R\$771.066 e R\$780.482 em 31 de dezembro de 2020), controladora e consolidado, respectivamente.

	Controladora		Consolidado	
Classificação	Quantidade	Total	Quantidade	Total
Trabalhistas	120	16.425	120	16.425
Cíveis	112	64.704	126	82.260
Cíveis - Fundiários	6	11.649	75	21.137
Previdenciárias	32	2.769	32	2.769
Cíveis - Nulidade de Incorporação da EPTE pela CTEEP (i)	2	449.738	2	449.738
Tributárias – Amortização ágio (ii)	2	168.830	2	168.830
Tributárias – CSLL base negativa (iii)	1	31.441	1	31.441
Tributárias – IPTU	158	87.843	159	87.853
Tributárias – Outros	38	8.076	42	8.731
	471	841.475	559	869.184

(i) Nulidade de Incorporação da EPTE pela CTEEP

• **Ação Declaratória**

Ação Ordinária na qual acionistas minoritários pleiteiam a nulidade da incorporação da Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica (EPTE) pela Companhia ou, de forma subsidiária, a declaração de seu direito de recesso e determinação do pagamento do valor de reembolso de suas ações. Atualmente, em fase de execução, com pendência de apreciação definitiva da exceção de pré-executividade. A Companhia ingressou com ação rescisória e obteve decisão liminar condicionando eventual levantamento de valores pelos autores à apresentação de caução idônea. A ação rescisória foi julgada improcedente e a Companhia interpôs recurso da decisão, pendente de julgamento. Na ação principal, os acionistas minoritários iniciaram cumprimento provisório de sentença, a impugnação da empresa foi julgada parcialmente procedente e a Companhia apresentou recurso, pendente de julgamento.

Notas Explicativas

• Ação de Indenização

Em outubro de 2020, a Companhia foi citada de nova ação ajuizada por parte dos acionistas minoritários, pleiteando que a indenização pelo valor das ações seja calculada com base no laudo RBSE. Os acionistas minoritários apresentaram parecer técnico econômico indicando pretensão da causa da ordem de R\$133 milhões. A CTEEP manifestou-se sobre o parecer técnico apresentado pelos minoritários e apresentou parecer técnico-regulatório. O processo está em fase de apuração de provas.

(ii) Tributárias – Amortização do ágio

Processos decorrentes de autos de infração lavrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) entre 2013 a 2017, competência de 2008 a 2013, referentes à operação de ágio pago pela ISA Capital no processo de aquisição do controle acionário da Companhia.

- O caso de 2008 foi julgado pela última instância do CARF com decisão desfavorável. Foi interposta ação judicial, com sentença parcialmente procedente para a Companhia (reconheceu a operação para IRPJ mas não para CSLL). Foi interposto recurso para a segunda instância judicial e aguarda julgamento.
- Os casos envolvendo os exercícios de 2009, 2010, 2011 e 2012 tiveram decisão favorável definitiva na Câmara Superior do CARF.

O exercício de 2013 teve decisão parcialmente favorável à Companhia no primeiro julgamento. Foi apresentado recurso, pendente de julgamento.

A existência de decisão desfavorável no CARF não vincula aos demais processos existentes e pendentes de julgamento, por ainda não possuir o CARF uma posição unânime sobre o tema, tendo em vista que os julgamentos desfavoráveis foram precedidos por empate, posteriormente decididos pelo voto de qualidade do Presidente da Turma/Câmara.

(iii) Tributárias – CSLL Base Negativa

Processo decorrente de auto de infração lavrado em 2007, referente a composição da base negativa da CSLL, oriundo do balanço de cisão parcial da CESP. Processo administrativo com encerramento desfavorável no CARF pelo voto de qualidade. A Companhia discute o tema no Judiciário e obteve liminar favorável para suspender a exigibilidade do débito sem apresentação de garantia. Em setembro de 2020, o processo foi julgado de forma desfavorável à Companhia e foi apresentado recurso, que ainda pende de julgamento, entretanto, foi proferida decisão favorável à empresa, suspendendo a exigibilidade do débito sem apresentação de garantia.

(d) Processos com probabilidade de perda classificada como remota - controladora e consolidado

(iii) PIS e COFINS

A Companhia defende atualmente autos de infração de PIS e COFINS relativos aos anos de 2003 a 2011, sob o entendimento de que a Companhia estaria sujeita ao regime da cumulatividade. A Companhia adotava o regime cumulativo até o ano de 2003. Com a mudança da legislação, a partir de outubro de 2003 a regra geral tornou-se a não-cumulatividade, com exceção de receitas que se enquadravam em 4 requisitos i) contratos firmados antes de outubro de 2003, ii) com prazo superior a um ano, iii) preço pré-determinado, iv) para aquisição de bens ou serviços. Uma vez que a receita do SE (contrato 059/2001 anterior a Lei nº 12.783/2013) se enquadra nestes requisitos, e atendendo inclusive à orientação da ANEEL, a Companhia pediu a compensação dos valores pagos a maior no período em que fez recolhimentos no não cumulativo e passou a tributar a parcela da receita do SE pelo sistema cumulativo para PIS e COFINS.

Até setembro de 2013, os processos administrativos em fase mais avançadas estavam com decisão favorável no CARF, em linha com o entendimento do judiciário sobre o tema. Em dezembro de 2015 o CARF mudou seu entendimento sobre a tese, todavia, o entendimento e posicionamento do judiciário permanece o mesmo. Atualmente, os casos que já foram encerrados no CARF (envolvendo os períodos de 2003 a 2010) totalizam o valor atualizado de R\$2.125 milhões e são objeto de uma ação judicial que discute a análise de um laudo pelo CARF, tendo sido proferida decisão desfavorável à Companhia em primeira instância, sendo que no momento aguarda-se julgamento de recurso.

O processo envolvendo o exercício de 2011 possui valor atualizado de R\$682 milhões, teve julgamento desfavorável à Companhia na primeira instância do CARF. A Câmara Baixa do CARF determinou que a

Notas Explicativas

Procuradoria Geral da Fazenda Nacional analisasse o laudo elaborado por consultoria especializada, o qual foi analisado e validado. A Companhia aguarda novo julgamento na Câmara Baixa do CARF.

22 Benefício Pós Emprego/ Valores a pagar – Vivest (antiga Funcesp) - controladora e consolidado

A Companhia patrocina planos de complementação e suplementação de aposentadoria e pensão por morte mantidos com a Vivest (antiga Funcesp), que somado aos custos administrativos do fundo apresenta saldo de R\$858 em 30 de junho de 2021 (R\$871 em 31 de dezembro de 2020), referente às parcelas mensais a pagar como contribuição ao fundo.

(a) Plano de aposentadoria e pensão - PSAP/CTEEP

O PSAP/CTEEP abriga os seguintes subplanos:

- Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS) – (Plano “B”);
- Benefício definido (BD) – (Plano “B1”);
- Contribuição variável (CV) - (Plano “B1”).

O PSAP/CTEEP, regido pela Lei Complementar nº 109/2001 e administrado pela Vivest (antiga Funcesp), tem por entidade patrocinadora a própria Companhia, proporcionando benefícios de suplementação de aposentadoria e pensão por morte, cujas reservas são determinadas pelo regime financeiro de capitalização.

O PSAP/CTEEP originou-se da cisão do PSAP/CESP B1 em 1 de setembro de 1999 e abrange a totalidade dos participantes transferidos para a Companhia. Em 1 de janeiro de 2004 houve a incorporação do PSAP/EPTE pelo PSAP/Transmissão, cuja denominação foi alterada a partir dessa data para PSAP/Transmissão Paulista e a partir de 1 de dezembro de 2014 alterado para PSAP/CTEEP.

O subplano chamado “BSPS” refere-se ao Benefício Suplementar Proporcional Saldado decorrente do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/CESP B, transferido para este Plano em 1º de setembro de 1999, e ao PSAP/Eletropaulo Alternativo, transferido para este Plano, a partir da incorporação do PSAP/EPTE ocorrida em 1 de janeiro de 2004 calculado nas datas de 31 de dezembro de 1997 (CTEEP) e 31 de março de 1998 (EPTE), de acordo com o regulamento vigente, sendo o seu equilíbrio econômico-financeiro atuarial equacionado à época.

O subplano “BD” define contribuições e responsabilidades paritárias entre a Companhia e participantes, incidentes sobre 70% do Salário Real de Contribuição destes empregados a fim de manter seu equilíbrio econômico-financeiro atuarial. Esse subplano proporciona benefícios de renda vitalícia de aposentadoria e pensão por morte para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da Previdência Social.

O subplano “CV” define contribuições voluntárias de participantes com contrapartida limitada da Companhia, incidentes sobre 30% do Salário Real de Contribuição destes empregados a fim de proporcionar uma suplementação adicional nos casos de aposentadoria e pensão por morte. Na data de início de recebimento do benefício, o subplano de Contribuição Variável (CV) pode tornar-se de Benefício Definido (BD), caso a renda vitalícia seja escolhida pelo participante como forma de recebimento desta suplementação.

(i) Avaliação atuarial

Para a avaliação atuarial do PSAP/CTEEP, elaborada por atuário independente, foi adotado o método do crédito unitário projetado.

Em 30 de junho de 2021 o PSAP/CTEEP apresenta déficit atuarial em outros resultados abrangentes de R\$381.977 (R\$381.977 em 31 de dezembro de 2020).

A alteração de superávit atuarial para déficit atuarial entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 foi ocasionado por um reajuste nas rendas vitalícias superior à 23% (variação acumulada do IGP-DI no período). Essa grande perda atuarial foi a principal responsável pela modificação do ativo de R\$43.024 reconhecido nas demonstrações financeiras em 2019 para um passivo de R\$406.048 em 30 de junho de 2021.

Notas Explicativas

23 Reserva Global de Reversão (RGR) – Controladora e Consolidado

O saldo em 30 de junho de 2020, de R\$12.892 no passivo não circulante (R\$14.132 em 31 de dezembro de 2020), refere-se aos recursos derivados da reserva de reversão, amortização e parcela retida na Companhia, das quotas mensais da Reserva Global de Reversão (RGR), relativas a aplicações de recursos em investimentos para expansão do serviço público de energia elétrica e amortização de empréstimos captados para a mesma finalidade, ocorridos até 31 de dezembro de 1971. Anualmente, conforme despacho ANEEL, sobre o valor da reserva incide juros de 5%, com liquidação mensal. De acordo com o artigo 27 do Decreto nº 9.022 de 31 de março de 2017, as concessionárias do serviço público de energia elétrica deverão amortizar integralmente os débitos da RGR a partir de janeiro de 2018 até dezembro de 2026.

24 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 30 de junho de 2021 é de R\$5.000.000, sendo R\$1.957.386 em ações ordinárias e R\$3.042.614 em ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

A composição do capital social subscrito e integralizado em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 totaliza R\$3.590.020 e está representado por ações ordinárias e preferenciais, como segue:

	<u>30.06.2021</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>R\$ mil</u>
ON	257.937.732	1.405.410	257.937.732	1.405.410
PN	400.945.572	2.184.610	400.945.572	2.184.610
	<u>658.883.304</u>	<u>3.590.020</u>	<u>658.883.304</u>	<u>3.590.020</u>

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

As ações preferenciais não possuem direito a voto tendo, no entanto, prioridade no reembolso de capital e no recebimento de dividendos correspondente a essa espécie de ações.

(b) Dividendos e juros sobre capital próprio

Em 22 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração deliberou sobre a distribuição de dividendos com reserva de retenção de lucros como segue:

	<u>Dividendos</u>		
<u>Data RCA</u>	<u>Total</u>	<u>Por ação</u>	<u>Pagamento</u>
25.02.2021	531.163	0,806156	21.05.2021
	<u>531.163</u>	<u>0,806156</u>	

Em 25 de março de 2021, em Assembleia Geral Ordinária da Companhia foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos adicionais referente ao exercício de 2020 como segue:

	<u>Dividendos adicionais propostos</u>		
<u>Data AGO</u>	<u>Total</u>	<u>Por ação</u>	<u>Pagamento</u>
25.03.2021	524.450	0,795967	21.05.2021
	<u>524.450</u>	<u>0,795967</u>	

Notas Explicativas

O Estatuto Social da Companhia prevê destinação do lucro líquido do exercício observando a seguinte ordem (i) constituição da reserva legal; (ii) do saldo, pagamento de dividendos atribuídos às ações preferenciais e ordinárias sendo o maior valor entre R\$218.461 e R\$140.541, respectivamente, e 25% do lucro líquido do exercício; (iii) do saldo, até 20% do lucro líquido para constituição da reserva estatutária.

(c) Reservas de capital

	30.06.2021	31.12.2020
Subvenções para investimento – CRC	78	78
Reserva Especial de Ágio na Incorporação	588	588
	666	666

(d) Reservas de lucros

	30.06.2021	31.12.2020
Reserva legal (i)	718.004	718.004
Reserva estatutária (ii)	1.862.804	1.862.804
Reserva de retenção de lucros (iii)	266.149	797.312
Reserva especial de lucros a realizar (iv)	6.485.572	6.485.572
	9.332.529	9.863.692

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia alcançou o limite de constituição da reserva legal.

(ii) Reserva estatutária

O Estatuto Social da Companhia prevê a destinação de até 20% do lucro líquido do exercício, após a dedução da reserva legal, para a formação da reserva estatutária, cujo valor não poderá ultrapassar o valor do capital social, com as seguintes finalidades: (a) suportar investimentos para expansão das atividades da Companhia; (b) permitir a manutenção de capital de giro adequado; (c) permitir a criação de fundos necessários para o cumprimento de obrigações junto a terceiros, inclusive financiadores; e (d) proteger a Companhia contra potenciais contingências ou perdas advindas de riscos regulatórios.

(iii) Reserva de retenção de lucros

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em reserva de retenção de lucros, que se destina a atender o orçamento de capital aprovado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência.

(iv) Reserva especial de lucros a realizar

A Reserva especial de lucros a realizar contempla os impactos de (i) valores a receber do SE (nota 7); (ii) ajustes da aplicação do ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão; (iii) adoção inicial do CPC 47; e (iv) equivalência patrimonial, uma vez que, não compõem parcela realizada do lucro líquido do exercício. A alocação nessa reserva ocorre para refletir o fato de que a realização financeira do lucro destas operações ocorrerá em exercícios futuros. Uma vez realizado, caso a reserva especial não seja absorvida por prejuízos posteriores, a Companhia destinará seu saldo para aumento de capital, distribuição de dividendo ou constituição de outras reservas de lucros, observadas as propostas da administração a serem feitas oportunamente.

Notas Explicativas

A movimentação é como segue:

Saldo em 2019	5.466.623
Realização (*)	(1.848.074)
Constituição (**)	<u>2.867.023</u>
Saldo em 2020 e em 30 de junho de 2021	<u>6.485.572</u>

(*) A realização contempla, principalmente, valores efetivamente recebidos relativos a RBSE, e dividendos recebidos de controladas e controladas em conjunto.

(**) A constituição é formada pela atualização do saldo a receber da RBSE e itens não caixa conforme a aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e das normas IFRS, principalmente pela aplicação das IFRS 9 e 15, e suas especificidades no setor de transmissão.

(e) Outros Resultados Abrangentes (ORA)

A Companhia reconhece em Outros Resultados Abrangentes a remensuração do passivo decorrente do déficit atuarial e os respectivos efeitos tributários apresentado em laudo elaborado por atuário independente. Em 30 de junho de 2021, apresenta o valor R\$240.676 líquido de impostos (R\$240.676 em 31 de dezembro de 2020) (nota 22).

Também estão classificados em Outros Resultados Abrangentes, os instrumentos derivativos de compra a termo de moeda (NDF) para gerenciar o risco de taxa de câmbio do fluxo de caixa das controladas IEBiguaçu e IERiacho Grande no valor de R\$17.481 líquido de impostos, onde a parte efetiva das variações no valor justo do instrumento de *hedge accounting* é registrada no Patrimônio líquido, e não no Resultado.

(f) Resultado por ação

O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado por meio do resultado da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O lucro ou prejuízo diluído por ação é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, neste caso a Companhia considerou ações que poderão ser emitidas através da capitalização da reserva especial de ágio na incorporação em favor do acionista controlador.

Conforme previsto na Instrução CVM nº 319, à medida em que seja realizado o benefício fiscal da reserva especial de ágio na incorporação, constante do patrimônio líquido da Companhia, este benefício poderá ser capitalizado em favor da sua controladora, sendo garantido aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

As ações emitidas de acordo com esta realização foram consideradas diluidoras para o cálculo do lucro ou prejuízo por ação da Companhia, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão foram atendidas.

Notas Explicativas

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Lucro básico e diluído por ação				
Lucro líquido – R\$ mil	<u>850.000</u>	<u>982.603</u>	<u>1.432.623</u>	<u>1.489.186</u>
Média ponderada de ações				
Ordinárias	257.937.732	257.937.732	257.937.732	257.937.732
Preferenciais	<u>400.945.572</u>	<u>400.945.572</u>	<u>400.945.572</u>	<u>400.945.572</u>
	<u>658.883.304</u>	<u>658.883.304</u>	<u>658.883.304</u>	<u>658.883.304</u>
Média ponderada ajustada de ações				
Ordinárias	257.956.963	257.961.743	257.957.190	257.961.393
Preferenciais	<u>400.967.941</u>	<u>400.974.415</u>	<u>400.968.428</u>	<u>400.974.000</u>
	<u>658.924.904</u>	<u>658.936.158</u>	<u>658.925.618</u>	<u>658.935.393</u>
Lucro básico por ação (ON e PN)	<u>1,29006</u>	<u>1,49132</u>	<u>2,17432</u>	<u>2,26017</u>
Lucro diluído por ação (ON e PN)	<u>1,28998</u>	<u>1,49120</u>	<u>2,17418</u>	<u>2,25999</u>

Notas Explicativas

25 Receita operacional líquida

25.1 Composição da receita operacional líquida

	Controladora			
	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30.06.2021	30.06.2020 (Reapresentado)	30.06.2021	30.06.2020 (Reapresentado)
Receita bruta				
Receita de infraestrutura (a) (nota 7)	121.833	91.003	217.782	102.910
Operação e Manutenção (a) (nota 7)	166.379	164.672	465.111	451.866
Remuneração dos ativos de concessão (b) (nota 7)	963.941	155.583	1.466.253	545.237
Ganho (perda) de eficiência na implementação de infraestrutura (c)	62.233	333	67.887	333
Aluguéis	3.050	5.245	7.333	10.561
Prestação de serviços	25.135	8.918	32.559	14.030
Total da receita bruta	1.342.571	425.754	2.256.925	1.124.937
Tributos sobre a receita				
COFINS	(102.580)	(37.203)	(171.675)	(99.496)
PIS	(22.271)	(8.078)	(37.272)	(21.601)
Outros	(1.263)	(156)	(1.621)	(305)
	(126.114)	(45.437)	(210.568)	(121.402)
Encargos regulatórios				
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(28.389)	(26.303)	(63.647)	(54.034)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(6.411)	(14.394)	(13.824)	(21.113)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	(6.712)	(4.674)	(16.425)	(8.271)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia	(3.092)	(2.594)	(6.185)	(5.188)
	(44.604)	(47.965)	(100.081)	(88.606)
	1.171.853	332.352	1.946.276	914.929

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30.06.2021	30.06.2020 (Reapresentado)	30.06.2021	30.06.2020 (Reapresentado)
Receita bruta				
Receita de infraestrutura (a) (nota 7)	262.225	268.987	497.870	462.558
Operação e Manutenção (a) (nota 7)	172.417	170.126	490.537	467.295
Remuneração dos ativos de concessão – (nota 7)	1.187.403	207.474	1.866.413	688.162
Ganho (perda) de eficiência na implementação de infraestrutura (c)	62.233	333	83.155	333
Aluguéis	3.245	5.342	7.653	10.825
Prestação de serviços	15.826	2.140	18.112	4.357
Total da receita bruta	1.703.349	654.402	2.963.740	1.633.530
Tributos sobre a receita				
COFINS	(117.768)	(44.298)	(211.309)	(113.169)
PIS	(25.564)	(9.616)	(45.867)	(24.572)
Outros	(1.264)	(156)	(1.621)	(305)
	(144.596)	(54.070)	(258.797)	(138.046)
Encargos regulatórios				
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(28.389)	(26.303)	(63.647)	(54.034)
Reserva Global de Reversão – RGR	(1.403)	(1.625)	(2.807)	(3.249)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(7.578)	(14.911)	(15.975)	(22.191)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	(6.712)	(4.674)	(16.425)	(8.271)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia	(3.536)	(2.794)	(6.936)	(5.587)
	(47.618)	(50.307)	(105.790)	(93.332)
	1.511.135	550.025	2.599.153	1.402.152

(a) Serviços de implementação de infraestrutura

A receita relacionada à obrigação de performance de implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, incluindo novas instalações, reforços e melhorias, sob o contrato de concessão de serviços, e é reconhecida à medida que a Companhia satisfaz a obrigação de performance, o que é identificado com base nos gastos incorridos acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e *gross up* de tributos.

(b) Operação e manutenção

As receitas da obrigação de performance dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no momento no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

(c) Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura

Refletem as variações positivas apuradas na entrada em operação dos projetos de reforços e melhorias e novos contratos de concessão decorrentes de economias nos investimentos em relação ao estimado no início das obras, revisão de RAP e antecipação do prazo previsto para a entrada em operação. Em 30 de junho de 2021, o ganho de eficiência refere-se à projetos de reforços e melhorias e ao contrato 046/2017 da controlada Aguapeí que entraram em operação.

Notas Explicativas

(d) Remuneração dos ativos da concessão

A receita de remuneração dos ativos é reconhecida pela taxa implícita de cada projeto sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa, considerando as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, estabelecida no início dos contratos/projetos e não sofre alterações posteriores.

(e) Margens das Obrigações de Performance

	Controladora	30.06.2021 Consolidado
Implementação da Infraestrutura		
Receita de infraestrutura	217.782	497.870
Custo de implementação da Infraestrutura	(134.269)	(413.072)
Margem	83.513	84.798
% Margem percebida	38,3%	17,0%
O&M		
Receita de O&M	465.111	490.537
Custo de O&M	(193.387)	(199.584)
Margem	271.724	290.953
% Margem percebida	58,4%	59,3%
Remuneração dos ativos da concessão	1.466.253	1.866.413
Taxa de desconto do ativo de contrato	6,64%	de 6,13% a 9,92%

25.2 Parcela Variável – PV, adicional à RAP

A Resolução Normativa n.º 906 de 08 de dezembro de 2020, regulamenta a Parcela Variável – PV e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

25.3 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção – O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

O descrito acima não se aplica à receita licitada associada ao contrato de concessão nº 143/2001 da controlada IE Serra do Japi que não está sujeita a Revisão Tarifária Periódica (RTP) da parcela associada à receita ofertada em leilão, entretanto, a versão 3.0 do Proret 9.2, estabeleceu que a partir do ano de 2019, os reforços e melhorias dos contratos que não possuem cláusula de revisão, passariam por revisão a cada 5 anos. Tendo em vista que o contrato 143/2001 não possui reforços ou melhorias, não teve sua RAP afetada.

A revisão tarifária periódica para os contratos de concessão, como o 059/2001, de concessionárias consideradas existentes, acontece a cada 5 anos e compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- a) da base de remuneração regulatória para RBNI e RBSE;
- b) dos custos operacionais eficientes;

Notas Explicativas

- c) da estrutura ótima de capital e definição da remuneração das transmissoras;
 d) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas;
 e) da aplicação do fator “x” (índice definido pela ANEEL no processo de revisão periódica que visa estimular a eficiência e capturar ganhos de produtividade para o consumidor).

As informações das últimas revisões tarifárias periódicas estão descritas abaixo:

Concessionária	Contrato	Resolução homologatória REH	Data da REH	Vigência
CTEEP	059/2001	2.714	30.06.2020	01.07.2020
Controladas				
IESerra do Japi	026/2009	2.840	30.03.2021	01.07.2020
IEMG	004/2007	2.257	20.06.2017	01.07.2017
IENNE	001/2008	2.405	19.06.2018	01.07.2018
IEPinheiros	012/2008	2.556	11.06.2019	01.07.2019
IEPinheiros	015/2008	2.556	11.06.2019	01.07.2019
IEPinheiros	018/2008	2.556	11.06.2019	01.07.2019
IEPinheiros	021/2011	2.257	20.06.2017	01.07.2017
Evrecy	020/2008	2.884	22.06.2021	01.07.2018
IESul	013 e 016/2008	2.556	11.06.2019	01.07.2019
Controladas em conjunto				
IEMadeira	013 e 015/2009	2.556	11.06.2019	01.07.2019
IEGaranhuns	022/2011	2.257	20.06.2017	01.07.2017

As datas das próximas revisões tarifárias periódicas da RAP da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto estão descritas na nota 1.2.

(a) Resolução Homologatória nº 2.851

Em 22 de abril de 2021, a ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 2.851, definiu resultado do recurso administrativo interposto pela Companhia contra a Resolução Homologatória nº 2.714/2020. As definições da Resolução Homologatória nº 2.851 estão descritas a seguir:

- **RAP RBNI**

Incremento de 3,30%, em função de: (i) alteração da base de remuneração devido ao banco de preço; (ii) alteração parcial do perfil das RAP's de plano para decrescente; (iii) alteração retroativa do WACC de 6,64% para 7,71%; e (iii) inclusão de prêmio regulatório pelo risco de operar e manter ativos oriundos de obrigações especiais.

- **RAP RBSE**

Os valores referentes ao componente financeiro, vinculados a Portaria 120/2016, contemplam, (i) baixas de ativos ocorridas no período de janeiro de 2013 a junho de 2017; (ii) incorporação dos valores referentes ao custo do capital próprio (Ke). No que se refere ao pagamento do componente financeiro, houve alteração do fluxo de pagamentos em função da crise econômica ocasionada pela COVID-19, pois a ANEEL buscou por alternativas para amortecer o aumento das tarifas de energia nos ciclos 2021/2022 e 2022/2023 e definiu o reperfilamento do componente financeiro do RBSE. A definição apresentada pela ANEEL contribuirá com a modicidade tarifária, minimizando os impactos para os consumidores que estão sendo diretamente afetados pela pandemia. Embora a medida reflita o descasamento do fluxo financeiro estabelecido na Resolução Homologatória nº 2.714/2020, preserva o valor econômico para a Companhia, uma vez que as premissas a serem válidas a partir do ciclo

Notas Explicativas

2021/2022 foram: (i) a conclusão do pagamento do componente financeiro do RBSE em 2028; (ii) a redução da amortização da dívida com o componente financeiro do RBSE sem efeito no aumento do saldo a pagar; e (iii) a remuneração pelo WACC regulatório definido na RTP de 2018. A partir do ciclo 2023/2024, os fluxos de pagamentos previstos pela ANEEL retornam aos patamares similares aos aprovados na Resolução Homologatória nº 2.714/2020.

O componente econômico foi alterado basicamente em função da alteração do WACC e da revisão das baixas e ativos totalmente depreciados.

(b) Resoluções Homologatórias nº 2.840, 2.843 e 2.844 – Controladas

As Resoluções Homologatórias nº 2.840, 2.843 e 2.844, publicadas em 30 de março e 16 de abril de 2021 reposicionaram a RAP de reforços e melhorias das controladas IESerra do Japi, IENNE, IEPinheiros e IESul. Os ajustes serão aplicados a partir de julho de 2021, com efeitos retroativos.

25.4 Reajuste anual da receita

Em 13 de julho de 2021, foi publicada a Resolução Homologatória nº 2895, estabelecendo as receitas anuais permitidas da Companhia e suas controladas, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 30 de junho de 2021 a 30 de junho de 2022, considerando o ciclo conforme a seguir:

Concessionária	Índice	RAP Ciclo 20/21	Inflação	Reforços Melhorias	Reperfilamento	RTP	Outros	RAP Ciclo 21/22	PA	RAP Ciclo 21/22
		REH 2.725 (*)						REH 2895		
ISA CTEEP	IPCA	2.898.881	233.535	40.518	(791.047)	(24.898)	-	2.356.989	(20.589)	2.336.400
Controladas em operação (**)	IPCA /IGP-M	538.019	51.109	6.069	-	87	(3.613)	591.671	(25.987)	565.684
Total		3.436.900	284.644	46.587	(791.047)	(24.811)	(3.613)	2.948.660	(46.576)	2.902.084

(*) Os valores não contemplam a parcela de ajuste (PA) do ciclo 2020/2021 positivo de R\$235.616

(**) Considerando a RAP da PBTE adquirida em março de 2021.

Notas Explicativas

A Receita Regulatória da Companhia e suas controladas, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica				Demais Instalações de Transmissão – DIT				Total 2021(*)	Total 2020 (*)
	RBSE	RBNI	Licitada	Parcela de ajuste	RPC (****)	RCDM (****)	Licitada	Parcela de ajuste		
059/2001	1.572.908	227.331	-	(29.250)	372.677	184.073	-	8.661	2.336.400	3.131.031
143/2001	-	-	18.298	(114)	-	-	-	-	18.184	13.161
004/2007	-	-	21.693	(4)	-	-	-	-	21.689	19.863
012/2008	-	8	9.812	(266)	-	1.106	1.479	5	12.144	11.746
015/2008	-	23.015	18.767	(3.632)	-	5.940	460	114	44.664	39.448
018/2008	-	108	4.834	(154)	-	1.590	58	(446)	5.990	5.769
021/2011	-	-	4.839	(16)	-	-	1.775	(119)	6.479	6.093
026/2009	-	6.188	33.434	72	-	-	7.605	(266)	47.033	43.138
001/2008	-	8	52.794	4.879	-	-	-	-	57.681	52.538
020/2008	-	14.679	-	317	-	3.210	-	(258)	17.948	12.775
013/2008	-	-	6.851	(227)	-	-	-	-	6.624	6.418
016/2008	-	2.709	12.024	422	-	-	278	(1)	15.432	14.321
012/2016 (**)	-	-	185.553	(5.309)	-	-	-	-	180.244	-
026/2017 (***)	-	-	19.194	(8.670)	-	-	-	-	10.524	-
027/2017 (***)	-	-	55.381	(2.034)	-	-	-	-	53.347	-
046/2017 (***)	-	-	56.445	(10.136)	-	-	8.546	-	54.855	-
042/2017	-	-	12.990	(144)	-	-	-	-	12.846	12.015
	1.572.908	274.046	512.909	(54.266)	372.677	195.919	20.201	7.690	2.902.084	3.368.316

(*) Considerados os valores relacionados a parcela de ajuste (PA).

(**) Considerando a RAP da PBTE adquirida em março de 2021.

(***) Entrada em operação no exercício de 2020 e no 1º semestre de 2021.

(****) RPC representa o equivalente a “RBSE” e RCDM representa o equivalente ao “RBNI” para as DITs.

Notas Explicativas**26 Custos dos serviços de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção e despesas gerais e administrativa****a) Controladora**

Trimestre findo em			
		30.06.2021	30.06.2020
	Custos	Despesas	Total
Honorários da administração	-	(3.029)	(3.029)
Pessoal	(70.382)	(26.333)	(96.715)
Serviços	(34.977)	(10.047)	(45.024)
Depreciação	-	(4.815)	(4.815)
Materiais	(56.286)	(162)	(56.448)
Arrendamentos e aluguéis	(780)	(386)	(1.166)
Outros	(13.237)	(4.208)	(17.445)
	(175.662)	(48.980)	(224.642)
Semestre findo em			
		30.06.2021	30.06.2020
	Custos	Despesas	Total
Honorários da administração	-	(7.411)	(7.411)
Pessoal	(136.446)	(50.847)	(187.293)
Serviços	(68.425)	(19.566)	(87.991)
Depreciação	-	(9.807)	(9.807)
Materiais	(94.483)	(614)	(95.097)
Arrendamentos e aluguéis	(1.468)	(730)	(2.198)
Outros	(26.834)	(3.931)	(30.765)
	(327.656)	(92.906)	(420.562)

b) Consolidado

Trimestre findo em			
		30.06.2021	30.06.2020
	Custos	Despesas	Total
Honorários da administração	-	(3.029)	(3.029)
Pessoal	(70.382)	(27.344)	(97.726)
Serviços	(116.387)	(11.099)	(127.486)
Depreciação	-	(4.946)	(4.946)
Materiais	(110.689)	(168)	(110.857)
Arrendamentos e aluguéis	(1.070)	(424)	(1.494)
Outros	(31.453)	1.632	(29.821)
	(329.981)	(45.378)	(375.359)

Notas Explicativas

		Semestre findo em	
		30.06.2021	30.06.2020
	Custos	Despesas	Total
Honorários da administração	-	(7.411)	(7.411)
Pessoal	(136.446)	(52.795)	(189.241)
Serviços	(234.196)	(21.076)	(255.272)
Depreciação	-	(10.065)	(10.065)
Materiais	(182.059)	(621)	(182.680)
Arrendamentos e aluguéis	(2.110)	(774)	(2.884)
Outros	(57.848)	4.867	(52.981)
	(612.659)	(87.875)	(700.534)
			(589.771)

Dos custos demonstrados acima, os custos de implementação da infraestrutura da controladora totalizaram R\$134.269 no 1º semestre de 2021 e R\$65.836 no 1º semestre de 2020. Os custos implementação da infraestrutura consolidados totalizaram R\$413.072 no 1º semestre de 2021 e R\$329.476 no 1º semestre de 2020. A respectiva receita de implementação da infraestrutura, demonstrada na nota 25.1, é calculada acrescentando-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS e outros encargos ao valor do custo do investimento.

27 Receitas – Revisão Tarifaria Periódica (RTP), líquidas

Em 30 de junho de 2021, o montante de R\$50.834 na controladora e R\$53.911 no consolidado refere-se a: (i) revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado decorrente dos resultados dos Recursos Administrativos das RTP's da Companhia e das controladas IESerra do Japi, IEPinheiros, IESul e IENNE; e (ii) revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado decorrente do resultado da RTP da controlada Evrecy; valores líquidos de PIS e Cofins diferidos;

Em 30 de junho de 2020, o montante de R\$1.037.802 na controladora e consolidado refere-se a: (i) a revisão do fluxo de recebimento e parcela de ajuste (PA) em função da atualização do Ke para o Ativo da Lei nº 12.783 – SE, e (ii) revisão do fluxo de recebimentos da RAP em função da revisão da WACC regulatória; valores líquidos de PIS e Cofins diferidos.

28 Outras receitas operacionais

No período findo em 30 de junho de 2020, o montante de R\$155.983 na controladora e R\$156.471 no consolidado refere-se principalmente a: (i) ganho de R\$73.464 decorrente a negociação de 395 mil m² de faixas de domínio com a Prefeitura de São José dos Campos para o desenvolvimento de um projeto de mobilidade urbana no município e, (ii) reconhecimento de indenização por desapropriação de terrenos da antiga EPTE resultante da decisão favorável em um processo judicial no valor de R\$75.328, com recebimento por meio de precatórios.

Notas Explicativas

29 Resultado financeiro

	Controladora			
	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Receitas				
Rendimento de aplicações financeiras	10.041	7.868	17.020	13.594
Juros ativos	47	14	1.152	236
Variações monetárias	278	11.726	3.171	12.298
Operações de <i>Hedge</i> (i)				
Ajuste MTM (<i>mark to market</i>)	-	5.099	-	5.906
Variações cambiais	-	55.620	-	224.925
Ajuste de operações de cobertura				
Swap	-	13.290	-	13.290
Outras	1.068	841	7.279	1.712
	<u>11.434</u>	<u>94.458</u>	<u>28.622</u>	<u>271.961</u>
Despesas				
Juros sobre empréstimos	(16.974)	(14.255)	(30.532)	(23.288)
Juros passivos	(172)	(672)	(375)	(1.307)
Encargos sobre notas promissórias	(9.032)	-	(9.032)	-
Encargos sobre debêntures	(45.658)	(21.939)	(89.701)	(45.077)
Variações monetárias	(71.273)	(2.642)	(142.765)	(29.198)
Instrumento de <i>Hedge</i> (i)				
Encargos Swap	-	(4.449)	-	(10.409)
Ajuste MTM (<i>mark to market</i>)	-	(5.099)	-	(5.906)
Variações cambiais empréstimos	-	(55.620)	-	(224.925)
Ajuste de operações de cobertura				
Swap	-	(13.290)	-	(13.290)
Outras	(2.509)	(2.567)	(3.709)	(4.802)
	<u>(145.618)</u>	<u>(120.533)</u>	<u>(276.114)</u>	<u>(358.202)</u>
	<u>(134.184)</u>	<u>(26.075)</u>	<u>(247.492)</u>	<u>(86.241)</u>

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Receitas				
Rendimento de aplicações financeiras	15.396	10.446	25.157	32.429
Juros ativos	70	16	1.183	240
Variações monetárias	285	11.745	3.190	12.319
Operações de <i>Hedge</i> (i)				
Ajuste MTM (<i>mark to market</i>)	-	5.099	-	5.906
Variações cambiais	-	55.620	-	224.925
Ajuste de operações de cobertura				
Swap	-	13.290	-	13.290
Outras	1.119	1.381	7.340	2.275
	<u>16.870</u>	<u>97.597</u>	<u>36.870</u>	<u>291.384</u>
Despesas				
Juros sobre empréstimos	(25.425)	(19.255)	(44.479)	(33.378)
Juros passivos	(179)	(672)	(384)	(1.314)
Encargos sobre notas promissórias	(9.032)	-	(9.032)	-
Encargos sobre debêntures	(45.658)	(21.939)	(89.701)	(45.077)
Variações monetárias	(71.300)	(2.674)	(142.336)	(29.407)
Instrumento de <i>Hedge</i> (i)				
Encargos Swap	(17)	(4.225)	(57)	(10.068)
Ajuste MTM (<i>mark to market</i>)	-	(5.099)	-	(5.906)
Variações cambiais empréstimos	-	(55.620)	-	(224.925)
Ajuste de operações de cobertura				
Swap	-	(13.290)	-	(13.290)
Outras	(4.191)	(2.648)	(5.581)	(5.155)
	<u>(155.802)</u>	<u>(125.422)</u>	<u>(291.570)</u>	<u>(368.520)</u>
	<u>(138.932)</u>	<u>(27.825)</u>	<u>(254.700)</u>	<u>(77.136)</u>

(i) Refere-se ao resultado da operação financeira nos termos da Lei nº 4131 de 03 de setembro de 1962, que disciplina aplicação do capital estrangeiro e remessa de valores para o exterior.

Notas Explicativas

30 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/14.

A Companhia adota o regime de lucro real estimativa e realiza suas antecipações mensais com base na aplicação dos percentuais de presunção sobre a receita bruta e as controladas adotam o regime de lucro presumido.

(a) Conciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social dos períodos é a seguinte:

	Controladora			
	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30.06.2021	30.06.2020 (Reapresentado)	30.06.2021	30.06.2020 (Reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.146.114	1.323.469	1.887.442	1.964.089
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social esperada	(389.679)	(449.979)	(641.730)	(667.790)
Outras Receitas - não tributáveis (nota 28)	213	50.589	213	50.589
Juros Sobre Capital Próprio	-	51.113	-	51.113
Equivalência patrimonial	95.183	6.619	190.098	89.795
Outros	(1.831)	793	(3.400)	1.390
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(296.114)	(340.865)	(454.819)	(474.903)
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(165.094)	(66.240)	(333.392)	(142.105)
Diferido	(131.020)	(274.625)	(121.427)	(332.798)
	(296.114)	(340.865)	(454.819)	(474.903)
Alíquota efetiva	25,8%	25,8%	24,1%	24,2%

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30.06.2021	30.06.2020 (Reapresentado)	30.06.2021	30.06.2020 (Reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.177.329	1.334.044	1.937.891	2.006.179
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social esperada	(400.292)	(453.575)	(658.883)	(682.101)
Outras Receitas - não tributáveis (nota 28)	213	50.589	213	50.589
Juros Sobre Capital Próprio	-	51.113	-	51.113
Equivalência patrimonial	41.609	(17.400)	83.829	27.818
Efeito adoção lucro presumido controladas (*)	36.383	18.706	78.239	51.362
Outros	(1.831)	794	(3.400)	1.390
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(323.918)	(349.773)	(500.002)	(499.829)
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(141.652)	(69.687)	(352.371)	(147.281)
Diferido	(182.266)	(280.086)	(147.631)	(352.548)
	(323.918)	(349.773)	(500.002)	(499.829)
Alíquota efetiva	27,5%	26,2%	25,8%	24,9%

(*) foi adotado o regime de tributação com base no lucro presumido para apuração do imposto de renda e da contribuição social para as controladas.

(b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos / (Passivos)	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Contas a receber Lei nº 12.783 – SE (i)	(1.868.027)	(2.098.270)	(1.868.027)	(2.098.270)
Ajustes IFRS (ICPC 01 (R1) e CPC 47) (ii)	(1.471.297)	(1.084.027)	(2.199.100)	(1.198.437)
Provisão para demandas judiciais	33.790	19.514	33.790	19.514
Demais diferenças temporárias	345.352	324.030	345.435	324.338
Total líquido	(2.960.182)	(2.838.753)	(3.687.902)	(2.952.855)

(i) Valores de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a remuneração dos ativos da concessão referente as instalações do SE, que serão incorporados à base de tributação a medida do efetivo recebimento.

(ii) Referem-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração dos ativos da concessão (ICPC 01 (R1) e CPC 47 (IFRS 15)) reconhecidos por competência, que são oferecidos a tributação a medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos nº 168 da Instrução Normativa nº 1.700/17 e 36 da Lei nº 12.973/14.

Notas Explicativas

A Administração da Companhia considera que os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, decorrentes de diferenças temporárias, deverão ser realizados na proporção das demandas judiciais, contas a receber e realização dos eventos que originaram as provisões para perdas.

31 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no período e no exercício são como segue:

Natureza da operação	Partes relacionadas	30.06.2021		31.12.2020		30.06.2021	30.06.2020
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Receita/ (Despesa)
Benefícios de curto prazo (a)	Administração	-	-	-	-	(7.411)	(5.370)
Dividendos	ISA Capital	-	-	-	(174.246)	-	-
	IEGaranhuns	8.384	-	8.384	-	-	-
	IEMadeira	5.950	-	5.950	-	-	-
		14.334	-	14.334	(174.246)	-	-
Sublocação, Reembolsos e Compartilhamento de despesas com pessoal (b)	ISA Capital	53	-	116	-	105	135
	IEMG	76	-	71	-	145	139
	IEPinheiros	259	-	243	-	494	467
	IESerra do Japi	129	-	121	-	246	232
	Evrecy	86	-	81	-	165	100
	IENNE	311	-	291	-	592	563
	IEItaúnas	23	-	22	-	44	64
	IETibagi	23	-	22	-	44	64
	IEItaquerê	23	-	22	-	44	64
	IEItapura	20	-	19	-	39	59
	IEAguapeí	23	-	22	-	44	64
	IESul	132	-	120	-	251	246
			-				
	IEBiguaçu	23	-	22	-	44	7
	IEAimorés	48	-	22	-	82	74
	IEParaguaçu	48	-	22	-	82	74
	IEIvaí	48	-	22	-	82	74
	Internexa Brasil	-	-	-	-	-	(233)
		1.325	-	15.572	-	2.503	2.193

Notas Explicativas

Natureza da operação	Partes relacionadas	30.06.2021		31.12.2020		30.06.2021	30.06.2020
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Receita/ (Despesa)
Prestação de serviços (c)	ISA Capital	46	-	30	-	118	169
	IEMG	338	-	151	-	1.143	2.453
	IEPinheiros	132	-	1.446	-	956	714
	IESerra do Japi	101	-	101	-	368	571
	Evrecy	1.988	-	2.334	-	1.196	1.985
	IENNE	216	-	349	-	669	3.456
	IEItaúnas	266	-	915	-	571	-
	IEItabagi	357	-	2.554	-	1.506	-
	IEItaquere	222	-	1.378	-	397	-
	IEItapura	570	-	2.276	-	1.684	420
	IEAguapei	1.140	-	2.199	-	2.949	-
	IESul	198	-	-	-	-	-
	IEGaranhuns	112	-	37	-	200	-
	IEBiguaçu	303	-	673	-	897	214
	Internexa Brasil	326	-	411	(31)	841	541
		6.315	-	14.854	(31)	13.495	10.523
Saldos com partes relacionadas		21.974	-	30.426	(174.277)	8.587	7.346
	Bandeirantes	47.939	-	140.561	-	647	2.339
Aplicações Financeiras Fundos de Investimento (nota 6)	Xavantes	144.072	-	260.401	-	1.120	19.813
	Assis	73.970	-	30.823	-	804	206
	Barra Bonita	14.459	-	21.772	-	134	230
		280.440	-	453.557	-	2.705	22.588
Outros Passivos	Eletrobras	-	-	-	(33.585)	-	-
		-	-	-	(33.585)	-	-
Total		302.414	-	483.983	(207.862)	11.292	29.934

- (a) Referente aos honorários da administração, conforme divulgado na Demonstração do Resultado da Companhia apresenta o montante de R\$7.411 na controladora e no consolidado (R\$5.370 no 1º semestre de 2020).

A política de remuneração da Companhia não inclui benefícios pós-emprego relevantes, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

- (b) O contrato de sublocação compreende a área sublocada do edifício sede da Companhia, bem como rateio das despesas condominiais e de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.

O contrato de compartilhamento de despesas com pessoal, implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores compartilhados apenas entre a Companhia e suas controladas.

- (c) A Companhia mantém contratos de prestação de serviços: (i) ISA Capital - serviços de escrituração contábil e fiscal, apuração de impostos e de departamento pessoal; (ii) IEMG, IEPinheiros, Serra do Japi, Evrecy, IENNE, IEItapura e Garanuns - prestação serviços de operação e manutenção de instalações.; (iii) Internexa Brasil, controlada do Grupo ISA, há dois contratos de prestação de serviços sendo, cessão de direito de uso, à título oneroso, sobre o uso da infraestrutura de suporte necessária para a instalação de cabos de fibra ótica, serviços auxiliares e suas melhorias e compartilhamento de infraestrutura de tecnologia da informação. Adicionalmente, a

Notas Explicativas

Companhia contratou a prestação de serviços do link de internet de 10 Mbps com a Internexa Brasil; (iii) IEAguapei, IETibagi, IEItapura, IEItaquere, Evrecy, IEItaúnas, IEMG, IENNE, IESUL, Serra do Japi e IEPinheiros - serviços de engenharia, análise de projetos básico e executivo, suporte técnico na aquisição de materiais e equipamentos e gestão da construção de obras de subestações e de linhas de transmissão.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

A Companhia possui Termos de Comodatos com as controladas IEItapura, IEPinheiros e IENNE e controlada em conjunto IEMadeira, com a finalidade de formalizar empréstimos de equipamentos e materiais que as empresas não possuíam em estoque de prontidão.

A Companhia celebrou um Acordo de Cooperação não oneroso para a Gestão de Compras com a Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P, com objetivo de gerar maior sinergia e eficiência na gestão do processo de cotação e negociação para compras do Grupo ISA.

Adicionalmente, a Companhia contribui como uma associada mantenedora na Associação de Intercâmbio Sociocultural e Empresarial Brasil – Colômbia que tem por objetivo ser a maior plataforma de relacionamento bilateral entre o Brasil e a Colômbia, fomentando os investimentos sociais, a cultura, e o comércio bilateral.

32 Instrumentos financeiros

(a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

		Controladora		Consolidado	
	Nível	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa	1	949.593	2.017.084	993.487	2.049.142
Aplicações financeiras	2	280.440	51.787	724.512	453.557
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	-	2.662	10.016
Caixa restrito	2	18.685	18.489	40.923	48.711
Custo amortizado					
Ativos da concessão - Serviços de O&M	-	56.265	146.905	96.240	179.839
Valores a receber – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo	-	1.868.048	1.778.999	1.868.048	1.778.999
Créditos com partes relacionadas	-	21.974	30.426	15206	14.994
Cauções e depósitos vinculados	-	42.661	44.070	45.671	44.119
Outras – Contas a receber	-	101.662	101.662	101.662	101.662
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos					
Circulante	-	704.797	54.330	1.113.809	94.628
Não circulante	-	1.539.793	1.008.447	1.722.627	1.208.301
Debêntures					
Circulante	-	242.011	217.948	242.011	217.948
Não circulante	-	3.707.753	2.961.318	3.707.753	2.961.318
Arrendamento					
Circulante	-	10.947	8.603	11.139	8.795
Não circulante	-	47.698	43.212	49.135	44.742
Fornecedores	-	46.645	75.332	105.060	153.346
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	-	16.236	500.513	16.236	500.513

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes

Notas Explicativas

valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46 (IFRS 13) - Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

A Companhia contratou operações de *SWAP* para proteção da exposição cambial e risco de oscilação da taxa de juros dos empréstimos em moeda estrangeira nos termos da Lei nº 4.131/1962. As operações com o efeito do *SWAP* apresentam taxa de 102,3%. Essas operações foram liquidadas entre julho e agosto de 2020.

A Companhia classifica o derivativo contratado como *Hedge* de Valor Justo (*Fair Value Hedge*) e, segundo os parâmetros descritos nas normas contábeis brasileiras CPC 48 e na Norma Internacional IFRS 9, a Companhia adotou o “*Hedge Accounting*”.

A Controlada Biguaçu celebrou em 2018, com o Citibank, contratos de *hedge* na modalidade Termo de Moeda (NDF) no qual a empresa comprou dólar futuro com o *notional* de USD 29.301. Essas operações têm como objetivo a proteção (*hedge*) de compromissos assumidos pela Biguaçu em moeda estrangeira. Em maio de 2020 houve a primeira liquidação financeira sendo que existem liquidações previstas até final de setembro de 2021.

No terceiro trimestre de 2020 a controlada Biguaçu celebrou, com o Citibank, novos contratos de *hedge* na modalidade Termo de Moeda (NDF) no qual a entidade comprou dólar futuro com o *notional* de USD 7.097. Essas operações têm como objetivo a proteção (*hedge*) de compromissos assumidos pela Biguaçu em moeda estrangeira.

A Controlada IERiacho Grande celebrou em dezembro de 2020, com o banco BTG Pactual, contratos de *hedge* na modalidade Termo de Moeda (NDF) no qual a empresa comprou dólar futuro com o *notional* total de USD 32.723. As operações de *hedge* tiveram como objetivo a proteção de compromissos assumidos (CAPEX) pela controlada em moeda estrangeira.

A Companhia classifica o derivativo contratado como *Hedge* de Valor Justo (*Fair Value Hedge*) e *Cash Flow Hedge*, segundo os parâmetros descritos nas normas contábeis brasileiras CPC 48 e na Norma Internacional IFRS 9, a Companhia adotou o “*Hedge Accounting*”.

A gestão de instrumentos financeiros está aderente à Política de Gestão Integral de Riscos e Diretrizes de Riscos Financeiros da Companhia e suas controladas. Os resultados auferidos destas operações e a aplicação dos controles para o gerenciamento destes riscos, fazem parte do monitoramento dos riscos financeiros adotados pela Companhia e suas controladas, conforme a seguir:

Operação NDF

							Consolidado	
							30.06.2021	
	Instrumento	Objetivo da proteção	Natureza	Contra Parte	Contrat ação	Venciment o último fluxo	Notional USD	Valor justo ajuste
Biguaçu	Non Deliverable Forward - NDF	Dólar US\$	Compra	Citibank	Out/18	Set/21	2.870	2.259
IERiacho Grande	Non Deliverable Forward - NDF	Dólar US\$	Compra	BTG Pactual	Dez/20	Jul/25	32.723	403

Notas Explicativas

(b) Financiamentos

Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do exercício anterior e do período corrente é o como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Empréstimos e financiamentos				
Circulante	704.797	54.330	1.113.809	94.628
Não circulante	1.539.793	1.008.447	1.722.627	1.208.301
Arrendamentos				
Circulante	10.947	8.603	11.139	8.795
Não circulante	47.698	43.212	49.135	44.742
Debêntures				
Circulante	242.011	217.948	242.011	217.948
Não circulante	3.707.753	2.961.318	3.707.753	2.961.318
Dívida total	6.252.999	4.293.858	6.846.474	4.535.732
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	1.234.457	2.071.906	1.815.506	2.520.894
Dívida líquida	5.018.542	2.221.952	5.030.968	2.014.838
Patrimônio líquido	14.132.643	13.754.283	14.480.752	14.125.442
Índice de endividamento líquido	35,5%	16,2%	34,7%	14,3%

A CTEEP e suas controladas possuem contratos de empréstimos e financiamentos com *covenants* apurados com base nos índices de endividamento (notas 14 e 16). A Companhia e suas controladas atendem em 30 de junho de 2021 aos requisitos relacionados a cláusulas restritivas.

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos, considerando os instrumentos financeiros aplicáveis, e das debêntures tem suas taxas atreladas à variação da TJLP, do CDI e IPCA e se aproximam do valor de mercado.

(c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia e suas controladas podem ser assim identificados:

- (i) **Risco de crédito** – A Companhia e suas controladas mantêm contratos com o ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia e suas controladas mantêm contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.
- (ii) **Risco de preço** – As receitas da Companhia e de suas controladas são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA e IGP-M, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 25.2).
- (iii) **Risco de taxas de juros** – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP, IPCA e do CDI (notas 14 e 16). Adicionalmente, a Administração da Companhia acompanha a valorização do ativo atuarial do plano de pensão vinculada a taxa de juros que é determinada com base nos dados de mercado para os retornos das NTN-B.

Notas Explicativas

(iv) **Risco de taxa de câmbio** – A Companhia e suas controladas não possuem contas a receber e outros ativos em moeda estrangeira, mas tem operações de aquisição de cabos subterrâneos e subaquáticos e respectivos acessórios, bem como prestação de serviços necessários à sua implantação, nas controladas Biguaçu e Riacho Grande com desembolsos de caixa futuro em dólar, para os quais tem contratado instrumento derivativo de compra a termo de moeda (NDF) para gerenciar o risco de taxa de câmbio do fluxo de caixa.

(v) **Risco de captação** – A Companhia e suas controladas poderão no futuro enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de pagamento adequados a seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de dívida.

(vi) **Risco de garantia** – Os principais riscos de garantia são:

- Gerenciamento dos riscos associados à veiculação de benefícios de aposentadoria e assistência médica via Vivest (antiga Funcesp), entidade fechada de previdência complementar, por meio de sua representação nos órgãos de administração.
- Participação na qualidade de interveniente garantidora, no limite de sua participação, às controladas e controladas em conjunto, em seus contratos de financiamento (nota 14).

(vii) **Risco de liquidez** – As principais fontes de caixa da Companhia e suas controladas são provenientes de:

Suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O recebimento da parcela de indenização das instalações referente ao SE representa importante fonte de geração de caixa para a Companhia conseguir cumprir seu planejamento financeiro para os próximos exercícios. A Companhia faz gestão de eventuais alterações no cronograma e processos judiciais que possam impactar os recebimentos.

(d) **Análise de sensibilidade**

A Companhia realiza a análise de sensibilidade aos riscos de taxa de juros e câmbio. A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos demais riscos descritos anteriormente.

Para fins de definição de um cenário base da análise de sensibilidade do risco taxa de juros, índice de preços e variação cambial, utilizamos as mesmas premissas estabelecidas para o planejamento econômico financeiro de longo prazo da Companhia. Essas premissas se baseiam, dentre outros aspectos, na conjuntura macroeconômica do país e opiniões de especialistas de mercado.

Dessa forma, para avaliar os efeitos da variação no fluxo de caixa da Companhia, a análise de sensibilidade, abaixo demonstrada, para os itens atrelados a índices variáveis, considera:

Cenário base: Cotação da taxa de juros (curva Pré-DI) e taxa de câmbio (dólar futuro) em 30 de setembro de 2021, apurada em 30 de junho de 2021, conforme B3 que são informadas nos quadros de Risco de juros e variação cambial; e foram aplicadas as variações positivas e negativas 25% (cenário I) e 50% (cenário II).

Notas Explicativas

Risco de juros – Efeitos no Resultado Financeiro - Controladora							
Operação	Risco	Saldos em 30.06.2021	Cenário base	Risco de elevação dos indexadores		Risco de queda dos indexadores	
				Cenário I	Cenário II	Cenário I	Cenário II
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras e equivalentes de caixa	106,7% do CDI	1.230.033	34.753	38.337	41.890	31.139	27.493
Passivos financeiros							
Debêntures série única (i)	IPCA+6,04%	187.959	2.187	2.498	2.805	1.873	1.555
Debêntures série única (ii)	IPCA + 5,04%	359.499	11.815	13.590	15.341	10.013	8.185
Debêntures série única (iii)	IPCA + 4,70%.	713.121	22.844	26.958	30.431	19.862	16.236
Debêntures série única (iv)	IPCA + 3,50%.	431.981	12.555	14.681	16.777	7.577	6.306
Debêntures 1ª Série (v)	CDI + 2,83%	800.162	9.398	11.697	13.977	7.079	4.740
Debêntures 2ª Série (v)	IPCA + 5,30%	788.948	26.437	30.336	34.181	22.481	18.466
Debêntures série única (vi)	IPCA + 5,07%	668.093	22.010	25.310	28.564	18.662	15.264
8ª Notas Promissórias (vii)	CDI + 1,25%	1.205.047	14.156	11.717	13.995	7.098	4.755
CCB	CDI + 2,45% a.a.	655.265	7.694	9.576	11.442	5.795	3.880
FINEM BNDES (i), (ii)	TJLP+1,80% a 2,62%	357.904	6.261	6.879	7.940	4.816	3.750
Efeito líquido da variação			(100.604)	(114.905)	(133.563)	(74.117)	(55.644)
Referência para Ativos e Passivos Financeiros							
100% CDI (setembro de 2021) (*)			4,77%	5,96%	7,16%	3,58%	2,39%
IPCA (setembro de 2021)			8,35%	10,44%	12,53%	6,26%	4,18%
TJLP (setembro de 2021)			4,88%	6,10%	7,32%	3,66%	2,44%

Notas Explicativas

Risco de juros – Efeitos no Resultado Financeiro – Consolidado							
Operação	Risco	Saldos em 30.06.2021	Cenário base	Risco de elevação dos indexadores		Risco de queda dos indexadores	
				Cenário I	Cenário II	Cenário I	Cenário II
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras e equivalentes de caixa	107,4% do CDI	1.717.999	51.430	56.444	61.415	46.374	41.273
Passivos financeiros							
Debêntures série única (i)	IPCA+6,04%	187.959	2.187	2.498	2.805	1.873	1.555
Debêntures série única (ii)	IPCA + 5,04%	359.499	11.815	13.590	15.341	10.013	8.185
Debêntures série única (iii)	IPCA + 4,70%.	713.121	22.844	26.958	30.431	19.862	16.236
Debêntures série única (iv)	IPCA + 3,50%.	431.981	12.555	14.681	16.777	7.577	6.306
Debêntures 1ª Série (v)	CDI + 2,83%	800.162	9.398	11.697	13.977	7.079	4.740
Debêntures 2ª Série (v)	IPCA + 5,30%	788.948	26.437	30.336	34.181	22.481	18.466
Debêntures série única (vi)	IPCA + 5,07%	668.093	22.010	25.310	28.564	18.662	15.264
8ª Notas Promissórias (vii)	CDI + 1,25%	1.205.047	14.156	11.717	13.995	7.098	4.755
CCB	CDI + 2,45% a.a.	655.265	7.694	9.576	11.442	5.795	3.880
FINEM BNDES (i), (ii)	TJLP+1,80% a 2,62%	357.904	6.261	6.879	7.940	4.816	3.750
BNDES (Controladas)	TJLP + 1,55% a.a. 2,62% a.a.	65.174	1.104	1.198	1.371	847	665
CCB (Controladas)	CDI + 1,60%	379.272	1.478	5.539	6.618	3.352	2.244
Efeito líquido da variação			(86.509)	(103.535)	(122.027)	(63.081)	(44.773)
Referência para Ativos e Passivos Financeiros							
100% CDI (setembro de 2021) (*)			4,77%	5,96%	7,16%	3,58%	2,39%
IPCA (setembro de 2021)			8,35%	10,44%	12,53%	6,26%	4,18%
TJLP (setembro de 2021)			4,88%	6,10%	7,32%	3,66%	2,44%

Notas Explicativas

33 Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Controladora			
Modalidade	Vigência	Importância segurada - R\$ mil	Prêmio - R\$ mil
Patrimonial (a)	21/07/20 a 01/12/22	2.433.326	6.015
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/20 a 19/12/21	60.000	100
Transportes Nacionais (c)	19/12/20 a 19/12/21	360.000	33
Acidentes Pessoais Coletivos (d)	30/04/21 a 30/04/22	85.000	15
Automóveis (e)	19/12/20 a 10/04/22	Valor de mercado	248
Garantia judicial (f)	16/03/17 a 30/08/26	766.250	5.088
			11.499
Consolidado			
Modalidade	Vigência	Importância segurada - R\$ mil	Prêmio - R\$ mil
Patrimonial (a)	21/07/20 a 01/12/22	3.354.687	6.626
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/20 a 19/12/21	60.000	100
Transportes Nacionais (c)	19/12/20 a 19/12/21	360.000	33
Acidentes Pessoais Coletivos (d)	30/04/21 a 30/04/22	85.000	15
Automóveis (e)	19/12/20 a 10/04/22	Valor de mercado	248
Garantia judicial (f)	16/03/17 a 30/08/26	766.250	5.088
			12.110

- (a) **Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.
- (b) **Responsabilidade civil geral** - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.
- (c) **Transportes nacionais** - Cobertura a danos causados aos bens e equipamentos da Companhia, transportados no território nacional.
- (d) **Acidentes pessoais coletivos** - Cobertura contra acidentes pessoais a executivos e aprendizes.
- (e) **Automóveis** - Cobertura contra colisão, incêndio, roubo e terceiros.
- (f) **Garantia judicial** – substituição de cauções e/ou depósitos judiciais efetuados junto ao Poder Judiciário.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram revisadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

34 Plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei 4.819/58

O plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, a qual dispunha sobre a criação do Fundo de Assistência Social do Estado, aplica-se aos empregados servidores de autarquias, sociedades anônimas em que o Estado de São Paulo fosse detentor da maioria das ações com direito de controle e dos serviços industriais de propriedade e administração estadual, admitidos até 13 de maio de 1974, e previa benefícios de complementação de aposentadorias e pensão, licença-prêmio e salário-família. Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de responsabilidade dos órgãos competentes do Governo do Estado de São Paulo, cuja implementação ocorreu conforme convênio firmado entre a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ-SP) e a CTEEP, em 10 de dezembro de 1999.

Tal procedimento foi realizado regularmente até dezembro de 2003 pela Vivest (Fundação CESP), mediante recursos da SEFAZ-SP, repassados por meio da CESP e posteriormente da Companhia. A partir de janeiro de 2004, a SEFAZ-SP passou a processar diretamente os pagamentos dos benefícios, sem a interveniência da CTEEP e da Vivest (Fundação CESP), em montantes inferiores àqueles historicamente pagos até dezembro de 2003.

(a) Ação Civil Pública em trâmite na 2ª Vara da Fazenda Pública

A alteração na forma de pagamento pela SEFAZ gerou a propositura de demandas judiciais por parte dos aposentados, destacando-se a Ação Civil Pública. Com a decisão judicial da 2ª Vara da Fazenda Pública, proferida em junho de 2005, julgando improcedente o pedido, permitindo o processamento da folha e pagamentos das aposentadorias e pensões da Lei nº 4.819/58 pela SEFAZ-SP. A Associação dos Aposentados da Funcesp – AAFC, que representa os aposentados e pensionistas, interpôs recurso de apelação contra a decisão e insurgiu-se contra a competência da Justiça Comum. Em 24 de novembro de 2015 transitou em julgado a decisão do STF que estabeleceu a competência da Justiça Comum para a discussão desta ação.

Assim, em 27 de junho de 2016, foi atribuído efeito suspensivo ao Recurso de Apelação da AAFC esclarecendo que a liminar, obtida na justiça trabalhista (vide item “b” abaixo) deveria ser mantida até o julgamento do mérito do recurso.

A partir do mês de junho de 2016 a Ação Civil Pública passou a tramitar em conjunto com a Ação Coletiva, cujo andamento segue reportado no item (b.(i)) abaixo. Embora tramitem em conjunto, as ações são autônomas.

(b) Ação Coletiva em trâmite perante a 2ª Vara da Fazenda Pública/SP (antiga Reclamação Trabalhista que tramitou na 49ª Vara do Trabalho)

Trata-se de ação coletiva distribuída, pela AAFC simultaneamente à sentença da Ação Civil Pública acima, desta vez, entretanto, perante a Justiça do Trabalho em caso individual que já possuía tutela antecipada. Em 11 de julho de 2005 foi deferida a concessão de tutela antecipada para que a Vivest (Fundação CESP) voltasse a processar os pagamentos de benefícios decorrentes da Lei Estadual 4.819/58, segundo o respectivo regulamento, da forma realizada até dezembro de 2003, figurando a Companhia como intermediária entre SEFAZ-SP e Vivest (Fundação CESP).

Atualmente a Ação Civil Pública e a presente Ação Coletiva tramitam apensadas na Justiça Comum por força de decisão obtida pela Companhia em conflito de competência perante o STF.

Por força da decisão do Conflito de Competência mencionado acima, a Ação Coletiva foi recebida na 2ª Vara da Fazenda Pública em 20 de maio de 2016 e, no dia 30 de maio de 2016, foi proferida sentença cassando a liminar que obrigava a Companhia no pagamento das parcelas mensais, extinguindo-se os pedidos inerentes ao processamento da folha e, julgando improcedente o pedido de ressarcimento de eventuais diferenças devidas aos aposentados e pensionistas da Lei 4.819/58.

A SEFAZ-SP retomou a folha de pagamento a partir de junho de 2016, contudo, após interposição de Recurso de Apelação, a AAFC requereu ao TJ/SP atribuição de efeito suspensivo ao recurso, o que foi concedido em 27 de junho de 2016.

Notas Explicativas

Após manifestação das partes, em 22 de julho de 2016, foi proferida nova decisão esclarecendo que a liminar trabalhista deve ser mantida até que seja proferida decisão no recurso da AAFC.

A partir do mês de junho de 2016 a Ação Coletiva passou a tramitar em conjunto com a Ação Civil Pública, cujo andamento segue reportado no item (b.1) abaixo. Embora tramitem em conjunto, as ações são autônomas.

(i) Andamento da Ação Civil Pública e Ação Coletiva (itens a e b)

O TJ/SP, em julgamento realizado em 2 de agosto de 2017, por decisão unânime confirmou a sentença de improcedência, condenou a AAFC por litigância de má fé e revogou a liminar.

Cumprindo a decisão unânime acima, a SEFAZ enviou ofício em 8 de agosto para a Companhia informando a assunção da folha de pagamento dos aposentados e pensionistas da Lei 4819/58 a partir de agosto de 2017. A AAFC interpôs Recursos contra a decisão unânime do TJ/SP, sendo um recurso especial para o STJ e um recurso extraordinário para o STF, ambos com pedido de liminar para suspender os efeitos da decisão unânime do TJ/SP.

O TJ/SP, em 18 de outubro de 2017 e, o STJ, em 31 de outubro de 2017, negaram a liminar pleiteada pela AAFC. Contudo, o STF concedeu a liminar suspendendo os efeitos do acórdão proferido pelo TJ/SP e mandando que as requeridas procedam como faziam antes do julgamento do tema pelo TJ/SP e até que o STF analise o mérito da questão.

Em razão da liminar, a SEFAZ determinou o processamento da folha pela Vivest (Fundação CESP) a partir de dezembro de 2017.

Em dezembro de 2017, a Companhia recorreu da decisão liminar do STF ainda pendente de julgamento.

Em abril de 2020 o STJ não conheceu os Recursos Especiais da AAFC, que apresentou novo recurso. A Ministra Relatora do STJ reconheceu a necessidade do STF analisar a discussão judicial antes do STJ para evitar decisões conflitantes e determinou a remessa imediata do processo para o STF julgar os Recursos Extraordinários da AAFC.

Em 26 de dezembro de 2020 foi proferida decisão monocrática pelo Ministro Relator do STF na Ação Civil Pública confirmando a liminar, publicada em 08 de janeiro de 2021, contra a qual a Companhia apresentou recurso, pendente de julgamento. A Ação Coletiva aguarda distribuição por dependência, após ser remetida ao STF e autuada em 07 de maio de 2021.

(c) Ações individuais e plúrimas em trâmite na Justiça de Trabalho e na Justiça Estadual

A Companhia também discute o tema em 854 ações judiciais individuais e plúrimas com valor total envolvido da ordem de R\$429.066 e caso seja condenada, segundo análise da própria Companhia e de seus consultores externos, eventuais valores pagos serão futuramente cobrados da Fazenda Pública do Estado de São Paulo e, adicionalmente, contabilizados em “contas a receber”.

(d) Ação de cobrança

A SEFAZ-SP vem repassando à Companhia, desde setembro de 2005, valor inferior ao necessário para o fiel cumprimento da citada decisão liminar da 49ª Vara do Trabalho, citada no item “(b)” acima.

Por força dessa decisão, a Companhia repassou à Vivest (Fundação CESP) no período de janeiro de 2005 a junho de 2021, o valor de R\$5.589.965 pagamento de benefícios da Lei Estadual 4.819/58, tendo recebido da SEFAZ-SP o valor de R\$3.504.142 para a mesma finalidade. A diferença entre os valores repassados à Vivest (Fundação CESP) e ressarcidos pela SEFAZ-SP, no montante de R\$2.085.823 (nota 8 (a)), tem sido requerida pela Companhia para ressarcimento por parte da SEFAZ-SP. Adicionalmente, há valores relacionados a ações trabalhistas quitados pela Companhia e de responsabilidade da SEFAZ-SP, no montante de R\$298.480 (nota 8 (b)), perfazendo um total de R\$2.384.303

Notas Explicativas

Em dezembro de 2010, a Companhia ingressou com ação de cobrança contra a SEFAZ-SP, visando reaver os valores não recebidos. Após decisão que extinguiu o processo sem analisar seu mérito em maio de 2013. Tal decisão foi mantida pelo TJ/SP em julgamento de dezembro de 2014.

A Companhia apresentou recurso e, em 31 de agosto de 2015, o TJ/SP deu provimento ao recurso da Companhia e condenou a SEFAZ-SP a efetuar os repasses da complementação de aposentadoria e pensão nos termos dos ajustes firmados com a Companhia e das leis de regência, com exceção das verbas glosadas.

Pretendendo que as verbas glosadas sejam incorporadas à decisão, a Companhia apresentou novo recurso para esclarecimentos, o que foi acolhido pelo TJ/SP em julgamento de 1 de fevereiro de 2016, que manteve a decisão de 31 de agosto de 2015 e determinou a aferição, na fase de acertamento, dos valores pendentes de repasse pela SEFAZ-SP.

A SEFAZ-SP, em 7 de março de 2016, apresentou recurso que foi rejeitado em julgamento ocorrido em 4 de julho de 2016, mantendo-se a condenação da SEFAZ-SP que apresentou novo recurso especial também rejeitado pelo TJ/SP em 5 de junho de 2017.

Após o Recurso Especial não ser admitido pelo Tribunal de Justiça/SP a SEFAZ apresentou novo recurso que aguarda análise pelo STJ.

Em agosto de 2018, a Companhia obteve decisão no Tribunal de Justiça/SP que impõe obrigação para a SEFAZ não efetuar qualquer glosa no repasse para pagamento dos benefícios da Lei 4819/58 antes de concluir processo administrativo para apurar irregularidade nos pagamentos. Em março de 2019, o STJ, em decisão liminar e monocrática suspendeu os efeitos da decisão que proibia a SEFAZ de efetuar descontos no repasse à Companhia, que voltou a receber o repasse com as glosas e a complementar o valor do pagamento desde abril de 2019. A Companhia continua com os esforços direcionados para manter a decisão de mérito favorável conquistada no Tribunal de Justiça/SP.

Posicionamento CTEEP

A Companhia continua empenhada em obter decisão judicial definitiva que mantenha o procedimento de pagamento direto da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 pela SEFAZ-SP. A Companhia reitera também o entendimento da sua área jurídica e de seus consultores jurídicos externos de que as despesas decorrentes da Lei Estadual 4.819/58 e respectivo regulamento são de responsabilidade integral da SEFAZ-SP e prossegue na adoção de medidas adicionais para resguardar os interesses da Companhia.

Tendo em vista os fatos ocorridos até 2013, sobretudo relacionados ao andamento jurídico do processo relacionado à cobrança dos valores devidos pela SEFAZ-SP, acima descrito, e considerando o andamento jurídico dos demais processos e ações acima mencionados, a Administração da Companhia reconheceu, em 2013, provisão para perdas sobre a realização de créditos de parte dos valores a receber da SEFAZ-SP, principalmente em função da expectativa do prazo de realização, à época, e de ainda não terem sido contemplados como sendo de responsabilidade exclusiva da SEFAZ-SP. Apesar dos desdobramentos ocorridos posteriormente ao reconhecimento da referida provisão, a Companhia ainda considera adequado o valor atualmente provisionado, não tendo havido, até o momento, qualquer evento relevante que pudesse suscitar uma eventual revisão desse montante.

A administração da Companhia vem monitorando os andamentos e desdobramentos relacionados à parte jurídica do assunto, bem como avaliando continuamente os eventuais impactos em suas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

35 Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa – Atividades de financiamento

Conforme requerido pelo CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, item 44 (a), demonstramos a seguir a conciliação da atividade de financiamento do fluxo de caixa:

	Controladora					
		Alterações não Caixa				
		Adição ou transferência	Juros	Destinação ou Prescrição		
	31.12.2020	Fluxo de caixa			30.06.2021	
Empréstimos e financiamentos	1.062.777	1.160.519	-	21.294	-	2.244.590
Debêntures	3.179.266	581.282	-	189.216	-	3.949.764
Arrendamentos	51.815	(5.648)	11.790	688	-	58.645
Juros Sobre o Capital Próprio / Dividendos	500.513	(1.539.890)	-	-	1.055.613	16.236
Total	4.794.371	196.263	11.790	211.198	1.055.613	6.269.235
Consolidado						
		Alterações não Caixa				
		Adição ou transferência	Juros	Destinação ou Prescrição		
	31.12.2020	Fluxo de caixa			30.06.2021	
Empréstimos e financiamentos	1.302.929	1.124.781	373.537	35.189	-	2.836.436
Debêntures	3.179.266	581.282	-	189.216	-	3.949.764
Arrendamentos	53.537	(5.756)	11.790	703	-	60.274
Instrumentos financeiros derivativos	10.016	(8.480)	1.069	57	-	2.662
Juros Sobre o Capital Próprio / Dividendos	500.513	(1.539.890)	-	-	1.055.613	16.236
Total	5.046.261	151.937	386.396	225.165	1.055.613	6.865.372

36 Eventos Subsequentes

Dividendos

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 01 de julho de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no valor total de R\$331.117, correspondentes a R\$0,502542 por ação de ambas as espécies. O pagamento foi efetivado em 15 de julho de 2021.

* * *

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**Outras informações que a Companhia entende como relevante****1. Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado Societário e Regulatório**

Ativo	Consolidado		
	Societário	Ajustes	Regulatório (*)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1.090.994	-	1.090.994
Aplicações financeiras	724.512	-	724.512
Ativos da concessão	1.992.387	(1.398.224)	594.163
Estoques	56.604	(35.514)	21.090
Serviços em curso	-	20.505	20.505
Tributos e contribuições a compensar	107.737	-	107.737
Instrumentos financeiros derivativos	2.259	-	2.259
Caixa restrito	3.866	-	3.866
Créditos com partes relacionadas	15.206	-	15.206
Despesas pagas antecipadamente	28.473	-	28.473
Outros	81.102	(8.610)	72.492
	4.103.140	(1.421.843)	2.681.297
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Caixa restrito	37.057	-	37.057
Ativos da concessão	17.954.227	(17.617.654)	336.573
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	1.868.048	-	1.868.048
Cauções e depósitos vinculados	45.671	-	45.671
Estoques	11.168	(11.168)	-
Imposto de renda e contribuição social	-	2.436	2.436
Benefício à empregado - Superávit atuarial	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	403	-	403
Serviços em curso	-	16.245	16.245
Outros	118.801	(16.244)	102.557
	20.035.375	(17.626.385)	2.408.990
Investimentos	3.124.557	(1.574.812)	1.549.745
Imobilizado	98.435	8.555.895	8.654.330
Intangível	508.024	1.148.596	1.656.620
	3.731.016	8.129.679	11.860.695
	23.766.390	(9.496.706)	14.269.685
Total do ativo	27.869.531	(10.918.549)	16.950.982

(*) não auditado e/ou não revisado

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Passivo	Consolidado		
	Societário	Ajustes	Regulatório (*)
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	1.113.809	-	1.113.809
Debêntures	242.011	-	242.011
Arrendamento	11.139	(11.076)	63
Fornecedores	90.525	-	90.525
Tributos e encargos sociais a recolher	394.093	(8)	394.085
Encargos regulatórios a recolher	34.900	-	34.900
Imposto de renda e contribuição social	-	67.330	67.330
Juros sobre capital próprio e dividendos a	16.236	-	16.236
Obrigações trabalhistas	45.062	-	45.062
Valores a pagar – Vivest	858	-	858
Reserva Global de Reversão - RGR	2.480	-	2.480
Outros	51.770	(7)	51.763
	2.002.883	56.239	2.059.122
Não circulante			
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	1.722.627	-	1.722.627
Debêntures	3.707.753	-	3.707.753
Arrendamento	49.135	(49.135)	-
Fornecedores	14.535	-	14.535
Benefício a empregados – déficit atuarial	406.048	-	406.048
PIS e COFINS diferidos	1.578.813	(1.528.180)	50.633
Imposto de renda e contribuição social	3.687.902	(2.900.999)	786.903
Encargos regulatórios a recolher	50.036	-	50.036
Provisões	119.037	(2.628)	116.409
Reserva Global de Reversão - RGR	12.892	-	12.892
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	-	393.236	393.236
Outros	37.118	(25.015)	12.103
	11.385.896	(4.112.721)	7.273.175
Patrimônio líquido			
Capital social	3.590.020	-	3.590.020
Reservas de capital	666	(19.046)	(18.380)
Reservas de lucros	9.332.529	(7.995.573)	1.336.956
Superávit atuarial	(240.676)	-	(240.676)
Outros resultados abrangentes	17.481	-	17.481
Reserva de reavaliação	-	2.028.941	2.028.941
Lucros/Prejuízos acumulados	1.432.623	(876.389)	556.234
	14.132.643	(6.862.067)	7.270.576
Participação de não controladores nos fundos de investimentos	348.109	-	348.109
	14.480.752	(6.862.067)	7.618.685
Total do passivo e do patrimônio líquido	27.869.531	(10.918.549)	16.950.982

(*) não auditado e/ou não revisado

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

	Consolidado (Semestre findo em 30.06.2021)		
	Societário	Ajustes	Regulatório (**)
Receita de O&M	490.537	-	490.537
Receita CAAE (Custo Anual dos Ativos Elétricos)	-	411.537	411.537
Receita RBSE	1.203.219	(215.858)	987.361
Implementação da infraestrutura	497.870	(497.870)	-
Remuneração do ativo da concessão	663.194	(663.194)	-
Ganho na eficiência na implementação de	83.155	(83.155)	-
Outras receitas	25.765	7.029	32.794
Deduções da receita operacional	(364.587)	87.510	(277.077)
Receita operacional líquida	2.599.153	(954.001)	1.645.152
Custo de implementação da infraestrutura (*)	(413.072)	413.072	-
Custos de Operação e Manutenção	(191.128)	(3.474)	(194.602)
Custo dos serviços prestados	(8.459)	-	(8.459)
Custos dos serviços de construção, O&M e de prestação de serviços	(612.659)	409.598	(203.061)
Receitas – Revisão Tarifaria Periódica (RTP)	53.911	(53.911)	-
Despesas gerais e administrativas	(77.810)	(12.523)	(90.333)
Depreciação e Amortização	(10.065)	(276.423)	(286.488)
Resultado Financeiro	(254.700)	71	(254.629)
Equivalência Patrimonial	246.555	(234.144)	12.411
Amortização do ágio	(18)	(1.195)	(1.213)
Outras receitas (despesas) operacionais	(6.476)	(16.272)	(22.748)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.937.891	(1.138.800)	799.091
Imposto de renda e contribuição social	(500.002)	262.411	(237.591)
Participação de acionista não controlador	(5.266)		(5.266)
Lucro líquido do período	1.432.623	(876.389)	556.234

(*) O custo de implementação da infraestrutura equivale ao CAPEX dos ativos da concessão nas demonstrações contábeis regulatória.

(**) não auditado e/ou não revisado

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

	Consolidado (Trimestre findo em 30.06.2021)		
	Societário	Ajustes	Regulatório (**)
Receita de O&M	172.417	-	172.417
Receita CAAE (Custo Anual dos Ativos Elétricos)	-	232.313	232.313
Receita RBSE	836.216	(342.536)	493.680
Implementação da infraestrutura	262.225	(262.225)	-
Remuneração do ativo da concessão	351.187	(351.187)	-
Ganho na eficiência na implementação de	62.233	(62.233)	-
Outras receitas	19.071	4.572	23.643
Deduções da receita operacional	(192.214)	62.479	(129.735)
Receita operacional líquida	1.511.135	(718.817)	792.318
Custo de implementação da infraestrutura (*)	(227.356)	227.356	-
Custos de Operação e Manutenção	(99.355)	220	(99.135)
Custo dos serviços prestados	(3.270)	-	(3.270)
Custos dos serviços de construção, O&M e de prestação de serviços	(329.981)	227.576	(102.405)
Receitas – Revisão Tarifaria Periódica (RTP)	53.911	(53.911)	-
Despesas gerais e administrativas	(40.432)	(7.720)	(48.152)
Depreciação e Amortização	(4.946)	(143.109)	(148.055)
Resultado Financeiro	(138.932)	501	(138.431)
Equivalência Patrimonial	122.379	(111.179)	11.201
Amortização do ágio	614	(1.220)	(606)
Outras receitas (despesas) operacionais	3.581	(14.761)	(11.180)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.177.329	(822.639)	354.690
Imposto de renda e contribuição social	(323.918)	220.737	(103.181)
Participação de acionista não controlador	(3.411)		(3.411)
Lucro líquido do período	850.000	(601.902)	248.098

(*) O custo de implementação da infraestrutura equivale ao CAPEX dos ativos da concessão nas demonstrações contábeis regulatória.

(**) não auditado e/ou não revisado

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

2. Conciliação EBITDA – IFRS e Regulatório

	Consolidado	
	2T21	1S21
EBITDA IFRS (ICVM 527)	1.320.593	2.202.674
(-) Receita de implementação da infraestrutura	(262.225)	(497.870)
(-) Remuneração dos ativos de concessão	(1.187.403)	(1.866.413)
(-) Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura	(62.233)	(83.155)
(-) Receita de O&M	(172.417)	(490.537)
(+) Receita de uso da rede elétrica	898.410	1.889.435
(+) Outras receitas	4.572	7.029
(+) PIS e COFINS diferidos	62.479	87.510
(+) Custo de implementação da infraestrutura	227.356	413.072
(-) Custo de O & M	(994)	(3.474)
(-) Despesas gerais e administrativas	(6.506)	(12.523)
(-) Equivalência patrimonial	(111.179)	(234.144)
(-) Receitas – Revisão Tarifaria Periódica (RTP)	(53.911)	(53.911)
(-) Outras receitas (despesas) operacionais	(14.761)	(16.272)
EBITDA REGULATÓRIO (ICVM 527)	641.782	1.341.421
Equivalência Patrimonial	(11.201)	(12.411)
Recebimento do retroativo da PA (RTP e RBSE)	34.567	107.167
Operação de Real Estate e indenização por desapropriação	-	-
Custos e despesas não recorrentes ¹	692	1.646
EBITDA AJUSTADO	665.840	1.437.822

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

3. Composição Acionária da Companhia

Em atendimento ao disposto nas práticas de Governança Corporativa, apresentamos a composição acionária da Companhia, bem como dos acionistas detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe do Capital Social da Companhia, de forma direta ou indireta até o nível de pessoa física.

Os principais acionistas da Companhia são como segue:

						30.06.2021
Acionistas	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador						
ISA Capital do Brasil S. A	230.856.832	89,50	5.144.528	1,28	236.001.360	35,82
Administradores						
Diretores	-	-	-	-	-	-
Conselho de Administração	-	-	4.000	-	4.000	-
Conselho Fiscal	-	-	1.304	-	1.304	-
	-	-	5.304	-	5.304	-
Total do Bloco de Controle	230.856.832	89,50	5.149.832	1,28	236.006.670	35,82
Ações em Circulação						
Governo Federal						
Centrais Elétricas Brasileiras S. A – ELETROBRAS (i)	25.157.077	9,75	210.692.269	52,55	235.849.346	35,80
Outros (ii)	1.923.823	0,75	185.103.471	46,17	187.027.294	28,39
Total das Ações em Circulação	27.080.900	10,50	395.795.734	98,72	422.876.634	64,19
Capital Total	257.937.732	100,00	400.945.572	100,00	658.883.304	100,00

(i) As Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobras é uma Companhia aberta com código de registro CVM nº 2437.

(ii) Inclui acionistas que, individualmente, são detentores de quantidade de ações em percentual inferior a 5% do capital votante.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

30.06.2020						
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas						
Controlador						
ISA Capital do Brasil S. A	230.856.832	89,50	5.144.528	1,28	236.001.360	35,82
Administradores						
Diretores	-	-	-	-	-	-
Conselho de Administração	-	-	4.000	-	4.000	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
	-	-	4.000	-	4.000	-
Total do Bloco de Controle	230.856.832	89,50	5.148.528	1,28	236.005.360	35,82
Ações em Circulação						
Governo Federal						
Centrais Elétricas Brasileiras S. A – ELETROBRAS (i)	25.158.644	9,75	212.276.657	52,94	237.435.301	36,04
Outros (ii)	1.922.256	0,75	183.520.387	45,77	185.442.643	28,14
Total das Ações em Circulação	27.080.900	10,50	395.797.044	98,72	422.877.944	64,18
Capital Total	257.937.732	100,00	400.945.572	100,00	658.883.304	100,00

(i) As Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobras é uma Companhia aberta com código de registro CVM nº 2437.

(ii) Inclui acionistas que, individualmente, são detentores de quantidade de ações em percentual inferior a 5% do capital votante.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Posição acionária por espécie e classe, de todo aquele que detiver mais de 5% das ações de cada espécie e classe do Capital Social da Companhia, de forma direta ou indireta até o nível de pessoa física

Acionistas	30.06.2021					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
ISA Capital do Brasil S. A.						
ISA Interconéxion Elétrica S.A. E.S.P. (a)	840.625.000	100,00	-	-	840.625.000	100,00
Demais acionistas	-	-	-	-	-	-
	<u>840.625.000</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>840.625.000</u>	<u>100,00</u>
(a) ISA Interconéxion Elétrica S.A. E.S.P.						
Ministério de Hacienda Y Crédito Público (b)	569.472.561	51,41	-	-	569.472.561	51,41
Empresas Públicas de Medellín E.S.P. (c)	97.724.413	8,82	-	-	97.724.413	8,82
Demais acionistas	440.480.920	39,77	-	-	440.480.920	39,77
	<u>1.107.677.894</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.107.677.894</u>	<u>100,00</u>
(b) Ministério de Hacienda Y Crédito Público						
Público (Governo Nacional da Colômbia)	3.008.720	100,00	-	-	3.008.720	100,00
	<u>3.008.720</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.008.720</u>	<u>100,00</u>
(c) Empresas Públicas de Medellín E.S.P.						
Município de Medellín	4.223.308	100,00	-	-	4.223.308	100,00
	<u>4.223.308</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.223.308</u>	<u>100,00</u>

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Acionistas	30.06.2020					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
ISA Capital do Brasil S. A.						
ISA Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. (a)	840.625.000	99,99	-	-	840.625.000	99,99
ISA Investimento e Participações do Brasil S.A.	10	0,01	-	-	10	0,01
	<u>840.625.010</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>840.625.010</u>	<u>100,00</u>
(a) ISA Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P.						
Ministério de Hacienda Y Crédito Público (b)	569.472.561	51,41	-	-	569.472.561	51,41
Empresa Pública de Medellín E.S.P. (c)	97.724.413	8,82	-	-	97.724.413	8,82
Demais acionistas	<u>440.480.920</u>	<u>39,77</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>440.480.920</u>	<u>39,77</u>
	<u>1.107.677.894</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.107.677.894</u>	<u>100,00</u>
(b) Ministério de Hacienda Y Crédito Público						
Público (Governo Nacional da Colômbia)	<u>3.008.720</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.008.720</u>	<u>100,00</u>
	<u>3.008.720</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.008.720</u>	<u>100,00</u>
(c) Empresa Pública de Medellín E.S.P.						
Município de Medellín	<u>4.223.308</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.223.308</u>	<u>100,00</u>
	<u>4.223.308</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.223.308</u>	<u>100,00</u>

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP" ou "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e a norma internacional IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

Lei 4.819/58

Conforme descrito nas notas explicativas nº 8 e nº 34 às informações contábeis intermediárias, em 30 de junho de 2021, a Companhia mantém registrado contas a receber do Estado de São Paulo no montante de R\$1.868.048 mil líquidos, relativos aos impactos da Lei 4.819/58, que concedeu aos empregados das empresas sob controle do Estado de São Paulo benefícios de complementação de aposentadoria e pensão já concedidos aos demais servidores públicos. A Administração da Companhia vem monitorando os novos fatos relacionados ao assunto, bem como avaliando os eventuais impactos em suas informações contábeis intermediárias. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior e revisão dos valores correspondentes ao segundo trimestre do exercício anterior

O exame do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem ressalvas, contendo ênfase similar ao mesmo assunto mencionado anteriormente sobre a Lei 4.819 e ênfase relacionada à mudança de política contábil conforme aspectos relevantes do Ofício Circular da CVM 04/2020, por meio da qual os valores correspondentes relativos às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e reapresentadas como previsto nos pronunciamentos técnicos CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, com data de 22 de fevereiro de 2021.

Os valores correspondentes relativos ao período findo em 30 de junho de 2020, apresentados para fins de comparação, na revisão das informações intermediárias individuais e consolidadas do período corrente, foram reapresentados em relação à revisão das informações completas originalmente divulgadas daquele período, as quais foram revisadas por outro auditor independente. Os valores correspondentes ora retificados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa nº 2.4 às informações contábeis intermediárias, conforme aspectos relevantes do Ofício Circular da CVM 04/2020, foram revisados por outro auditor independente, que

emitiu relatório datado de 27 de julho de 2021, sem ressalvas, contendo ênfase similar ao mesmo assunto mencionado anteriormente sobre a Lei 4.819.

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA, individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de julho de 2021

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“Companhia”), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, e dando cumprimento ao disposto no inciso vi do artigo 163 da Lei no 6.404/76, declara que analisou as informações trimestrais da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021 e o Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, manifestando-se favoravelmente a sua divulgação.

São Paulo, 29 de julho de 2021.

Ricardo Lopes Cardoso

Manuel Domingues de Jesus e Pinho

Luiz Carlos Passetti

Andrea Costa Amancio Negrão

Pablo Saint Just Lopes

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

O Comitê de Auditoria Interna tem o objetivo de fortalecer o sistema de controle interno, a gestão de riscos e as práticas de Governança Corporativa da Companhia. Sua formação não é estatutária, sendo apenas um órgão de gestão interno da Companhia e sem as atribuições específicas de um Comitê de Auditoria Oficial e Estatutário, como, por exemplo, a emissão de parecer sobre as demonstrações financeiras padronizadas.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais

Os diretores da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordam com as informações contidas no Formulário de Informações Trimestrais relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, bem como, concordam com a opinião expressa no respectivo Relatório de Revisão dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu, declaram, ainda, que todas as informações relevantes relacionadas às Informações Trimestrais, e apenas elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na sua gestão.

Portanto, os Diretores aprovam a emissão do Formulário de Informações Trimestrais relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2021

São Paulo, 29 de julho de 2021

Rui Chammas
Diretor Presidente

Dayron Esteban Urrego Moreno
Diretor Executivo de Projetos

Carisa Santos Portela Cristal
Diretora Executiva de Finanças e Relações com Investidores

Silvia Diniz Wada
Diretora Executiva de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios

Gabriela Desire Olimpio Pereira
Diretora Executiva de Operações

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes.

São Paulo, 29 de julho de 2021

Rui Chammas
Diretor Presidente

Dayron Esteban Urrego Moreno
Diretor Executivo de Projetos

Carisa Santos Portela Cristal
Diretora Executiva de Finanças e Relações com Investidores

Silvia Diniz Wada
Diretora Executiva de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios

Gabriela Desire Olimpio Pereira
Diretora Executiva de Operações